



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 174, SEXTA-FEIRA, 8 DE NOVEMBRO DE 2019



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 214^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 7 DE NOVEMBRO DE 2019

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar a campanha de conscientização do mês do diabetes e o Novembro Azul, nos termos do Requerimento nº 772/2019, do Senador Jorge Kajuru e outros Senadores.	8
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	8
1.2.2 – Oradores	
Deputada Flávia Morais	8
Sra. Hermelinda Pedrosa, Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes	12
Sr. Fadlo Fraige, Presidente da Federação Nacional de Associações e Entidades de Diabetes	14
Sr. Gilberto Soares Casanova, Presidente da Associação de Diabetes Juvenil	16
Senador Mecias de Jesus	17
Senador Nelsinho Trad	19
1.3 – ENCERRAMENTO	23

2 – ATA DA 215^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE NOVEMBRO DE 2019

2.1 – ABERTURA	25
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	



2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	25
2.2.2 – Oradores	
Senadora Simone Tebet – Celebração pelo aniversário do pai de S. Exa., o ex-Presidente do Senado Ramez Tebet, que se estivesse vivo completaria 83 anos. Referência a políticos que tinham um perfil conciliador e reflexão sobre a necessidade de pessoas públicas com esse temperamento para a busca de uma solução democrática para o atual cenário de crise no País.	25
Senador Paulo Paim – Defesa de alteração no texto da PEC paralela à reforma da previdência para garantir aposentadoria integral nos casos de invalidez. Satisfação com a aprovação pelo Senado da PEC que torna o feminicídio crime inafiançável e imprescritível bem como com a aprovação de projeto que avança sobre questão do contrato de franquia. Manifestação favorável à indenização das famílias que residem em faixas de domínio, nos casos de desapropriação.	29
Senador Humberto Costa – Leitura do manifesto "Justiça para Lula, paz para o Brasil". Análise dos resultados do leilão da cessão onerosa de áreas do pré-sal.	33
Senadora Zenaide Maia – Posicionamento contrário à intenção do Governo Federal de privatizar a Eletrobras. Defesa de medidas que priorizem a geração de emprego e renda para a retomada do crescimento econômico brasileiro.	38
Senador Izalci Lucas – Homenagem ao Dia do Radialista, comemorado em 7 de novembro. Considerações sobre a participação de S. Exa. em reunião conjunta entre parlamentares, membros do Poder Executivo, empresários e acadêmicos para debater o tema da inovação. Destaque aos casos de sucesso de startups que se instalaram no Brasil e da importância de investimentos e da definição do marco legal do setor. Defesa de PEC que prevê a manutenção de recursos do Fundo Constitucional do DF no GDF.	43
Senador Jean Paul Prates – Comentários sobre a realização do Exame Nacional do Ensino Médio em 2019.	46
Senador Styvenson Valentim – Preocupação com o julgamento no STF sobre a constitucionalidade da prisão após condenação em segunda instância.	48
Senador Eduardo Girão – Expectativa com a decisão do STF sobre a prisão após condenação em segunda instância e receio de eventual retrocesso no combate à corrupção no País. Satisfação com a aprovação pelo Senado de PEC que torna o feminicídio crime inafiançável e imprescritível. Defesa do respeito às diferenças político-ideológicas em tempos de polarização no Brasil.	52
Senadora Rose de Freitas – Considerações sobre os números da violência contra a mulher. Destaque à importância da escola na promoção de valores como a igualdade entre homens e mulheres, respeito à cidadania e aos direitos humanos. Exposição sobre a elevada exclusão digital existente no Brasil. Registro da importância do Estado na geração de oportunidades para o desenvolvimento profissional no País.	55
2.3 – ENCERRAMENTO	59

PARTE II

3 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 215^a SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicações

Da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente, de substituição de membro na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (**Memorando nº 136/2019**). Substituído o membro ...

61



Do Senador Rodrigo Pacheco, que justifica a não participação de S. Exa. em missão, nos termos do Requerimento nº 871/2019 (**Ofício nº 3.033/2019**) 62

3.1.2 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 692/2019, do Senador Humberto Costa, que *altera o parágrafo único do art. 1º do Decreto Legislativo nº. 197, de 1991, que aprova o texto do tratado para a constituição de um Mercado Comum entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, firmado em Assunção, em 26 de março de 1991.* 64

3.1.3 – Projeto de Lei

Nº 5926/2019, do Senador Nelsinho Trad, que *institui o Programa de Transparência dos Árbitros Assistentes de Vídeos e dos Áudios no futebol brasileiro.* 76

3.1.4 – Proposta de Emenda à Constituição

Nº 195/2019, primeiro signatário o Senador Marcos do Val, que *modifica o art. 129 da Constituição Federal para disciplinar o compartilhamento sigiloso de informações entre Ministério Público e autoridades administrativas.* 81

3.1.5 – Requerimento

Nº 1.007/2019, do Senador Eduardo Gomes, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 508/2018. 94

3.1.6 – Término de prazo

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 106 e 109/2019 e ao Projeto de Lei nº 4.488/2019. 97

PARTE III

4 – ATAS DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

Ata da 179ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de outubro de 2019 99

Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2019 100

5 – PORTARIAS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

nºs 19, 20 e 24/2019 102

6 – ATOS DO 1º SECRETÁRIO

Nºs 7 a 9/2019 106

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 109

8 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 112

9 – LIDERANÇAS 113

10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 115

11 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 120



12 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	122
13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	161



Ata da 214^a Sessão, Especial,
em 7 de novembro de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência dos Srs. Nelsinho Trad e Mecias de Jesus.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 25 minutos e encerra-se às 11 horas e 45 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia a todas as senhoras e senhores, é um prazer receber todas e todos.

Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial é destinada a comemorar a campanha de conscientização do mês do diabetes, o também denominado Novembro Azul, que tem como princípio a prevenção das doenças de câncer no homem – no caso, a que mais mata é o câncer de próstata –, nos termos do Requerimento 772, de 2019, do nobre Senador Jorge Kajuru e de outros Senadores.

Composição da Mesa.

Convido, com muito prazer, para compor a Mesa Diretiva, a Sra. Flávia Moraes, Deputada Federal pelo Estado de Goiás. (*Palmas.*)

A Sra. Hermelinda Pedrosa, Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes. (*Palmas.*)

O Sr. Gilberto Casanova, Presidente da Associação de Diabetes Juvenil. (*Palmas.*)

O Sr. Fadlo Fraige, Presidente da Federação Nacional de Associações e Entidades de Diabetes (Fenad). (*Palmas.*)

Estamos aguardando – não sei se já chegou – o Sr. Denizar Vianna, do Ministério da Saúde. Tão logo ele chegue, que a assessoria nos avise para que ele possa tomar assento à mesa.

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional do Brasil.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com muito prazer, gostaria de registrar a presença no Plenário do Senador Paulo Rocha, assíduo participante das atividades aqui, no nosso Senado da República.

Seja muito bem-vindo, Senador.

Apesar de o assunto ser conscientização em saúde, tanto na questão da diabetes, quanto na questão do câncer de próstata, vamos iniciar colocando a palavra à disposição da Sra. Flávia Moraes, Deputada Federal pelo Estado de Goiás. (*Pausa.*)

Informo à convidada, Deputada Federal, que dispõe de dez minutos, prorrogáveis, para que possa concluir a sua apresentação.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (Para discursar.) – Obrigada, Presidente. Eu queria cumprimentá-lo, Senador Nelsinho Trad, e, em seu nome, aqui estender os meus cumprimentos a todos os Senadores.

E faço um cumprimento especial ao Senador Jorge Kajuru, autor do requerimento de realização desta sessão solene, o que, com certeza, hoje, dá uma maior visibilidade para o tema da diabetes em nosso País.

Queria cumprimentar aqui as pessoas que vieram prestigiar este momento, que são pessoas envolvidas com essa causa, pelo nosso País, e que têm sido demandantes junto aos nossos mandatos de questões muito relevantes para o povo brasileiro: a Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes, a Sra. Hermelinda Pedrosa, a quem cumprimento com muito carinho, manifestando publicamente a nossa admiração; o Presidente da Federação Nacional das Entidades de Diabetes, Sr. Fadlo Fraige, que é também um apaixonado pelo causa e que tem sido uma pessoa importante no encaminhamento das matérias sobre esse tema nesta Casa; e o Presidente da Associação de Diabetes Juvenil, Sr. Gilberto Casanova, que se faz presente e que tem um papel importante também na condução dessas políticas públicas.



Queria aqui registrar a presença importante de algumas pessoas que vieram prestigiar este evento.

Está aqui a Sra. Rosângela Réa, que é Vice-Presidente da associação, que veio lá do Sul para prestigiar esta sessão solene. Queria cumprimentar o Dr. Fábio, que representa o Instituto Deborita, do Estado de São Paulo, que está aqui também acompanhado do Vereador de Caçapava, Bruno Henrique, também participante dessa associação. Queria cumprimentar o Dr. Luiz Fernando Córdova, que representa aqui a Sociedade brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica, importante também no processo. Queria cumprimentar o Breno, que representa aqui o escritório político do Estado de Goiás, o nosso Estado, aqui em Brasília. Cumprimento todos os convidados e convidadas, assessoria técnica, enfim, todos aqueles que são atores nessa causa importante para o nosso País.

Eu queria aqui, senhoras e senhores, com muita satisfação, participando desta reunião, marcar o Dia Mundial da Diabetes. Nós temos a honra de presidir hoje, Senador Nelsinho, a Frente Parlamentar Mista no Combate à Diabetes, juntamente com o nosso Senador Kajuru e outros Senadores, como o senhor. Nós temos, então, que aproveitar hoje esta oportunidade para ressaltar o trabalho que o Senador também tem feito aqui junto ao Senado defendendo essa causa.

O Dia Mundial do Diabetes é celebrado, no mundo inteiro, em 14 de novembro, data em que nasceu Frederick Banting, médico canadense que descobriu a insulina em 1921, juntamente com seu assistente, o estudante Charles Best, da Universidade de Toronto. O feito lhes valeu um Prêmio Nobel e alterou por completo a qualidade e a expectativa de vida dos indivíduos afetados pela doença.

Atualmente estima-se que há mais de 425 milhões de diabéticos no mundo, dos quais cerca de 16 milhões vivem no Brasil. São números extremamente preocupantes, sobretudo quando sabemos que uma em cada duas pessoas que sofrem com a doença não é diagnosticada. A falta de diagnóstico e de tratamento resulta, Dr. Fadlo, em graves complicações, como insuficiência renal, cegueira, amputações de membros inferiores, infarto do miocárdio e acidente vascular cerebral, entre outras.

Foi com enorme alegria, portanto, que acompanhamos a sanção da lei que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e da Assistência Integral à Pessoa Diabética, publicada no último dia 31 de outubro no *Diário Oficial*.

Entre outras providências, o novo diploma legal prevê a realização de campanhas de conscientização da população sobre a importância de medir regularmente os níveis glicêmicos e de controlá-los. A lei determina também que o Sistema Único de Saúde assegure o fornecimento de insulina e outros medicamentos aos diabéticos, bem como cirurgias, como a bariátrica, nos casos mais graves da doença. Com isso, os diabéticos passarão a receber atendimento completo, o que antes não acontecia.

Senhores e senhoras, embora o Dia Mundial do Diabetes seja celebrado em 14 de novembro, todo mês de novembro é dedicado a informar a sociedade sobre a doença. Para o biênio 2018 e 2019, o tema escolhido pela Federação Internacional de Diabetes para orientar o diabetes é Família, que tem papel crucial nos cuidados e no apoio ao indivíduo com diabetes.

O tratamento do diabetes demanda esforço significativo, pois requer o monitoramento diário dos níveis de insulina no sangue. O apoio logístico emocional da família nesses cuidados é, portanto, fator decisivo na melhoria da saúde e da qualidade de vida das pessoas com diabetes.



Em 90% dos casos, o diabetes pode ser prevenido com a adoção de um estilo de vida saudável. É o chamado diabetes tipo 2, provocado por fatores como a obesidade, sedentarismo, hipertensão e altas taxas de colesterol, associados a uma predisposição hereditária. O diabetes tipo 1, ao contrário, é congênito e por isso não pode ser prevenido. Quanto mais precoce for a sua detecção e controle menores são os danos para o organismo. Mais uma vez, a família desempenha papel fundamental neste combate, pois cabe aos pais informar ao pediatra, logo após o nascimento, que há histórico genético familiar para doença.

É importantíssima pois a campanha batizada de Novembro Diabetes Azul, que visa alertar a sociedade a respeito da doença.

Cabe aqui um esclarecimento: o movimento de combate ao câncer de próstata, cuja luta é enorme e relevante para a saúde da população, também escolheu o mês de novembro e a cor azul para conscientizar a sociedade sobre esse mal. Como o Novembro Azul contra o câncer de próstata ganhou muito destaque na mídia nos últimos anos, porém, isso de certa forma ofuscou no Brasil, Dra. Linda, a campanha de alerta ao diabetes. Em diversos outros países o mês de prevenção ao câncer de próstata é setembro, é o Setembro Azul. Mas graças aos esforços das associações brasileiras comprometidas com a causa, no ano passado, o Novembro Diabetes Azul foi reinserido no calendário de eventos do Ministério da Saúde. Este foi um passo de enorme importância para a integração do trabalho desenvolvido por essas entidades e pelas equipes do Governo Federal.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, hoje, quando celebramos o Dia Mundial do Diabetes, quero saudar todos os profissionais devotados à causa da luta contra este grave distúrbio metabólico, bem como os milhões de brasileiros e de brasileiras que sofrem com o diabetes, seus amigos e seus familiares, que também sofrem juntos.

Como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate a Diabete, eu ressalto a atenção dedicada pelo Congresso Nacional a este mal, que, por seu caráter epidêmico, representa um dos nossos mais graves problemas de saúde pública.

E, assim, convido todos os colegas Senadores, Deputados, Deputadas e Senadoras para abraçarem esta causa conosco, para que possamos fazer um trabalho em conjunto com o Executivo Federal, melhorando a nossa legislação, mas também colocando em prática a legislação que já existe, porque hoje, infelizmente, no Brasil, Breno, muitas vezes, vivemos a realidade de termos a lei, mas não termos a efetividade da lei. E também é nosso papel, como Parlamentar, além de elaborar, cobrar e fazer com que elas se efetivem.

A frente parlamentar, Dra. Linda, Dr. Fadlo, começa os trabalhos agora, através da nossa coordenação. Nós queremos atuar muito firmemente junto aos senhores, junto aos nossos colegas...

(Soa a campainha.)

A SRA. FLÁVIA MORAIS – Mais um tempinho para que eu possa concluir, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. FLÁVIA MORAIS – Está bom. Muito obrigada.

... para que nós possamos trabalhar em conjunto e trazer soluções práticas, não para podermos dizer que fizemos, mas para que a população, que o cidadão que está lá na cidade, no Município e tem diabetes possa ter acesso aos medicamentos, às informações, que são muito importantes também, além dos medicamentos, a família também. Essas orientações todas podem melhorar muito a qualidade de vida do nosso paciente que tem diabetes.



Ainda ontem tivemos uma reunião com o Denizar, que não está aqui hoje, mas eu quero registrar que muito bem nos recebeu no Ministério da Saúde, colocando-se à disposição da sociedade, das associações, da associação federal, que hoje têm conhecimento, acompanham o dia a dia, o passo a passo desse paciente, que reclamam, que procuram e que podem contribuir muito com orientações simples no trâmite, na execução, no processamento da lei e no fornecimento, por exemplo, das insulinas, o que pode trazer um resultado muito efetivo para o paciente. Então, ontem foi uma reunião importante.

Aqui eu quero deixar registrada, nesta nossa fala, neste ano, uma situação que tem sido cobrada – e, Presidente, nos ajude também com isso –, que é a situação da dispensação da insulina rápida. Hoje a insulina regular, que é mais nociva ao paciente, está aberta, facilmente, ao acesso do nosso paciente. Isso é muito bom, mas nós temos agora a insulina rápida, uma insulina nova já autorizada pelo Ministério, colocada à disponibilidade. Mas nós não temos ainda um protocolo padrão. Então, nós temos diferenças, Breno, nos Estados, de acesso a esse medicamento – alguns exigindo uma documentação muito maior, o que traz uma dificuldade muito grande para o paciente; em outros, uma disponibilização mais fácil e também cuidadosa, que traz um acesso melhor. Então, no desenho nacional, nós temos Estados, como Goiás, o meu Estado, graças a Deus, e o Paraná, que conseguem ter um atendimento real e um acesso real dos pacientes a essa insulina rápida. Mas nós temos já, através da sociedade, acesso aos dados de cada Estado. Nós temos Estados em que o paciente não consegue ter acesso. Por quê? Não é por causa de recursos, Presidente. E isto é importante colocar aqui: por causa da burocracia que existe para o paciente conseguir ter acesso. Então, é uma questão que pode ser resolvida com uma norma técnica, com uma dedicação a esse protocolo, a esse procedimento que hoje, infelizmente, se encontra burocrático.

Então, aqui nós queremos colocar a atenção que o Denizar deu à frente, junto com as nossas representações, a sociedade civil organizada...

(Soa a campainha.)

A SRA. FLÁVIA MORAIS – ... no sentido de resolver essa questão. Então, a gente quer deixar aqui neste dia a nossa intenção de trabalhar em conjunto, Senado e Câmara Federal, para que a gente possa, enfim, melhorar o nosso marco legal, mas também efetivar o marco legal que já existe no Brasil.

Fica aqui o nosso carinho e o nosso abraço. Eu agradeço a oportunidade de poder participar deste momento, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos à Deputada Federal Flávia Moraes, que, de uma maneira muito própria, colocou as suas considerações a respeito de tão relevante tema.

De pronto, convido a Sra. Hermelinda Pedrosa. Fique à vontade para escolher a tribuna. Ela é Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes. Também informo que terá dez minutos.

Aproveitando, enquanto ela se dirige à tribuna e se prepara, gostaria de registrar a presença, reforçar o registro já feito pela nobre Deputada Flávia Moraes, do Dr. Flávio; do Vereador Bruno Henrique; do Breno, do escritório político de Goiás; do Deputado Federal Zacharias Calil; representando o Governador do Estado de Santa Catarina, o Gerente de Projetos Nacionais da Secretaria Executiva de Articulação Nacional.

Cumprimento também o Sr. Noilton Moraes; cumprimento também o Presidente do Capítulo de Brasília da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica, já mencionado, o Sr. Luiz Fernando; a



Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes, a Sra. Rosângela, já também mencionada; a conselheira fiscal da Sociedade Brasileira de Diabetes do Distrito Federal, Sra. Nely Calegaro; o chefe da representação que já foi mencionado, o Sr. Breno; relações governamentais da Sociedade Brasileira de Diabetes, Sr. Heithor Zanini; e todos que aqui se encontram. É um grande prazer recebê-los.

Passo, de pronto, a palavra à Sra. Hermelinda Pedrosa.

A SRA. HERMELINDA PEDROSA (Para discursar.) – Bom dia a todos. Eu queria inicialmente agradecer, em nome da Sociedade Brasileira de Diabetes, a oportunidade da realização desta sessão especial e cumprimentar todos da Mesa, através do Presidente aqui presente, conduzindo esta sessão, o Senador Nelsinho Trad.

A SBD – vou assim me dirigir à Sociedade Brasileira de Diabetes – é uma sociedade científica que completou este ano 49 anos de existência e vem lutando justamente para difundir o conhecimento científico e contribuir para que políticas de saúde possam de fato ser implementadas em nosso País para melhorar a vida das pessoas com diabetes no Brasil.

Eu queria, inicialmente, colocar a importância do Novembro Diabetes Azul. Nós não estamos aqui procurando uma ação corporativista para ver qual é o que merece mais atenção: o câncer de próstata ou o diabetes.

Na realidade, esse movimento mundial começou em 1991, quando a Organização Mundial de Saúde e a Federação Internacional de Diabetes elegeram o dia 14 de novembro como o Dia Mundial do Diabetes. Ocorre que, em 2006, a Organização das Nações Unidas, por considerar esta doença uma doença epidêmica, Sr. Presidente, de caráter impactante em relação aos custos, em relação à alteração da qualidade de vida das pessoas, reuniu-se, no dia 20 de dezembro, e tomou uma resolução mundial para que o dia 14 de novembro fosse, de fato, englobado por todas as nações. Daí vem, então, essa cor azul, que é a cor da bandeira das Nações Unidas, a cor do céu, para justamente indicar a união de todas as nações para lutar contra os efeitos tão impactantes dessa doença.

Essa doença, infelizmente, quando não controlada, é de fato devastadora, como bem disse, de forma elegante, a Deputada Flávia Morais, e leva infelizmente à perda da visão, à insuficiência renal com necessidade de transplante e tratamento dialítico, e ainda também à dor neuropática, às úlceras e amputações, sem falar no grande problema das doenças macrovasculares, que são o infarto e o derrame.

Por fim, o que tem ocorrido nos últimos anos em nosso País? Com toda a propriedade, de fato, o câncer de próstata é uma doença importante, é o terceiro tipo de câncer que acomete a população masculina em todo o mundo, mas a gente tem que entender que uma doença crônica como o diabetes, que infelizmente capitaneia as doenças crônicas não transmissíveis, não tem cura, enquanto o câncer, quando bem diagnosticado, principalmente precocemente, é passível de cura. Então, a gente está diante de duas realidades: uma doença que é impactante e que não tem cura, e uma doença que pode ter cura, sim. Então, a gente precisa envidar esforços para que o Novembro Azul seja um mês de conscientização dessas doenças, até porque, no ano passado, os dados do Vigitel, do Ministério da Saúde, mostraram claramente o que ocorre no mundo inteiro: um aumento significativo dos casos de câncer em próstata, mas principalmente um aumento expressivo dos casos de diabetes entre os homens. No mundo inteiro, isso vem ocorrendo. Os dados da Federação Internacional de Diabetes denotam essa questão. O aumento foi de 54%. Ora, se há uma doença crônica não transmissível como o diabetes, que tem mostrado um aumento



importante entre os homens, nós não podemos desconhecer essa questão. Nós temos que, de fato, trabalhar de forma unida.

Infelizmente, há uma coisa muito importante. Eu acabei de receber uma correspondência – vou deixá-la com o Senador Nelsinho Trad – do Presidente atual da Federação Internacional de Diabetes, justamente relatando uma preocupação mundial de que, infelizmente, ao longo desses anos, de 2007 para cá, quando oficialmente começaram as campanhas celebradas pela Organização das Nações Unidas, muitos países não vêm seguindo essa linha de campanha de conscientização.

Com muito esforço, justamente por ter observado que o diabetes vinha perdendo um terreno midiático, não por essa questão, como eu falei há pouco, de brigar por espaço, mas justamente por não estar tendo a relevância que merece devido ao seu impacto socioeconômico inclusive, a Sociedade Brasileira de Diabetes, em conjunto com a Fenad e com a ADJ Brasil, conseguiu reinserir as doenças no calendário de eventos do Ministério da Saúde. Infelizmente, isso ainda não se traduziu numa campanha efetiva de conscientização. Nós começamos o Novembro Diabetes Azul, mas não vemos muita coisa sendo veiculada. Então, eu queria registrar, nesta sessão solene, Senador, a necessidade imperativa de que a gente possa seguir com essas campanhas buscando diagnóstico precoce, mostrando à população as possibilidades de prevenção. Vários estudos têm mostrado ao longo dos anos que se pode conseguir em torno de 60% de prevenção, principalmente com a mudança de estilo de vida, através da educação das pessoas em relação a uma alimentação saudável e, principalmente, de exercício regular, que é uma das bandeiras do atual Ministro da Saúde, o Dr. Mandetta. Então, eu queria registrar, nesta sessão solene, a necessidade premente de todos nós nos engajarmos e exigirmos que esta campanha de conscientização se torne de fato efetiva. A SBD vai realizar várias ações, já começou, desde o início de novembro, em todo o País, através de uma ação conjunta entre a SBD e a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, para justamente levar visibilidade a essa questão do diabetes, mas também para levar conhecimento à população para que ela possa se cuidar.

Além dessas campanhas de visibilidade, a gente precisa também mostrar ao mundo que o Brasil está se reengajando nisso. Não podemos permanecer somente numa questão de reinserção no calendário. A lei que foi aprovada recentemente, a que a deputada Flávia Morais já se referiu, que foi saudada com muita alegria pela SBD, que foi a Lei 13.895, que foi sancionada pelo Presidente em exercício, o Gen. Hamilton Mourão, mostrou justamente a importância de a gente ter uma política de Estado de saúde em relação ao diabetes. Por quê? Porque, depois do câncer, ela é a doença que mais onera o sistema público. E, de novo, eu digo que ela não tem cura, mas ela pode ser controlada, e a pessoa pode ter uma boa qualidade de vida.

A SBD reitera que espera contar sempre com o apoio desta Casa. A gente realizou, no ano passado, o Novembro Diabetes Azul, o primeiro, junto com a Deputada Carmen Zanotto, na Câmara dos Deputados, no dia 1º de novembro. E estamos aqui hoje de novo fazendo esse apelo para que ambas as Casas, seja através do Senado, seja através da Câmara dos Deputados, agora com a Deputada Flávia Morais, nós possamos, de fato, partir para educar, apoiar as iniciativas preventivas e principalmente buscar transformar a vida das pessoas com diabetes para que elas possam ter uma vida digna sem complicações e com uma boa qualidade de vida. Eu vou, então, deixar aqui registrado esse nosso apelo, em nome da SBD.

E vou passar a suas mãos, Senador, as duas correspondências que nós todos recebemos do Presidente da Federação Internacional de Diabetes, justamente reiterando que nós todos, que pertencemos como países à Organização das Nações Unidas, assinamos...



(*Soa a campainha.*)

A SRA. HERMELINDA PEDROSA – ... um documento e precisamos seguir essa resolução de forma pertinente e efetiva.

Muito obrigada a todos pela presença e pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. Fala da Presidência.) – Agradecemos as palavras da Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes, Sra. Hermelinda Pedrosa.

Já convido para se dirigir a uma das tribunas o Sr. Fadlo Fraige, Presidente da Federação Nacional de Associações e Entidades de Diabetes, para que, num igual tempo de dez minutos, possa fazer sua apresentação.

Apenas registro, com muito prazer, a presença do Senador Mecias de Jesus, assíduo Senador nas ações aqui desta Casa.

Estamos recebendo aqui nas galerias os alunos do Colégio Militar de Brasília. Sejam muito bem-vindos à Casa do Senado da República, que é a nossa Casa, nossa e de vocês também.

Mais um registro: feliz é a causa que tem como patrono o Senador Kajuru. Então, eu queria aqui render minha homenagem ao Senador Kajuru, que foi o autor desta sessão solene e que só não está aqui presente por estar se convalescendo, se recuperando de uma cirurgia realizada recentemente no trato digestivo. Então, mando aqui o nosso abraço ao Senador Kajuru. Com certeza, ele está ligado, porque ele fica antenado 24 horas por dia. É um Parlamentar realmente muito frequente, muito assíduo, que tem uma característica na sua personalidade: é uma pessoa que enfrenta realmente os problemas, os adversários. E nos enriquece muito aqui a sua atuação no Plenário e na Casa como um todo do Senado da República. Nosso abraço, então, ao Senador Kajuru.

De pronto, passo a palavra para o Sr. Fadlo Fraige.

O SR. FADLO FRAIGE (Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad; Senador Paulo Rocha; Senador Mecias de Jesus; Sra. Deputada Federal Flávia Moraes; Sra. Hermelinda Pedrosa, Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes; Sr. Gilberto Casanova, Presidente da ADJ; Deputado Zacharias Calil; Dra. Rosangela Réa, Vice-Presidente da SBD; Sr. Fábio Siqueira; Dr. Luiz Fernando Córdova, Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica; Sr. Maurício Mendonça, que tanto nos ajuda na área de *advocacy*; senhores alunos do Colégio Militar de Brasília; minhas homenagens aos Senador Kajuru.

Sr. Presidente, senhores, diabetes, sem dúvida alguma, é a mais importante doença que impacta o mundo todo. Hoje nós temos quase 400 milhões de pessoas com diabetes e mais 400 milhões com pré-diabetes, que virão a se tornar diabéticas. É a doença mais importante, sem dúvida alguma, no mundo todo e no Brasil. Infelizmente, não existe a conscientização nem dos gestores, nem dos médicos, nem dos pacientes.

Eu diria para o senhor que, hoje, por falta de controle, por falta de acesso, por falta de tratamento adequado – e essa é a realidade do SUS e é a realidade não só da medicina pública, mas também da privada –, as pessoas com diabetes são malcuidadas e, com isso, evidentemente, desenvolvem as complicações graves de que todos nós sabemos. Essas complicações, hoje, impactam de uma maneira fantástica do ponto de vista social e econômico o nosso sistema de saúde, e esse impacto é desconhecido pelos nossos gestores. Por exemplo, algo simples: 44% de todos os leitos de um hospital em geral são ocupados pelas complicações do diabetes. Isso veio dos Estados Unidos numa pesquisa, e nós verificamos e comprovamos isso no hospital de São Paulo.



Em 2 mil leitos, 440 tinham glicemias. O diabético não se interna por diabetes, ele se interna com suas complicações, e essa doença não é mencionada como motivo de internação.

A situação é grave e, por isso, merece toda a atenção do Poder Públíco – não só dos Parlamentares, mas também do Ministério da Saúde. Nós temos que ter, sem dúvida alguma, para essa doença, que é a mais importante doença crônica do País e também dos países desenvolvidos... Eu diria para os senhores, e é importante que se saiba: diabetes mata mais do que todos os cânceres juntos e aids. Vou repetir: diabetes mata mais do que todos os cânceres juntos e aids. E, também nas doenças cardiovasculares, que são chamadas as principais causas de mortalidade, o diabetes, infelizmente, está presente em 50% a 60% dessas doenças. Então, o impacto na mortalidade, na morbidade dessa doença faz com que nós precisemos melhorar a assistência dessas pessoas no Brasil. Nós precisamos conscientizar o gestor, nós precisamos conscientizar os Parlamentares, nós precisamos conscientizar principalmente os familiares e as pessoas com diabetes. Pela característica dessa doença, que é uma doença dita silenciosa, porque não tem sinais e sintomas, ela vai se manifestar futuramente pelas complicações.

Eu fico muito alegre de estar aqui numa sessão como esta, de ter a atenção pelo Senado, pela Câmara Federal, pelos líderes aqui do diabetes no Brasil. E essa felicidade, vamos dizer, é a metade da felicidade, porque a minha felicidade seria realmente quando 90% de todos os diabéticos deste País... Praticamente entre 80% e 90% dos pacientes diabéticos deste País estão fora de controle. Isso é uma bomba-relógio que vai explodir em dez anos nos hospitais.

É muito interessante, porque a gente fala em campanha de prevenção, como está colocado na lei do eminente Senador Kajuru, que, de uma forma muito clara, muito apropriada, fala em conscientização e prevenção, mas prevenção, na realidade, é a prevenção das complicações, porque, à medida que você trata, você controla, você não tem complicações. Então, é extremamente mais barato o tratamento adequado, como o acesso, de que a Deputada falou, das novas insulinas.

Aliás, Deputada, só para saber, o acesso a medicamentos pelos diabéticos no Brasil está no mínimo 30 a 40 anos atrasado. Recentemente foi adquirida insulina ultrarrápida para o tratamento de diabetes tipo 1. Por incrível que pareça, ela foi adquirida em 2017. Em 2018, se esqueceram de comprar as agulhas, e, então, ela ficou parada. Agora, compraram as agulhas, e faz seis meses, oito meses que estão paradas, trancadas pela burocracia pública, o que é um absurdo! É um absurdo essas coisas que acontecem neste País! Foram dois anos para chegar à mão de quem precisa e não chega, isso sem contar o diabético tipo 2, que não conta com os melhores medicamentos! Nós temos que revisar tudo isso.

O ministério tem que entender que o acesso ao tratamento adequado é extremamente econômico em evitar essas complicações, porque as complicações são caríssimas do ponto de vista não só da internação, com o custo da internação, mas do absenteísmo ao trabalho, com o custo do afastamento, com auxílio-doença, e da mortalidade precoce, enfim. Isso não é medido.

E volto a insistir que nós estamos lidando com a principal doença deste País. Infelizmente, ela não tem o apelo emocional de outras doenças, mas a verdade é essa.

Eu queria deixar aqui os agradecimentos por este convite, a todos vocês que trabalham e estão envolvidos nesta causa. Continuamos a luta. Ela é grande. Precisamos melhorar tudo que está neste País. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Fadlo Fraige.

E, já de pronto, convido o presidente da Associação de Diabetes Juvenil, Sr. Gilberto Casanova, para que possa se dirigir a uma das tribunas.



E, enquanto ele se dirige a uma das tribunas para preparar sua fala, também em dez minutos – peço o obséquio de observar o tempo –, eu passo a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Posteriormente à fala dele, o Senador Mecias vai se pronunciar.

Com a palavra o Sr. Gilberto Casanova.

O SR. GILBERTO SOARES CASANOVA (Para discursar.) – Bom dia a todos. É uma honra vir a esta Casa falar sobre diabetes, que, como já foi dito aqui, é uma doença, é uma patologia muito importante, que precisamos realmente olhar com olhos diferentes, como estava dizendo o nosso amigo Fadlo Fraige agora.

Eu gostaria de agradecer às Deputadas Flávia Moraes e Carmen Zanotto, que estão sempre trabalhando junto conosco; aos Senadores Jorge Kajuru e Mara Gabrilli e ao nosso nobre Presidente Nelsinho Trad, a quem agradeço muito pela condução desta sessão solene direcionada ao tema da diabetes.

Como a gente faz parte desta Mesa, uma Mesa extremamente capacitada, muita coisa já foi dita aqui sobre diabetes e, assim, boa parte do que eu teria para colocar para vocês. No entanto, uma coisa que eu, como representante de uma ONG, tenho como muito importante – e este, realmente, é o DNA do nosso trabalho na nossa ONG – é a educação em diabetes.

Nós tivemos ontem uma reunião com cujo resultado a ADJ Diabetes Brasil ficou muito feliz, porque, durante muitos anos, nós tivemos um tratamento de diabetes com insulinas realmente ultrapassadas – eram insulinas com mais de 30 anos de uso –, sendo que já há tecnologia em medicações que realmente melhoraram muito o tratamento de quem tem diabetes, evitando as complicações as quais o Dr. Fadlo estava explicando agora. No final do ano passado, se não me engano, tivemos a liberação das insulinas análogas de ação rápida e, agora, estamos muito bem encaminhados para a liberação das insulinas análogas de ação lenta, que são realmente uma ótima tecnologia para a melhoria do tratamento das pessoas que têm diabetes. Então, esse é um grande passo que, juntamente com os nossos gestores, os políticos que governam o nosso País, é uma conquista muito importante para o futuro da diabetes em nosso País.

Em diabetes, a gente tem uma situação que é difícil. Não se trata simplesmente tomar um remédio: um comprimido ou uma dose fixa por dia. Não, a diabetes é uma doença mais complexa, porque, todos os dias, a gente precisa fazer umas medidas, ver a atividade física que a gente vai fazer, ver o quanto a gente vai ingerir na alimentação e, a partir daí, a gente precisa fazer uma equação para administrar a medicação de forma correta. Hoje, com este Governo que nós temos, com os nossos gestores em saúde, que, na minha opinião, vêm trabalhando muito bem, pois eles aceitam as nossas colocações e eles estão sempre de portas abertas para trabalhar junto conosco, o que é muito importante, eles estão conseguindo fazer com que tenhamos medicações de qualidade, para que tenhamos um trabalho de qualidade. Agora, simplesmente a medicação, em diabetes, não resolve o problema. A gente precisa informar a população. Precisamos dar educação em diabetes para toda a população, aproximadamente 13 milhões de pessoas neste nosso Brasil, mas não é só a população que precisa dessa informação, pois os nossos profissionais de saúde também precisam dela.

Então, isso é muito importante, e essa é uma solicitação que eu faço. Estou muito contente com todas as conquistas que nós estamos tendo, trabalhando juntos a ADJ, a Anad, a Fenad, a



SBD, através da Dra. Hermelinda, mas precisamos desse *plus* quando falamos em educação em diabetes. Isso realmente é muito importante, e eu acho que será a nossa luta a partir de agora.

Muito obrigado.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agora, sim, vamos ouvir um representante desta Casa, o nosso querido Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para discursar.) – Querido amigo, Senador Nelsinho Trad, que preside esta sessão, cumprimento V. Exa.

Eu estava ali no meu gabinete, liguei a TV e vi que o meu amigo Nelsinho Trad, competente Senador do Estado de Mato Grosso do Sul, estava presidindo a sessão. Eu disse: "Eu tenho que ir lá prestigiar o meu amigo e prestigiar essas pessoas que estão ali discutindo temas tão importantes para a saúde pública do nosso País".

Senador Nelsinho, eu quero também – cumprimentando a Mesa, a Deputada Flávia Morais – cumprimentar a Sra. Hermelinda Pedrosa, Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes; cumprimentar o Presidente da Federação Nacional de Associações e Entidades de Diabetes, Sr. Fadlo Fraige; cumprimentar o Presidente da Associação de Diabetes Juvenil, Sr. Gilberto Casanova; e também, a exemplo de V. Exa., mesmo ele não estando aqui, cumprimentar o nosso querido Senador Jorge Kajuru, que é, sem dúvida nenhuma, uma força e um defensor desta causa.

Eu estava pensando ali, Presidente Nelsinho Trad, que, pouco tempo atrás, eu tive uma suspeita – e eu vou começar falando pelo Novembro Azul – de câncer de próstata, e V. Exa., como amigo e como médico especialista na área, foi o meu principal *doctorisconsultu* aqui nesta Casa, me guiando em todos os caminhos, a quem eu mais ouvia. Apesar de ter ido a São Paulo, eu faço questão de citar aqui os nomes, até para acabar de uma vez por todas com esse tabu. É necessário que coloquemos isto na cabeça das pessoas: acabar com esse tabu de que o homem não deve fazer o toque de próstata, que isso não é coisa de homem. Ainda existe gente assim.

Agora mesmo, lá no meu Estado de Roraima, na minha querida Rorainópolis, um amigo muito pessoal, já de 83 anos de idade, cujos médicos acreditam que ele está com CA de próstata, disse que jamais faria o toque, e pediu aos filhos dele que deixassem ele morrer daquela forma. Eu estive lá, conversei com ele, mas ele não abriu mão.

O meu pai, Cassiano Martins Pereira, orgulho da minha vida, trabalhador, um homem que trabalhou a vida toda na roça, não sabe ler nem escrever, mas sustentou 11 filhos com a força do seu braço, teve um câncer de próstata aos 75 anos de idade, diagnosticado, em Roraima, pelo Dr. Marlon. Eu faço questão de mandar um abraço a ele e a todos os profissionais da área lá em Roraima, em nome do Dr. Marlon. Eu também me consulto com o Dr. Marlon, quando necessário, lá em Roraima. O Dr. Marlon encaminhou o meu pai para São Paulo, e o Dr. Gustavo Lemos fez a cirurgia do meu pai quando ele tinha 75 anos de idade. Para a nossa alegria, para a alegria da nossa família, meu pai tem 90 anos de idade, faz 5km de caminhada por dia e está muito bem, graças a Deus. Se não tivesse feito essa cirurgia, certamente, nós estariámos apenas com a saudade dele.

Então, é um alerta que eu faço a todos os homens deste País: acabem com esse medo, com esse tabu, com essa coisa que não é verdadeira. O exame é prático, é rápido e é necessário para a nossa saúde.



Presidente, aqui em Brasília, eu me consulto, às vezes, com o Dr. Luiz Angelo e com a Dra. Lívia, que são competentes médicos aqui em Brasília. Nós não podemos ter jamais essa vergonha, vergonha de cuidar de nós mesmos, da nossa vida, da nossa saúde e da nossa própria família.

Eu também quero agora, Presidente, falar da questão da diabetes. Eu sou Relator de uma matéria importante na Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei nº 585, de autoria do Senador Alvaro Dias, em decisão terminativa. Sr. Presidente, o Senador Alvaro Dias altera o inciso XIV do art. 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

Imediatamente, ao ser designado pela Senadora Simone Tebet, eu peguei o projeto, preparei o parecer favorável e encaminhei pedido à Receita Federal do Brasil – e pedi que o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos também encaminhasse esse pedido –, o pedido de impacto, para sabermos qual impacto teria, para não termos dificuldades.

Eu vou dizer aqui para vocês das associações: qual seria o problema de levar o meu voto sem o impacto? Se nós levarmos um projeto à votação, e ele não tiver o impacto, ele não disser o que vai ter de despesa para o País, ele corre dois riscos: primeiro, de ser rejeitado, de não ser aprovado; e, segundo, de ser declarado inconstitucional por termos legislado uma matéria completamente, ou melhor, uma matéria incompleta, inconclusa e que não estaria pronta para a votação.

Mas o nosso voto é favorável. Estamos esperando a Receita Federal do Brasil, o Governo Federal responder à Comissão de Assuntos Econômicos dizendo qual é o impacto. De qualquer forma, posso acrescentar aqui aos senhores e às senhoras: o meu voto não mudará, independentemente do impacto. Se nós vamos vencer, se o meu relatório será aprovado ou não, para mim não é o problema. O problema para mim é a minha consciência, porque eu tenho certeza absoluta de que muitas pessoas neste País... E eu ouvi o Dr. Fadlo dizer que a diabetes mata mais do que o câncer neste País. E mata mesmo. Eu já perdi inúmeros amigos com diabetes. De uma hora para outra descobrem a diabetes e, em seis meses, já estamos no velório daquela pessoa. Já perdi familiares com o problema do diabetes.

Então, independentemente da matéria – eu não sei como será a votação, se será aprovado ou não –, vou lutar para que seja aprovada. Vou pedir aos colegas, como tenho pedido, o voto favorável para aprovar essa matéria, porque pode até não ser um problema a resolver... Pode até não ser para resolver o problema definitivo do diabetes, mas com certeza absoluta o projeto que analisamos terá condições de aliviar a alta carga tributária que cai sobre o povo brasileiro e, em especial, sobre aqueles que não têm condições de comprar a sua medicação. Nesse caso aqui, os portadores de diabetes.

Eu peço permissão, Sr. Presidente, já para concluir...

(Soa a campainha.)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – ... para dizer que eu aproveitei – e quero até receber sugestões dos senhores e das senhoras, de todo o Brasil – esse projeto para incluir duas emendas, sem prejuízo do projeto original. Eu incluí o lúpus eritematoso sistêmico e a miastenia gravis, que, creio eu, pelos relatos que recebi no meu gabinete de Senador da República, pelos relatos que recebi ainda como Deputado Estadual, no meu Estado de Roraima, são extremamente graves e merecem o apoio absoluto de todo o povo brasileiro e, em especial, do Senado da República.



Presidente Nelsinho, me deixa muito feliz estar nesta sessão presidida pelo amigo. Parabéns pela condução! Parabéns pela competência e parabéns pela seriedade com que V. Exa., Senador Nelsinho, enfrenta todos os problemas deste País e do seu Estado do Mato Grosso do Sul!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Mecias de Jesus, que, pela modéstia que lhe é peculiar, não quis dizer a todos nós que ele tem um filho médico, o Deputado Federal Johnathan, que com certeza assoprou para ele muitas dessas matérias que ele agora acaba de relatar.

Eu pediria ao Senador, se possível, que ele pudesse presidir por dez minutos, para fazermos a nossa apresentação. Eu prefiro fazer da tribuna. Então, passo a Presidência ao nosso querido Senador Mecias de Jesus.

(O Sr. Nelsinho Trad deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mecias de Jesus.)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Assumo a Presidência desta sessão e convido, para fazer uso da palavra, o eminente Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para discursar.) – Senhoras e senhores, em nome do nosso querido Senador Mecias de Jesus e da Mesa já nominada, eu gostaria de saudar a todas as senhoras e aos senhores.

Quero dizer que, por uma deferência do Senador Kajuru, ele nos cedeu este espaço para que pudéssemos fazer essa abordagem rápida a respeito do câncer e da saúde do homem em função de nós estarmos no Novembro Azul. Estamos numa Casa onde o tapete é azul e as cadeiras são também azuis, e nada melhor do que, nesta seara, neste ambiente, discutir essa questão.

O importante dessa situação – eu penso que este é o mérito da sessão nesta manhã – é que ambas as patologias, tanto a diabetes quanto o câncer da próstata, precisam de conscientização, porque, sem a conscientização, sem saber o real motivo das suas consequências e como fazer esse enfrentamento, as pessoas desinformadas vão acabar sucumbindo e ficando num estágio muito mais grave para ser conduzido não só pela rede pública, como também pela sociedade em geral.

Então, vamos passar...

O que é a próstata? A próstata é uma glândula do aparelho reprodutor masculino. Eu começo esta minha palestra com uma frase muito importante: todo homem precisa conhecer isso, como bem falou o Senador Mecias de Jesus, que deu um testemunho vivo do seu enfrentamento, mas toda mulher deve e pode ajudar. Por que eu falo isso? Eu sou médico, especialista em urologia – sou membro da Sociedade Brasileira de Urologia –, e quero dizer para vocês que, na grande maioria das vezes – na grande maioria das vezes –, o homem vai ao consultório acompanhado da sua esposa, da sua filha, da sua neta, de alguém do sexo feminino que tem uma percepção muito mais importante da prevenção do que nós próprios homens. Muitas vezes, vai com a cara amarrada, com a cara emburrada, "malemá" dá bom-dia, boa-tarde, e diz assim: "Eu só estou aqui por causa dela". Isso é muito bom, porque a mulher tem essa consciência de prevenção da doença muito mais apurada do que nós homens.

A próstata é uma glândula do aparelho reprodutor masculino – mulher não tem próstata – e, invariavelmente, vai crescer em todos nós homens a partir dos 50 anos de idade. A prevenção deve



ser feita a partir dos 45 anos, principalmente naqueles que têm um histórico familiar. Esse é o pré-requisito mais importante dessa questão da próstata.

A glândula tem a forma de uma castanha, de uma noz, daquelas que a gente vai comprar agora no Natal, pesa em torno de 20g a 25g e fica localizada embaixo da bexiga. A bexiga é como se fosse uma caixa d'água no nosso corpo. É o órgão que armazena a urina. E a próstata começa a sua formação justamente ali embaixo da bexiga. Para poder sair a urina da bexiga para fora, passa pela uretra, e a uretra, que é o canal que leva a urina da bexiga para o meio externo, também passa pela próstata, ou seja, a próstata tem um túnel dentro da sua glândula, que é a uretra, que é por onde sai a urina.

Essa é uma forma para vocês poderem entender, é um corte do paciente, bem no meio, onde mostra o pênis, o testículo, a próstata, que é aquela glândula alaranjada, a bexiga, que é aquela branca em cima, e o canal da urina, que leva a urina da bexiga para fora. Por que é importante mostrar esse desenho? Para vocês entenderem o seguinte: todo e qualquer sintoma que o paciente venha a apresentar em relação à próstata serão sintomas urinários.

É muito comum o paciente ir ao consultório, por desinformação, com alguma hemorragia, com algum sangramento, através do trato digestivo inferior, que a gente chama reto e ânus, e falar assim: "Doutor, eu acho que eu estou com problema de próstata, porque eu fui evacuar e saiu sangue, e eu acho que é problema de próstata". Não tem nada a ver essa questão de relacionar sintomas ou sinais do aparelho digestivo baixo, que é o reto e o ânus, com problema de próstata. A única coisa que tem a ver é a localização no corpo humano. O reto, que é a parte final do intestino, é vizinho – vamos dizer assim, lindeiro, é vizinho de muro – da próstata.

Existem estruturas que separam a próstata do reto, mas é através do reto que você consegue examinar a próstata. Vamos imaginar o paciente mais magro que vocês possam imaginar. Por mais magro que ele seja, você não consegue examinar a próstata pela barriga dele. O fígado a gente consegue examinar, o baço você consegue examinar, através da barriga, mas a próstata você não consegue examinar. A única forma de você examinar, fisicamente, a próstata é através do toque retal.

Qual é a função dessa tal próstata? A próstata tem função na reprodução humana. Ela produz um líquido esbranquiçado que é eliminado durante a ejaculação, o ato sexual, juntamente com os espermatozoides, que têm origem no testículo. O espermatozoide tem origem no testículo. Já a próstata e a vesícula seminal, que é uma outra estrutura que fica bem próxima da próstata, produzem esse líquido que acaba dando a condição de vitalidade aos espermatozoides na fecundação.

Quais os sintomas que a próstata pode causar? Ela pode aumentar de forma benigna – "b" é do bem, bom –, ou ela pode aumentar de forma maligna – "m" do mal –, ou ela pode inflamar. Assim como nós temos tendinite, nós temos conjuntivite, nós temos também a prostatite. Então, são estas três situações que podem ocorrer na próstata do ser humano: ela aumenta de forma benigna, aumenta de forma maligna, ou inflama. Em todas as situações, ela vai dar sintomas de obstrução de fluxo da urina.

Aqui há um desenho, um corte no paciente de frente. O primeiro desenho é a bexiga e a próstata normal. Vocês observam que, logo na saída da bexiga, a próstata está ali, e, por dentro dela, passa o canal da urina, que é a uretra.



No outro, nós temos a próstata crescida, a bexiga com o sofrimento em função desse crescimento da próstata, e o canal da urina, extremamente estreito, fazendo com que o paciente sofra para poder urinar. Isso acaba dando uma péssima qualidade de vida para ele.

Aqui, são alguns sintomas ocasionados quando a próstata aumenta: sensação de não esvaziar completamente a bexiga após terminar de urinar; necessidade frequente de urinar, de duas em duas horas. O sujeito urina, daqui a pouco, vai ter de urinar de novo. Mais sintomas: jato de urina que para e recomeça; dificuldade para conter a urina, que a gente chama de urgência urinária, urgência miccional. O paciente tem vontade e, na hora em que ele vai ao banheiro, já urinou na calça mesmo. Outros sintomas: o jato de urina fraco; não sai certo o jato para dentro do vaso, sai espalhado. Aí dá aquela confusão com a mulher em casa, pois acaba urinando por volta do banheiro, e a mulher fica brava: "Você não urina dentro, fica urinando fora, tem de ir ao médico!". E isso também faz muito o paciente vir até a gente. Mais sintomas: necessidade de fazer força para começar a urinar, porque obstrui. Ele tem de fazer aquela força, aumenta a pressão abdominal, pode causar hérnia – tanto é que, em todos os casos de paciente que vem com hérnia inguinal na faixa dos 50 anos para a frente, a gente tem de pesquisar a próstata. Outro sintoma: necessidade de levantar à noite, de duas em duas horas, para urinar. O indivíduo não tem um sono tranquilo.

Então, como consequência, a gente tem uma queda na qualidade de vida. Por exemplo, o sujeito que tem um problema de próstata grave não consegue ficar este tempo todo na sessão, assistindo a uma sessão de duas horas. Ele tem de ir ao banheiro, tem de sair de novo, não consegue assistir a um jogo de futebol, não consegue assistir a um cinema. Isso, realmente, deixa-o com uma vida bastante complicada.

A prostatite é a inflamação da próstata. Assim como nós temos tendinite, conjuntivite, ela causa os mesmos sintomas das dificuldades de um crescimento benigno, mas ocorre febre, ardência, dificuldade e dor na hora da urina. Às vezes, pode dar também uma secreção no canal da urina, que é o que a gente chama de corrimento.

E o câncer da próstata, assim como a diabete, precisa ser muito esclarecido, porque é uma doença, infelizmente, silenciosa. Muitas vezes ele não causa nenhum tipo de sintoma, diferentemente do crescimento benigno, que causa. Com o câncer da próstata na fase inicial, o indivíduo acha que não tem nada e fala assim: "Eu não preciso fazer a prevenção, eu não sinto nada". Daí a necessidade a importância de se fazer a prevenção a partir dos 45 anos.

E por que é importante bater nisso? Porque quando se descobre precocemente um câncer de próstata – daí o Novembro Azul – a chance de você curar esse paciente com uma cirurgia beira 95% a 98% como um percentual de cura, muitas vezes sem necessidade de fazer tratamentos complementares que outros tipos de câncer acabam levando o indivíduo a fazer, como a rádio e a quimioterapia.

Então, o inverso também é algo que precisa ser dito: se o indivíduo, mesmo que não senta nada, acha que está bom, que é um super-homem, que não vai vir câncer nenhum nele, ainda mais na próstata – e há aquele mito, o qual o Senador Mecias acabou de relatar e acabou de dar o seu testemunho, de que prefere morrer a ter que fazer esse exame – essa doença manda a raiz, manda metástase para os ossos e dá uma dor no paciente que é algo que nós médicos urologistas temos até pavor de ver, tamanho é o sofrimento que o paciente tem em função de uma dor, de uma metástase óssea causada pelo câncer da próstata.



Então, gente, se vocês saírem daqui desta sessão com a conscientização da diabetes e com esse alerta de que a prevenção é o melhor caminho para o câncer da próstata, principalmente a partir dos 50 anos – ou dos 45 para quem tem o antecedente familiar –, eu já vou me dar por satisfeita.

O câncer de próstata é o segundo mais comum entre os homens, atrás apenas do câncer de pele. Segundo o Instituto Nacional do Câncer, foram 68.220 casos em 2018. Esses valores correspondem a um risco estimado de 66,12 casos novos a cada cem mil homens.

Aqui, entre os cânceres mais frequentes no Brasil, o câncer de próstata está sempre liderando. (*Pausa.*)

Aqui, alguns dados que ressalto: a importância do histórico familiar é algo que se nos coloca como o fator pré-requisito para esse exame; e a prevenção, a questão da vida saudável, a questão de você ter uma alimentação também sempre bem nutritiva e de fazer a sua prevenção.

Como se faz a prevenção? A prevenção é feita através do exame de sangue, que a gente dá o nome de PSA, que é o Antígeno Prostático Específico, que serve apenas para ser um balizador, é como se fosse o sinal amarelo. Pode estar o sinal verde, pode estar o sinal vermelho, mas quando está com o sinal amarelo você pode ficar com uma pulga atrás da orelha de que alguma coisa há nesse paciente: ou uma inflamação na próstata ou mesmo um crescimento benigno ou mesmo um crescimento maligno.

Além do exame do sangue, do PSA, nós temos esse exame que é o toque retal. Eu me lembro, quando aprendi na minha residência de Urologia, de uma frase de um professor meu que falava que o melhor ultrassom ou o melhor exame do urologista é a ponta do dedo, porque você sente a consistência da próstata.

Uma próstata normal tem a consistência desta região que a gente chama abaixo desse dedo. Se você fizer assim com a sua mão e apertar aqui, esta é a consistência normal da próstata. A consistência inflamatória da próstata é esta aqui: você enche a bochecha de ar e aperta, ela tem esta consistência mais bojuda e mais molinha do que a consistência da próstata benigna. A consistência do câncer de próstata, você faz assim e aperta a ponta do cotovelo. Não há como errar, ou seja, a gente que é acostumada a fazer três, quatro, cinco toques por dia, quando estamos atendendo no consultório, não há como o médico deixar de perceber pelo exame apurado no paciente.

E outra coisa importante a ser ressaltada para os homens que estão aqui me ouvindo e vendo, através da televisão: um exame preventivo na mulher é constrangedor, é demorado, a mulher tem que ficar em posição ginecológica, o ginecologista tem que pintar o colo do útero, às vezes, tira alguns pedacinhos para biópsia, demora em torno de 15 a 20 minutos. Uma mamografia na mulher, também. Você tem que colocar o seu seio no aparelho, parece que aquilo vai arrancar o seio da mulher, e também é demorado. O exame do toque retal de próstata leva menos de dez segundos. Então, pessoal, não justifica esse mito, esse receio que normalmente a gente vê, que está – ainda bem – diminuindo, Senador Mecias, na consciência das pessoas.

São vários tipos de tratamento. E digo a vocês que os tratamentos são de acordo com o tipo da doença, se é benigna, se é maligna, se é inflamatória. Dependendo também do grau de invasão do tumor, se ele está restrito à glândula, se ele já saiu para outro órgão. Então, são vários tipos de tratamento que há à disposição.

Ressalto aqui o seguinte: o mais importante nessa questão do tratamento é que se o câncer de próstata, assim como a diabetes, for descoberto precocemente, através de uma prevenção, de



um exame, detectado numa prevenção, a chance de curar esse paciente é muito grande. Eu posso dizer a vocês aqui, com muita segurança: a Medicina, desde que você descubra precocemente o câncer de próstata, venceu essa doença no corpo humano.

(Soa a campainha.)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Quero agradecer a atenção de todos e fazer aqui uma homenagem a um professor que, durante os congressos, teve a oportunidade de me ensinar e que é para mim uma referência na Medicina brasileira, na América do Sul e no mundo, que é o Prof. Miguel Srougi, uma pessoa que eu sempre procurei seguir, sempre estando, mesmo longe dele, como uma pessoa ética, correta, séria e que tem um conhecimento que orgulha, não só a nós urologistas, mas a todos os médicos brasileiros.

Muito obrigado e um bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Passo a Presidência dos trabalhos ao eminente Senador Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

(O Sr. Mecias de Jesus, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelsinho Trad.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. Fala da Presidência.) – Bom, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a todos pela participação nesta sessão especial destinada a comemorar a campanha de conscientização do mês do diabetes, que é o Novembro Diabetes Azul, e, aproveitando a deixa, também ressaltamos a importância da prevenção do câncer de próstata.

Mais uma vez, registro aqui o agradecimento ao Senador Kajuru, que foi o autor do requerimento de realização desta sessão, o que nos permitiu que aqui pudéssemos estar presentes.

Nós vamos, na terça-feira, às 15h, aqui no Interlegis, uma estrutura anexa ao prédio do Senado, fazer novamente uma apresentação dessa natureza para os funcionários do Senado da República.

A gente está à disposição também para levar essa informação a quem desejar, conciliando, claro, com os nossos horários.

Muito obrigado e um bom dia.

Está encerrada a sessão. (*Palmas.*)

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 45 minutos.)

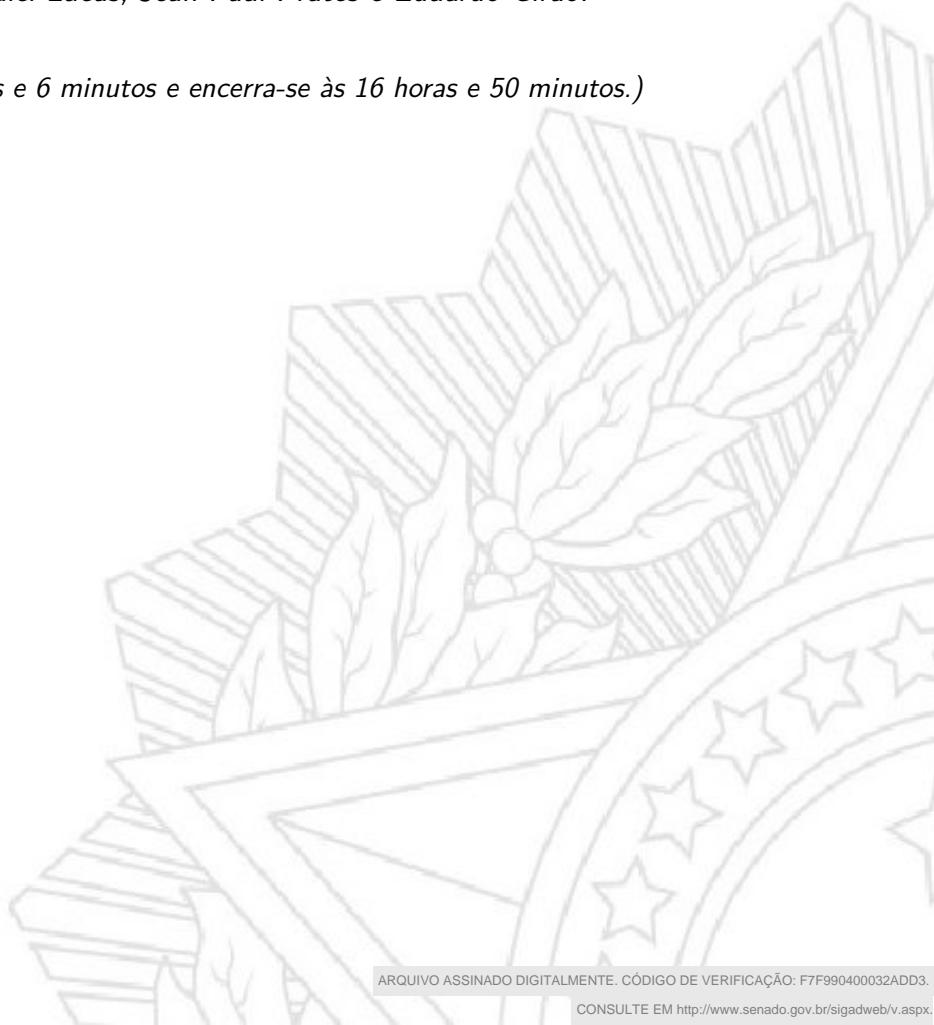


Ata da 215^a Sessão, Não Deliberativa, em 7 de novembro de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência dos Srs. Izalci Lucas, Jean Paul Prates e Eduardo Girão.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 6 minutos e encerra-se às 16 horas e 50 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Sessão não deliberativa.

Há oradores inscritos.

Primeira oradora inscrita, a Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para discursar. Com revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Izalci, Sras. e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna, porque hoje, dia 7 de novembro, é o dia do aniversário do meu pai, o ex-Senador, o ex-Presidente do Senado Ramez Tebet. É muito difícil para todos nós que, como eu, já vimos nossos pais em despedida falar deles conjugando o verbo no tempo pretérito, no tempo passado. Por isso, para mim, meu pai não fez, ou não faria, mas faz hoje 83 anos de idade, vivo não só na minha memória, mas também na minha saudade.

Eu tenho para mim que, quando falamos dos nossos pais ou com os nossos pais, nunca há uma discordância verbal. Nossos pais sempre são o sujeito do texto das nossas vidas e se verbalizam em todos os tempos. Nossos pais foram, são e serão sempre.

Na partida física do meu pai, eu confesso que deixei de caminhar lado a lado com ele, seguindo seus passos, para agora seguir os seus rastros. Por isso, eu procurei, como todo dia do seu aniversário eu faço, tentar trazê-lo à memória através de um fato, um episódio. Hoje amanheci e, buscando nos arquivos, achei o dia, talvez o último dele, em que ele foi, nesta mesma Casa, no Plenário do Senado, homenageado pelos seus pares. Das palavras escritas que estavam ali no texto, eu me dei conta da existência de muitos adjetivos, quase que um dicionário, um verdadeiro dicionário de bons sentimentos. Trago aqui alguns deles. Todas essas palavras foram ditas ali naquele momento como uma homenagem singela. As palavras que mais me chamaram atenção: prudência, consenso, coragem, desafio, luta, amizade, fraternidade, justiça.

Creio que poderia escolher qualquer uma delas para defini-lo, mas, justamente porque procuro seguir os seus rastros, é que procurei trazer hoje, ocupando esta tribuna, coisa que nunca fiz em nenhum dia desde os primeiros dias em que aqui estive, o que me chamou mais atenção, de todos as palavras, que foi o que talvez seja o mais fundamental e necessário neste País e que eu resumo no termo conciliação. A todo momento, via no que estava transscrito, dito pelos seus colegas: "O Senador Ramez Tebet é um pacificador, é um homem de conciliação".

Nunca o Brasil precisou tanto que essa palavra dita seja transformada em ação. O Brasil está dividido por muros, em especial o da desigualdade social – os últimos dados do IBGE apontam que passamos a um número recorde de miseráveis: são agora 14,5 milhões de brasileiros na miséria, vivendo ou melhor morrendo dia a dia – ou o muro do desemprego, pois são 12,4 milhões a quem não mais se permite sequer ganhar o pão com o suor do seu trabalho. E é sabedora de tudo isso que hoje venho a esta tribuna, não para lembrar que meu pai estaria ou está comemorando 83 anos, mas para lembrar que homens como ele não fazem apenas falta a mim, fazem falta ao Brasil.

E aqui gostaria de lembrar de homens que passaram não só pelo Senado, mas pelo Congresso Nacional e que tinham o mesmo perfil. Refiro-me a Teotônio Vilela, a Tancredo Neves, a Ulysses



Guimarães, a Mário Covas, a Itamar Franco, a Franco Montoro. E, me perdoem, em nome deles, faço referência aqui a todos os homens e mulheres públicos que tinham esse perfil conciliador, que sabiam derrubar muros e fincavam sempre a bandeira da conciliação.

Digo isso neste momento em que vemos o País e o Congresso Nacional se atacando mutuamente. Os ataques não são mais apenas verbais, não são mais os ataques no campo das ideias ou os ataques no campo ideológico, Senador Paulo Paim; são ataques pessoais e verbais nas redes sociais e até mesmo físicos nos gabinetes, nos corredores e nos plenários dos Parlamentos brasileiros. São palavras ditas que não condizem com o decoro e até com a boa educação não só de um homem público que foi eleito para servir o povo e para representá-lo, mas de quem quer que seja.

Neste momento difícil do País, nós ainda temos que resolver os nossos problemas e temos ainda que conversar e dialogar para que possamos entrar num amplo consenso, numa ampla conciliação, para que possamos, a partir daí, retomar uma agenda propositiva para o País.

Hoje, eu utilizo estas breves palavras, Senador Izalci – volto a repetir –, não para lembrar a figura de meu pai, mas para lembrar o exemplo de homens públicos que citei aqui entre tantos, porque hoje há uma lacuna, há um eco neste Plenário, há um eco nos corredores do Congresso Nacional, há um eco nos gabinetes que precisa ser ouvido por todos nós. Das palavras daqueles que emprestaram as suas vidas pelo Brasil e pelos brasileiros, que possamos transformar essas palavras, Senador Humberto, em ação. Vamos deixar as nossas diferenças de lado. Vamos partir para a ação antes que seja tarde demais.

Finalizo lembrando que, se de tudo o que disse...

Com o maior prazer, Senador Humberto. É um prazer ouvi-lo.

O Sr. Humberto Costa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para apartear.) – Senadora Simone Tebet, quero inicialmente parabenizá-la pelo pronunciamento em que, na sua condição de filha, presta essa homenagem ao ex-Senador Ramez Tebet. Quero aqui me associar a essa homenagem também.

Não tive oportunidade de conviver diretamente com ele, porque, à época em que ele era aqui Senador, eu era Deputado Federal, e as duas Casas não tinham como não têm uma grande comunicação, e, em outros períodos, eu desenvolvi outras atividades no Governo do Estado de Pernambuco. E, na condição também de alguém que já perdeu o pai, eu entendo o sentimento de V. Exa. Reconheço aqui o político que foi Ramez Tebet e as suas características, particularmente essa que V. Exa. resgata hoje, e resgata com muita propriedade, observando o que acontece hoje no nosso Parlamento – é lógico que não é só no Parlamento, mas no Parlamento em especial.

Eu hoje fazia uma reunião com os meus assessores para conversar um pouco, inclusive sobre notícias falsas, redes sociais, ataques que todos nós já sofremos – eu, no momento, sou uma das bolas da vez –, e eu lembrava que o nível, infelizmente, do Parlamento piorou muito. Eu fui Deputado numa época em que eram Parlamentares – eu vou falar só dos que eram contra a minha opinião, contra a minha posição – Luís Eduardo Magalhães, Gerson Peres, Inocêncio Oliveira, o próprio Aécio Neves, Marconi Perillo. E nós tínhamos um nível de debate, naquela época, na Câmara dos Deputados, que era uma coisa totalmente diferenciada. Apesar das inúmeras e enormes divergências, existia o respeito, existia a cordialidade, existia o entendimento de que o Parlamento é um espaço de disputa, mas é um espaço de entendimento, de respeito, de compreensão. Hoje, infelizmente, isso não acontece.



Graças a Deus, aqui no Senado, a coisa é um pouco melhor, não sei se é porque aqui nós temos mais liberdade para falar, mais tempo para falar, e lá eles têm que ficar brigando por um espaço e tal... Aquilo a que assistimos é uma coisa realmente... Antigamente, quando alguém se excedia, ficava irritado ou agredia alguém, isso era notícia nacional. Agora, é o contrário: se alguém agir com serenidade, com tranquilidade, pode ser que vire notícia nacional! Aqui, às vezes, a gente até recebe alguém que veio de lá ou que veio de outro lugar achando que, se fizer do mesmo jeito aqui, aqui vai se contaminar, mas, felizmente, parece que aqui é mais difícil isso acontecer – não sei qual é a razão.

É muito importante este registro, inclusive resgatando que o Senador Ramez Tebet foi uma pessoa que se caracterizou por essa prática. Concordo com V. Exa.: o Brasil está precisando de pessoas que ajudem a produzir entendimento, a gerar conciliação. Como tal, não somente eu quero parabenizá-la, mas também aqui externar o meu respeito a ele, que foi um grande político brasileiro.

Muito obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço as palavras, Senador Humberto. Gostaria de me solidarizar com V. Exa. em relação aos ataques que V. Exa. diz que está sofrendo.

Quero lembrar que, numa democracia – e esta é a beleza da democracia –, nós podemos, como expressa a frase que dizem que é de Voltaire e que nós soubemos, agora, recentemente, que não o é, fruto de estudos de historiadores, discordar de absolutamente tudo que V. Exa. diz ou pensa, mas vou defender até a morte o direito de V. Exa. dizer. É essa a beleza da democracia. É isso que faz um país verdadeiramente democrático avançar, porque ninguém é dono da verdade, nenhuma ideologia o é. Nós não temos só coisas boas na direita ou só coisas ruins na direita e vice-versa. É um somatório a favor do País que vai levar o Brasil, que tem essa desigualdade vergonhosa, a encontrar o seu destino, que é o destino de um país que nasceu para ser grande, para ser rico. E ele é grande e rico, mas jamais será fraterno e solidário enquanto essa riqueza não for compartilhada com todos, não for compartilhada com muitos.

É um prazer muito grande ouvir o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Senadora Simone Tebet, primeiro, eu queria dizer que o seu discurso de hoje, além de ser um discurso de estadista – permita que eu o diga –, está à altura do seu pai. Eu convivi com ele e aprendi a respeitá-lo muito, muito, muito. Eu sou da época deste público que está lá no alto e ao qual V. Exa. se referiu, Covas, Ulysses, Tancredo, porque eu estava no Parlamento naquela época.

Quero dizer que V. Exa. tem toda a autoridade para chamar a todos – ouvi a palavra "conciliação", que a senhora falou –, para que esta Casa reflita – esta Casa, que eu digo, é o Congresso Nacional –, para que a democracia reflita, para que o Executivo reflita, para que o Judiciário reflita e para que o Legislativo reflita. Eu concordo plenamente com o seu pronunciamento.

Essa questão de querer desconstituir o outro, pessoalmente, e não fazer o debate das causas é uma política de fato de terra arrasada, para não usar outro termo mais pesado, até para ficar à altura ou próximo do seu pronunciamento. O Parlamento é parlar, é falar, é dialogar, é procurar um entendimento. E eu sinto que falta muito isso. Eu cheguei, numa oportunidade, a dizer que eu



sinto falta do centrão da Constituinte. Com o centrão da Constituinte, nós dialogamos, e, por isso, surgiu a Constituição Cidadã.

Enfim, eu não quero eu falar, quero só dizer que eu tinha um carinho muito grande pelo seu pai. Ele cansou de me receber quando ele era Presidente do Senado. Eu já lhe disse e repito que havia um problema gravíssimo no Rio Grande do Sul com os estudantes sobre um projeto que nós tínhamos aprovado aqui, eu tinha defendido e ele também, e ele disse: "Paim marca dia e hora com eles que eu vou lá". Repito isso. Ele foi, ganhou os estudantes, ganhou a mim, ganhou a todos.

Enfim, V. Exa. é uma estadista. Seu pai foi um grande estadista e jamais será esquecido por todos nós.

Parabéns.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Paulo Paim. Eu agradeço.

Eu ia finalizar com uma palavra que V. Exa. acabou de dizer. Obviamente, como eu disse, esta não é uma homenagem, pois eu trouxe a memória do meu pai neste dia, porque senti a necessidade de dizer hoje, da tribuna do Senado Federal ao País, que esses muros que dividem, as desavenças, inclusive, que dividem hoje o seio familiar e que acontecem hoje, também, dentro do Congresso Nacional, precisam urgentemente chegar ao final. E essa mudança de postura depende de nós. Nós somos o exemplo, nós somos um espelho, nós somos a caixa de ressonância da sociedade. Que nós possamos voltar a honrar homens públicos da envergadura de Ruy Barbosa e de tantos que eu mencionei, fazendo aquilo que é o nosso dever. Eu ia finalizar exatamente falando da importância e do papel do centro democrático, não desse centrão do Congresso Nacional ou da Câmara dos Deputados, mas do centro democrático, que abriga, como abrigou no passado, na época da ditadura... E, sim, houve ditadura no País; sim, a ditadura fez mortos e desaparecidos; sim, na ditadura, não se tinha o direito de falar, não se tinha liberdade de ir e vir. O AI-5, de todos os atos institucionais, foi o mais criminoso, temerário e medonho que talvez tenha sido editado não só no Brasil, mas nas democracias que, por um tempo, por um lapso, deixaram de conviver com esse período. Nós não tínhamos o direito sequer a um advogado a nos defender, quando éramos presos, porque houve a suspensão do HC. Então, neste momento, como no passado, com um centro democrático que abraçou e abrigou todas as correntes ideológicas que se dispuseram naquele momento contra as barbáries cometidas, é importante que o centro democrático possa voltar a existir para dialogar, para ajudar o Governo, o País, para que nós possamos honrar o mandato e que a população possa voltar a acreditar na classe política e na política brasileira.

Aqui eu disse – Senador Izalci, eu realmente encerro –, aqui eu citei uma série de atributos que foram dados ao meu pai. Mas eu quero dizer que há um em particular que eu não vi na ata escrita. Com isso, eu quero finalizar.

Meu pai tinha uma particularidade. Quando ele precisava pensar, quando ele estava preocupado, ele andava nos corredores do Senado, especialmente no Túnel do Tempo, assobiando. Alguns diziam que era desafinado. Mas até nisso ele era conciliador. O que são notas desafinadas? São várias notas que estão ali pensando, comungando de forma diferente.

Que nós possamos, neste momento em que o País precisa, repito, ser, cada um de nós, deixando de lado um pouquinho dos nossos radicalismos, um pouquinho conciliadores a favor do País, especialmente daqueles que mais precisam.



Muito obrigada, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para apartear.) – Eu não poderia, Senadora Simone, deixar de não só elogiar o discurso de V. Exa., mas sempre de lembrar o quanto Brasília deve a seu pai. Foi ele quem instituiu, na última semana, o Fundo Constitucional. Então, se hoje nós temos segurança jurídica, recursos para pagar a segurança ou parte da educação e a saúde, devemos muito ao seu pai.

Então, parabéns a V. Exa.!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, o próximo orador é o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Senador Izalci Lucas, Senador Humberto Costa, Senadora Simone Tebet, eu vou continuar na mesma linha dos temas que venho tratando na tribuna do Senado, aproveitando o discurso da Senadora Simone sobre entendimento, conciliação, acordo.

O destino e o movimento ontem aqui no Plenário, em que os Senadores mostraram que não queriam votar contra o destaque que quer garantir o direito a uma aposentadoria decente às pessoas com invalidez, fizeram com que o quórum não se completasse. E mesmo entre aqueles que votaram, grande parte tinha votado a favor do destaque.

Nessa linha da conciliação, nós vamos ter praticamente uma semana. É muito difícil que haja quórum na semana que vem, nós sabemos disso – muito difícil –, para votar os destaque, até porque vai haver o encontro aqui dos Brics. Ao mesmo tempo, teremos também a promulgação da PEC na terça-feira.

Por isso, Presidente, eu quero, mais uma vez, insistir, porque fica quase como uma agressão do Parlamento à pessoa que está inválida. A pessoa inválida, em coma, não vai mais poder trabalhar em hipótese nenhuma, porque isso é o critério. Está na lei. Ela se aposenta, independentemente do tempo de contribuição, desde que ela tenha contribuído, claro, por mais que um ano. A proposta que foi aprovada na PEC principal praticamente acaba com o direito de essa pessoa se aposentar.

A lei hoje garante a aposentadoria de 100% e mais 25% para o cuidador. E o que está escrito nessa PEC acaba com a integralidade e acaba com o direito da contribuição de mais 25% para o cuidador. Não é justo! Sinceramente, esta é uma palavra forte – mas eu sei que nós não votamos ainda e podemos resolver – e para mim é quase uma covardia. Você agredir uma pessoa inválida é uma covardia, mas eu sei que isso a gente... Este Parlamento não há de cometer isso.

Por isso é que o destaque está votado em separado, vai ser votado em separado. Acredito que podemos construir o acordo de votar, por unanimidade, como foi, Senador Izalci, na questão da periculosidade. Foi, foi e nós construímos acordo, e um acordo positivo, V. Exa. participou dele.

Acredito que nessa questão também da pessoa inválida que realmente tenha contribuído 5 anos, 10 anos, 15 anos, 20 anos, 3 anos e ficou inválida não pode ter um corte brutal na sua aposentadoria, que vai virar 50% em relação àquilo que ela ganha hoje, porque a PEC não foi promulgada.

Então, eu venho à tribuna mais uma vez. Virei amanhã falar disso de novo; virei na segunda falar disso; virei na terça falar disso; e, se tiver sessão na quarta, virei também na perspectiva



sempre, usando aqui o espaço da Senadora Simone Tebet, de que é preciso dialogar, de que é preciso conversar, de que é preciso perseguir a justiça.

Eu duvido que haja um Senador que não está convencido de que este destaque tem que ser aprovado, porque aposentado por invalidez não pode receber metade do salário. Senador Jean Paul, tenho certeza disso. Se todos estão convencidos, porque permitir uma maldade dessas, uma crueldade dessas?

Eu vou torcer para que aquele painel que está na minha frente esteja lá com 80 votos – o Presidente não vota, e, se votasse, eu tenho certeza de que ele votaria; se precisar ele vota, porque a decisão ontem dele, do Presidente Davi Alcolumbre, que eu quero elogiar aqui, foi de grandeza.

Quando eu suscitei que inúmeras vezes tinham interrompido a votação, por mais de dez vezes, ele respondeu no final: "Você tem razão. Então, eu vou interromper também agora, e esse destaque fica para a semana que vem".

É nessa linha que eu percebo que há uma vontade. É impossível que o Executivo não tenha também sentido a vontade deste Plenário. Senadores começaram a sair e me ajudaram quando saíram, sim... Nos ajudaram, porque quando eles começaram a sair foi para não dar o quórum. Eles não queriam votar aquele destaque, não queriam, e os que votaram, a maioria, tenho certeza, votaram pelo destaque. Essa é a vontade da Casa.

E, em um momento em que a gente fala tanto em conciliação, conciliação é a sensibilidade também de o outro lado entender que tem que dialogar e construir um entendimento em que prevaleça a justiça. Por isso eu apelo mais uma vez no sentido de que a gente chegue a esse entendimento.

E, nessa mesma linha, eu também quero, Sr. Presidente, cumprimentar esta Casa por, no dia de ontem, ter votado a proposta de emenda à Constituição da Senadora Rose de Freitas – na verdade, de toda a bancada feminina e apoiada, porque foi votação por unanimidade, de todos nós –, para garantir que o feminicídio, a partir de agora, é crime inafiançável, não prescreve e é cadeia mesmo. Meus parabéns à Senadora Rose de Freitas! Meus parabéns a todos os Senadores, e principalmente à bancada feminina, que foi a grande articuladora desse projeto!

Quero cumprimentar também a Senadora Kátia Abreu, por ter ontem aprovado um projeto que valoriza, que medeia, que avança na questão do contrato de franquia.

E por fim, Senador Jean Paul, que estava aqui ontem no final da noite, eu confesso que não entendi e não entendo até agora por que é que um projeto que começou aqui nesta Casa para garantir que aquelas famílias que moram na beira dos trilhos – e, muitas vezes, os trilhos chegaram depois, eles estavam lá –, por que é que somente eles, nesse projeto, eles que começaram esse debate, desaparecem mediante um destaque supressivo e não terão direito a esse grande entendimento sobre aqueles que moram na beira das rodovias, na beira dos trilhos. Senador Jean Paul, V. Exa. estava aqui. Eu estou falando, porque vou explicar aonde vou chegar.

Eu entendo que é uma área de risco mesmo, entendo; mas o que eu queria somente – e é nessa linha que eu vou continuar, e já aprovei uma audiência pública – é que eles sejam indenizados, só isso. Só o que eu quero é isso. Alguém tem que indenizá-los. Não é justo.

No Rio Grande do Sul, são 15 mil famílias, mas no Brasil, são mais de 50 mil – acho que chega a quase 100 mil – que estão naquela área considerada de risco e perigosa.

Muito bem, mas quando eles foram para lá, foram incentivados. Instalaram lá seu negócio, estão morando com seus familiares. E agora, de uma hora para outra, vão ser varridos de lá? Os



tratores vão passar por cima das casas, dos prédios, da lancheria, da padaria, do açougue? Não é justo. Como é que nós perseguimos a Justiça? Alguém tem que indenizá-los.

Eu dizia ontem e repito aqui: no Governo Lula, houve uma área do Rio Grande do Sul em que havia índios. Havia os índios, uma nação indígena, havia os quilombolas e os agricultores. Todos tinham direito de estar lá porque, na época, os Governos incentivaram, inclusive os agricultores, a irem para lá. O que fizemos? Indenizamos. Quem quis ficar ficou, porque a terra era uma terra grande, e outros foram indenizados.

Nessa questão, eu não estou aqui contra ninguém. Inclusive fiquei solidário ao Senador que apresentou o projeto – foi o Wellington –, e depois o do Rio Grande do Sul, que... Deu branco...

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Senador Lasier Martins.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lasier, pronto.

Fiquei solidário ao Lasier. Somos adversários políticos, mas fiquei solidário a ele, tanto que eu ia pedir verificação. Depois ele pediu para mim que eu não pedisse verificação: "Não pede, Paim, porque nós vamos tentar construir um outro entendimento". E eu acatei também a sua orientação, Jean Paul, que é um estudioso da área. Quando eu vi que V. Exa. estava encaminhando na mesma linha, eu retirei o pedido.

Mas o que eu gostaria é que nós pudéssemos, todos nós juntos, ver como é que resolvemos a questão, num outro projeto, de se indenizar essas famílias.

Um aparte a V. Exa. E eu aqui encerro. Já me sinto contemplado, porque um aparte de V. Exa., para mim, é um orgulho.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para apartear.) – Que isso, imagine! Para mim é que é uma honra. O Senador Paulo Paim é que tem sido um mestre para mim aqui, eu sempre digo isso.

Ontem, eu fiz um comentário aqui sobre esse projeto, porque realmente é uma situação de uma escolha de Sofia, muito difícil, entre o presente, o passado e o futuro das pessoas ou das comunidades, ou de atividades econômicas e sociais que se desenvolvem ou que acabam se desenvolvendo nesses trechos de áreas não construtivas e também nas faixas de domínio.

A questão que se discutia ontem era mais em relação ao futuro, porque, caso nós, para ou a pretexto de regularizar situações fáticas, porém ilegais, que acontecem hoje, reduzíssemos a faixa, ao mesmo tempo em que estamos relatando e permitindo que autorizações permitam ferrovias privadas e a autorregulação também, o que também faz parte do crescimento e da maturidade regulatória do Brasil, nós estariámos, justamente, estreitando as margens de segurança, para usar um termos mais popular, digamos assim, menos técnico das ferrovias...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De fácil entendimento.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... propiciando, assim, um risco muito maior de acidentes no futuro, apenas por, circunstancialmente, estar resolvendo, eventualmente, por mais que sejam altamente relevantes, os casos das 15 mil famílias e de outras, inclusive no Rio Grande do Norte e em outros lugares, que, por alguma indução ou até por pressão social, caos urbano, de fato, que é uma situação de fato do Brasil, invadiram ou acabaram ocupando áreas que aparentemente estão desocupadas, não estão sinalizadas.



As pessoas, inadvertidamente, às vezes até sem indução, nem sabem que aquela área não pode ser ocupada. Eventualmente, quando sabem, não se preocupam tanto, porque, de repente, uma autoridade de alguma esfera ali, que deveria interferir, também não agiu no momento certo. O fato é que temos várias situações como essa, como também temos ocupações ilegais em todos os lugares, cidades morros, enfim, do País.

Nesse caso e porque essa é uma situação, infelizmente, cotidiana no Brasil, já há jurisprudência na Suprema Corte, já há mecanismos, inclusive em nível municipal, estadual e até federal, para que sejam indenizadas – e devem sê-lo sim. E, se esses mecanismos não foram suficientes ou não foram claros a ponto de resolver esse caso especificamente do meu Estado paterno, o Rio Grande do Sul, o Estado de onde vem meu pai, ali da região das Missões....

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Rio Grande do Sul, neste momento, tem orgulho de ouvir V. Exa. anunciar que é filho da terra gaúcha.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Os Prates são do Rio Grande do Sul.

E de lá, então, eu me comprometo com Paulo Paim e com Lasier Martins a estar junto com vocês para que, juntos, encontremos uma solução legal para esses casos – que, aí sim, rejamos o passado e o presente.

O que me preocupou ontem e que eu quis fazê-los ver é que, se nós, para resolvemos esse problema, tivéssemos de criar outro problema, que é aumentar tremendamente o índice de acidente e o risco para populações, aí sim, por permitir que elas cheguem muito próximo da área de operação de uma ferrovia... Eu acho que a decisão que nós tomamos ontem foi correta.

Se para o passado e para o presente temos de dar uma solução um pouco mais rápida e ágil, nós faremos isso juntos. Mas, vejam a gravidade disso: nós íamos diminuir de 15... Não estou certo quanto ao número porque estou sem a cola em papel. Mas de 15 para 5 na faixa não edificante...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É como saiu aqui do Senado.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É de 15 para 5 em uma ferrovia, que é diferente de uma rodovia, Senador Izalci, porque, na rodovia, o carro... A rodovia é muito mais fácil de se desviar. O carro, inclusive, tem autonomia de mudar de pista, de sair, as velocidades são controladas e, inclusive, muito mais fiscalizadas. A ferrovia é um comboio sobre trilhos e não tem para onde ir. Se você coloca alguma coisa em cima de uma ferrovia, o tempo de retirada – isso em qualquer filme de bangue-bangue dá para ver –, se você botar alguma coisa numa ferrovia, ou cruzar uma ferrovia, existe um perigo, porque o trem não vê, não tem como frear, não tem capacidade de frenagem e não tem capacidade de desviar da linha onde ele está preso. Então por isso as faixas de domínio e também as faixas de segurança não edificantes são bem largas, são bem grandes. Daí também ocorre a impressão de que, quando a ferrovia está, ou ociosa ou abandonada, a pessoa olha aquilo: "Nossa, mas está tão longe do trem! Vou construir a minha casa. Vou fazer meu comércio. Vou ocupar essa área. Ninguém está ocupando aqui". Então ocorre esse dilema.

E o que ontem nós resolvemos foi que, daqui para a frente, mantemos aquele respeito àquela faixa. E agora, claro, cabe aos executivos e a quem cabe implementar a lei fazer valer de fato – e aí eu até incluo as rodovias também. De quantas rodovias, quando vamos fazer obras de



duplicação nos nossos Estados, o Dnit é obrigado a recuperar a faixa de domínio porque ela foi invadida?

Então há uma questão aí também de ordenar melhor isso e dar mais capacidade coercitiva para as entidades que são responsáveis por isso.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço, Senador Jean Paul, e fiz questão de provocá-lo. Olha que eu citei três, quatro vezes seu nome. Digo: Ele vai falar, porque...

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É por isso que eu o chamo de Professor aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Professor é V. Exa.!

V. Exa. falou tão bem que deixou claro, e vai na linha do que eu entendo e que eu defendo: vamos indenizar as famílias. Eles estão lá há 30 anos, 40 anos, e nunca ninguém mexeu com eles. Agora, de repente, a intenção lá é passar trator, se deixar. É isto que nós queremos: indenizar as famílias.

Eles estiveram falando comigo ontem à noite, pois me ligaram no meio da noite, depois da decisão, e eu disse que eu tinha certeza absoluta que nós íamos caminhar...

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Juntos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... na linha que o senhor defendeu aqui. Vamos caminhar juntos, se a Justiça não decidir favoravelmente, nós vamos ter que achar caminhos, via Congresso, via Executivo, de forma tal que eles sejam indenizados. Só isso que eles querem.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

Tem o nosso apoio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador.

Presidente, eu encerro já a minha fala dizendo que voltarei a falar. Vou encerrar neste minuto, e falarei sobre o pacote que chegou ontem na Casa com três emendas constitucionais – mas falarei amanhã sobre o pacote.

Obrigado Presidente, porque eu tenho já uma audiência pública na CDH para discutir reforma tributária, e me parece que não há muita vontade do Governo de discutir reforma tributária. Eu gostaria que eu estivesse errado e que a gente pudesse também aprofundar o debate aqui de uma reforma tributária justa, solidária e progressiva.

Obrigado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Parabéns, Senador Paulo Paim!

Eu chamo já imediatamente o Senador Humberto Costa para fazer o seu pronunciamento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, as pessoas que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais, primeiramente justiça e liberdade para o Presidente Lula. Lula Livre!



Venho inclusive agora, antes do meu pronunciamento, ler aqui um manifesto denominado "Justiça para Lula, paz para o Brasil", em que um grupo de 14 personalidades brasileiras denuncia as iniquidades e ilegalidades da Operação Lava Jato. E, entre outros, assinam o documento Chico Buarque, Raduan Nassar, Dalmo Dallari, Sebastião Salgado, Bresser-Pereira e Marilena Chauí.

Os autores chamam a atenção da sociedade brasileira e da comunidade internacional para a grande injustiça que vem sendo cometida contra o ex-Presidente Lula. Passo à leitura, Sr. Presidente.

Somos brasileiras e brasileiros de diversas origens, atividades e convicções, unidos por uma comunhão de valores: democracia, justiça e respeito aos direitos humanos. Neste momento grave na história de nosso País, consideramos nosso dever chamar a atenção da sociedade brasileira e da comunidade internacional para a grande injustiça que vem sendo cometida contra um líder que encarna aqueles valores, o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por entender que a prisão de Lula atinge o cerne da cidadania, do Estado de direito e da verdadeira justiça no Brasil, apoiamos e divulgamos este documento que denuncia os abusos e ilegalidades de um processo cruel, conduzido com parcialidade e objetivos políticos. E como não há nada oculto que não venha a ser revelado, está nas mãos do Supremo Tribunal Federal corrigir esse erro, para restabelecer a verdade e proporcionar a pacificação democrática do País.

Assinam esse manifesto: Celso Amorim, diplomata; Chico Buarque de Holanda, compositor; Dalmo de Abreu Dallari, jurista; Gilberto Gil, músico; Kleber Mendonça Filho, cineasta; Leonardo Boff, teólogo; Luiz Carlos Bresser-Pereira, economista; Maria da Conceição Tavares, economista; Maria Victoria Benevides, socióloga; Marilena Chauí, filósofa; Paulo Sérgio Pinheiro, cientista político; Raduan Nassar, escritor; Rogério Cézar de Cerqueira Leite, físico; Sebastião Salgado, fotógrafo.

Mas, Sr. Presidente, feito esse registro, eu gostaria de utilizar o meu tempo de pronunciamento hoje para fazer uma avaliação do resultado do leilão do pré-sal, no que diz respeito à cessão onerosa. Na verdade, esse leilão foi um fracasso para o Governo e para seu objetivo, e foi uma maravilha, um sucesso para o interesse do povo brasileiro.

Por que fiasco? Por que fracasso? Porque demonstrou que o Governo, ele próprio, é um fracasso. A política desastrosa do Governo Bolsonaro expõe o Brasil, e esse leilão mostra o tamanho do seu fracasso. Este Governo é incompetente até para vender o Brasil, que é o projeto que eles têm para o nosso País. O fracasso só não foi maior porque a Petrobras entrou para comprar o petróleo, que já era dela. Essa é a coisa mais engraçada que a gente vê nesse leilão. A Petrobras tinha o direito garantido pela lei de ser proprietária dessa parte do pré-sal. Como quase tudo que se descobre no pré-sal é maior do que se pensava – e os poços eram maiores ainda –, a Petrobras, que tinha o direito de explorar até uma certa quantidade afirmada, seria também a proprietária desse excedente, mas o Governo decidiu que iria leiloar o excedente, para que outras empresas pudessem explorar o nosso pré-sal. Pois bem, a Petrobras, então, comprou aquilo que já era dela, garantido pela lei. Se ela não fizesse isso, o resultado do leilão seria zero, ou seja, seria deserto, porque nenhuma empresa se apresentaria para comprar o pré-sal, esses poços do pré-sal. O Brasil, assim, vende a sua riqueza para ele próprio comprar.



E o que é que há de surreal nisso? Este País é surreal, e este Governo, mais surreal ainda. Qual foi o argumento para vender esse excedente, para não ir aos poucos explorando isso, fazendo com que o Brasil pudesse, inclusive, investir os lucros do pré-sal na estruturação de um projeto de desenvolvimento para o País? Eles diziam que a Petrobras não tinha condição de explorar e que estava mergulhada em dívidas. Portanto, vender esse excedente era a garantia de que o excedente seria explorado. Mas, vejam, a mesma empresa que não tinha o dinheiro para explorar esses poços do pré-sal, na visão deles, é a empresa que teve dinheiro para comprar o que já era dela. Vejam que coisa surreal! Então, o argumento de que a Petrobras não tinha recurso para fazer a exploração era falacioso, era mentiroso. E o que terminou acontecendo é que, agora, o dinheiro que vai entrar para o Governo Federal, para os Estados e para os Municípios veio da própria Petrobras, ou seja, veio do próprio Governo Federal. Vejam que coisa, no mínimo, estranha!

Então, era melhor pedir à Petrobras – existem meios para isto – que ela desse ao Governo Federal esse recurso. Não precisava nem ter gastado tempo, investido em projetos, feito previsões, feito propaganda, tudo.

Mas eu disse também que, ao mesmo tempo que foi um fracasso do ponto de vista da perspectiva do Governo, para o povo brasileiro foi bom. Embora nós saibamos que o Governo vai tentar avançar, ele vai tentar mudar o modelo da partilha, que é muito mais vantajoso para o País, para o futuro do País, vai tentar fazer a concessão, trocar por concessão. E vejam: a concessão embute um conceito de risco. Quando o País faz uma concessão, no caso do petróleo, quem vai tentar explorar, vai ter que investir dinheiro, vai ter que arriscar perfurar e não obter o petróleo. Então, há risco.

Já no caso do pré-sal é como eu dizia no mandato passado: é pescar em aquário, os peixes estão ali enormes, uma riqueza gigantesca. Os cálculos do tamanho desses postos, a quantidade de barris que eles podem gerar é gigantesca também e não há mais risco, porque se sabe que ali tem, com toda certeza, mas, certamente o Governo vai ter que fazer passar aqui no Congresso Nacional essa mudança do modelo da partilha para o modelo da concessão. Nós vamos lutar para que isso não venha a acontecer.

As grandes petroleiras americanas e europeias não se apresentaram para o leilão. Há rumores, inclusive, de que o Governo francês teria intervindo junto à Total, que é uma empresa francesa, para que ela não participasse desse leilão, levando em consideração as políticas que o Governo Bolsonaro vem desenvolvendo na área do meio ambiente, do respeito aos povos indígenas. Não posso fazer essa afirmação, porque também ninguém assumiu como seguro isso, mas há rumores de que isso aconteceu. E, apesar do enorme potencial e da produtividade das áreas que foram ofertadas, como eu disse, se não fosse a participação da Petrobras, que arrematou dois dos quatro campos ofertados, o fracasso teria sido completo.

E aí é onde está aquela contradição que eu disse: quem não tinha dinheiro para explorar, tinha dinheiro para pagar pelo que já era seu. E olhe que as condições para que essas empresas se interessassem por arrematar esses poços nesse leilão são enormes. Só a isenção de tributos para os próximos anos, segundo estudos variados, de várias instituições, significaria R\$1 trilhão, ou seja, essas empresas que viessem a arrematar os poços do pré-sal poderiam explorá-los sem a necessidade de pagar inúmeros impostos, que, ao longo do tempo, representariam R\$1 trilhão.

Pois bem, a maior área foi arrematada pela Petrobras, 90%, e pelas chinesas CNOOC Brasil e CNODC Petroleum, 5% cada. A esta altura, o astrólogo filósofo Olavo de Carvalho deve estar



tendo síncopes, deve estar tendo um ataque apoplético, porque os comunistas chineses estão comprando os poços de petróleo brasileiros. Vejam que coisa.

E aí, tecnicamente, há várias explicações. Uma delas, o nosso querido Senador Eduardo Braga, ex-Ministro de Minas e Energia, apresentou hoje aqui. E ele dizia com muita propriedade do risco que essas empresas não quiseram correr, primeiro, porque quem tem tecnologia, quem descobriu o pré-sal, quem desenvolveu a forma de explorá-lo, quem fez os investimentos foi a Petrobras. É ela quem tem experiência com esse tipo de atividade. E as empresas não iriam se arriscar em entrar numa área que elas não conhecem. Como a Petrobras não entrou em dois campos, elas também não entraram. Queriam entrar associadas à Petrobras.

E, diante de um Governo que é a instabilidade em vida – eu nunca vi, há muito tempo que o Brasil não tem um Governo tão instável como este, que não oferece segurança nenhuma para quem quer investir no País –, obviamente recuaram da possibilidade de participar.

Há o elevado bônus de assinatura: de um lado, o Governo abre mão de impostos; do outro, estabelece que o bônus da assinatura teria de ser extremamente alto e pago no ato da assinatura do contrato. Ou seja, o Governo queria, na verdade, fazer caixa de imediato para equilibrar as contas do País. Não havia nenhuma preocupação de que isso estivesse vinculado a uma política de médio ou de longo prazo. Era o dinheiro para continuar pagando a dívida.

O Governo contrata um leilão dizendo que quem ganhar vai ter que indenizar a Petrobras pelos investimentos que ela fez – nada mais justo –, mas não diz o valor dessa indenização. Como é que uma empresa vai entrar numa coisa como essa sem ter noção do que ela vai efetivamente ter que investir mais ainda?

Eu concedo, inclusive, o aparte ao nobre Senador Jean Paul, que é um estudioso.

Eu apenas sou um curioso, mas V. Exa. conhece muito bem.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para apartear.) – Imagina.

Líder Humberto, esse leilão tem várias idiossincrasias, várias coisas especiais. É um leilão em que as empresas eram instadas a participar de uma área que a outra empresa descobriu e que já está produzindo. É um negócio completamente *sui generis*. É óbvio que a racionalidade manda que a Petrobras, que já estava com essa área, e que teve um sucesso retumbante, tanto que ficou um excedente – é por isso que se chama "excedente da cessão onerosa" –, seria naturalmente a empresa que deveria operar o excedente do mesmo campo que ela já encontrou. Não é? Ninguém no mundo jamais fez uma empresa encontrar óleo e obrigou-a depois, a partir de um certo momento, a não ser mais a produtora do excedente do que ela teve sucesso em encontrar. É disso que decorria a questão das indenizações.

Mas a pressa arrecadatória do Governo, que a gente até agora não entendeu para que é, de vender ativos, de vender gasodutos, de tentar vender refinarias – nós, felizmente, vamos tentar impedir –, vender a Eletrobras inteira no mercado das ações de valores, a *holding* das *holdings* do setor elétrico. Para mim isso é muito mais absurdo do que todos esses outros absurdos que nós mencionamos diariamente. Essa pressa arrecadatória é tão grande que não se preocuparam com esses detalhes dessas regras, com esse processo.

E agora, Líder Humberto, nós vamos ter que redobrar a vigilância – e o Judiciário que se prepare para isso também, bem como o TCU e todos os Senadores e Senadoras responsáveis, nacionalistas que temos aqui –, porque agora vão culpar a regra pelo insucesso. As regras serão consideradas culpadas pelo insucesso, e a própria Petrobras – você vai ver se não vai acontecer



isso –, vai ser responsabilizada pelo insucesso, porque tem o direito de preferência, que é natural. Ela foi a descobridora do pré-sal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi ela que descobriu.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ela é a grande anfitriã de todos os investimentos. Por mais que se queira abrir o investimento privado... E ele é bem-vindo para complementar as necessidades que o País tem de atender o mercado e de ser um grande produtor de petróleo, autossuficiente – é bom que se diga já –, mas que pratica um preço dolarizado em tempo real ainda no seu mercado, inexplicavelmente, penalizando inclusive o setor produtivo e a competitividade das exportações brasileiras, se transformando num Japão energético, como se não tivesse uma gota de óleo, como se tivesse que importar 100%.

Mas esse processo não decorre – e, aliás, eu peço aqui até para mostrar uma análise do próprio *Financial Times*, agora, 6 de novembro, em que diz o seguinte: "Claro, preço alto". Por que preço alto? Porque se estabeleceu na regra um bônus fixo.

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Normalmente, o bônus de assinatura tem uma competição por ele, é como um lance no leilão: quem quer mais dá mais. Se você, que tem uma sede arrecadatória burra, você coloca um lance fixo e ali ninguém consegue dar mais por aquilo, não há competição.

A outra razão é – dizem –: regras complexas. Na verdade, é exatamente a falta de regra que é a parte indenizatória da Petrobras. As empresas, certamente, semanas antes do leilão, começaram a procurar a Petrobras, e a Petrobras foi colocando suas condições tecnicamente, lá embaixo, no nível mais gerencial. E provavelmente... Esse não é um processo que se faz agora na véspera do leilão. Você não vai negociar com o potencial parceiro no futuro. Você vai fazer isso depois ou você vai ter alguns alisamentos, que o Ministério das Minas e Energia tentou dar, mas certamente não conseguiu dar segurança para isso e gerou essa insegurança a mais.

Mas o maior motivo do insucesso o *Financial Times* atribui à "crescente reticência sobre o Brasil". Pessoal, ninguém faz investimento, a não ser quando é para comprar ativo barato... Para isso, vai ter candidato à beça para comprar gasoduto do Nordeste inteiro e ser o monopólio privado do gasoduto do Nordeste, vai ter dinheiro, vai aparecer gente. Para comprar refinaria amortizada e já funcionando vai ter dinheiro também. Agora, comprar para ficar 25 anos investindo em produção de petróleo, mesmo sem risco, mas com um investimento grande, as pessoas começam a desconfiar do ambiente brasileiro, institucional.

Quando o Presidente ameaça, ou o filho do Presidente vai fazer balão de ensaio, dizer que vai voltar o AI-5; quando a gente está aqui massacrando diuturnamente o Supremo, tentando fazer pressão sobre as decisões de um outro Poder, tentando jogar a opinião pública, fabricar uma opinião pública contrária a uma decisão relevante; com todo esse sistema que está sendo montado aqui de janeiro para cá; isso, ao contrário de atrair, como diziam os que pediam para passar a reforma da previdência e a reforma trabalhista, porque os investidores iam pular de alegria, todos iam vir para o Brasil, tudo ia ser diferente, é o contrário o que está acontecendo. Nós estamos transmitindo insegurança, porque até o mais débil dos analistas dessas empresas sabe perfeitamente o que se tornou o Chile e outros países, que quando você massacra demais, acentua a desigualdade, massacra demais a base da pirâmide, algum dia explode isso. E como as atividades



de petróleo se desenvolvem ao longo de 30, 40 anos, está aí o resultado. Então, a insegurança não é uma insegurança por conta de uma regra.

E nós vamos lutar para que o direito de preferência da Petrobras perdure, porque se não fosse ele, nem Petrobras haveria aqui. O setor de petróleo...

(Soa a campainha.)

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e as nossas descobertas sem risco precisam da Petrobras, porque é a Petrobras que pode comprar nacionalmente, é a Petrobras que desenvolve seus fornecedores aqui, é ela que tem escala. Ela é que pode acudir em acidentes como esse aí, se fosse um acidente, por exemplo, de produção, de vazamento, e mesmo um acidente de um navio passante, quem mais pode acudir, que tem escala de atendimento, no seu Centro de Defesa Ambiental, é a Petrobras. Enfim, a Petrobras é o braço operacional do Estado brasileiro no setor petróleo, que é um setor estratégico para o Brasil. Então, ela tem que perdurar e tem que ter direito de preferência, sim, no pré-sal, que é uma região onde ela descobriu essa reserva.

Obrigado, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço o aparte de V. Exa. e o incorporo integralmente ao meu pronunciamento, inclusive pelo fato de ser V. Exa. uma pessoa bastante conhecida dessa realidade da política de óleo e gás no nosso País. E para nós é sempre uma referência importante nessa temática.

Mas eu não vou abusar da generosidade de V. Exa., Sr. Presidente. Só quero concluir, neste tempo adicional que V. Exa. me deu, para dizer que muito mais gente está frustrada, inclusive os Governadores e os Prefeitos, que acreditaram no sucesso desse leilão. E a única coisa que nós também esperávamos e torcíamos para que desse certo era o fato de que nós teríamos aproximadamente R\$10 bilhões originados desse bônus de assinatura para os Estados e os Municípios. E, no final das contas, serão apenas R\$5,3 bilhões. Ainda ontem eu vi um Prefeito choramingando, tinha feito a conta de que ia receber 1,8 milhão, e agora vai receber 900 mil.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Enfim, a minha conclusão é a seguinte, Sr. Presidente: este Governo, embora não tenha competência para tal, tem que desenvolver uma capacidade de planejar, de pensar o Brasil mais para frente. Não pode ficar nesse imediatismo simplesmente de tapar os buracos que ele mesmo vai aumentando, vai ampliando. E, portanto, vamos, ainda nos próximos dias, discutir bem mais esse tema que é estratégico para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra a nossa Senadora Zenaide Maia.

Na sequência, falará o Senador Jean Paul, que depois assumirá a Presidência para que eu possa também fazer o meu pronunciamento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente Izalci, Senador Jean Paul, Senador Humberto Costa, V. Exas. falavam sobre privatização do patrimônio do povo brasileiro e eu quero, aqui, já falar que, no mesmo dia em que o Presidente apresentou os pacotes de mudanças administrativas, de reforma de tudo que se quer fazer, ele já estava autorizando a privatização da Eletrobras. Então, eu acho



que o povo brasileiro já tem de ter um olhar diferenciado para isso, e cabe à gente dar visibilidade a isso.

Antes de começar a falar sobre a Eletrobras, eu quero lembrar o que Jean Paul e o Senador Humberto falaram aqui. A gente sabe que não vão ser essas medidas do Governo, de retirar direitos de trabalhadores, de desconsiderar o meio ambiente, com queimadas na Mata Amazônia, queimadas no Pantanal, derramamento de óleo no litoral nordestino, que vão atrair grandes investidores. A gente sabe que também... Eu vou dizer o que os investidores estão temendo: 38 milhões de homens e mulheres neste País desempregados ou subempregados. Associado a isso, um dado do IBGE aponta que 13,5 milhões de brasileiros e brasileiras vivem em condições de extrema pobreza. Este é um país que não atrai investimentos, porque a inclusão social está distante. A gente sabe que um país com uma vulnerabilidade como essa e com a desassistência aos mais carentes não é o lugar ideal para se investir.

Mas, agora, eu vou entrar exatamente na questão da Eletrobras. Nenhum país do mundo, Humberto, que tenha hidrelétricas as privatiza. A coisa mais importante de uma hidrelétrica não é a produção de energia limpa; é a água, é o domínio sobre o curso dos nossos rios. É isso que o Governo está colocando a leilão. E digo mais: a preço de banana em final de feira. O preço que eles estão colocando na Eletrobras é de R\$16,2 bilhões, enquanto o lucro do último trimestre dessa mesma empresa foi de R\$5,5 bilhões. Aí eu pergunto: por que um governo resolve dar o direito a outro país de acender e apagar a luz do seu povo? Como se explica isso?

Eu vou falar aqui um pouco sobre a história da Eletrobras, porque fui dar uma olhada para ver.

Isso é soberania, não é? O poder energético de um país é o que determina onde ele está. Ele pode ser signatário de vários acordos, negociar com outros países, mas ele tem que ter poder.

A Petrobras, como vocês falaram, estamos entregando o petróleo bruto e importando gasolina, querosene de aviação e óleo diesel, em dólar, ainda alinhado a um preço internacional que, desde aquela época... Está aí: 11 de óleo diesel a quase R\$4, em um país em que mais de 70% de suas mercadorias são transportadas por rodovias.

A Eletrobras. O Código de Águas, Decreto Federal 24.643, de 1934, transferiu a propriedade de toda a produção de energia para o Estado, e a propriedade de todos os rios brasileiros, Humberto, é do Estado brasileiro – eu botei até aqui o art. 20, inciso III, da Constituição. E ela foi criada para impulsionar o crescimento. Aí foram criando as subsidiárias, Eletronorte, Chesf e assim por diante, para dar soberania, autonomia sobre nossa energia. O domínio dos cursos de águas seria sempre do Poder Público, variando entre a União e os Estados. Aí há uma pergunta que não quer calar. Vai ser só um projeto de lei? Vai ter que ser uma PEC, porque vai mexer na Constituição. O que o Presidente da República propõe é uma coisa, agora nós desta Casa, do Congresso Nacional vamos tirar um patrimônio do povo brasileiro, entregar o curso dos nossos rios? E nós somos uma das maiores reservas de água doce do mundo, sendo que é por isso que o Presidente da República disse que todos estão de olho em nós! Claro, nenhum país do mundo com tanta biodiversidade, com tanta água, com tudo, sai vendendo seu patrimônio. Então, é hora de o povo brasileiro acordar. O Governo está propondo a venda da Eletrobras, dando o direito, que pode ser até à China, como você falou. Por que os outros países estão comprando as nossas riquezas naturais? Os outros podem comprar? A gente não pode ter monopólio natural do Brasil, mas pode ser monopólio de outra empresa estrangeira? É isso que eu não entendo. Ninguém vai conseguir, mas eu estou chamando a atenção do povo brasileiro: nós criamos essa energia limpa, e



hoje eles querem vender o curso dos nossos rios, das nossas águas, gente, ainda dando o direito de outro país acender e apagar a luz na hora que quiser do povo brasileiro.

Pode falar.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para apartear.) – Senadora Zenaide, obrigado. Senador Izalci, obrigado mais uma vez. Desculpem a insistência de pedir apartes hoje, mas é porque eu ia fazer pronunciamento sobre isso e estou aproveitando os discursos de V. Exas. para pontuar apenas e, com isso, não só encurtar a discussão, mas aprofundá-la também, de uma forma ou de outra.

A Senadora Zenaide tocou num assunto importantíssimo. Quando falamos de vender a Eletrobras, que é a *holding* de todas as *holdings* de eletricidade brasileiras, nós não estamos falando apenas de energia. Se nós quisermos ficar só no debate fora do setor de energia, basta imaginar que a Eletrobras é a controladora, através das suas subsidiárias ou diretamente, dos cursos d'água, das bacias hidrográficas brasileiras. Através da Eletronorte, através da Chesf, através de Furnas, através da Eletrosul, controlam-se todas as bacias hidrográficas brasileiras principais, Rio Paraná, Rio Amazonas, Rio Xingu, Rio Tocantins, Rio São Francisco.

E a história da Eletrobras é ligeiramente diferente da Petrobras. Ela se entranha, Senador Humberto, completamente com o Governo brasileiro, porque, durante muito tempo, a Eletrobras foi a guardiã também das informações, dos dados e do planejamento do setor elétrico. Qualquer um que tenha – e muitos de nós, Senadores, certamente tiveram – a oportunidade de visitar uma hidrelétrica da Eletrobras ou de Furnas ou de Chesf ou de alguma delas, nota imediatamente que o clima dentro de uma instalação como essa é o clima de um local estratégico, com cuidados, com segredos, com controles de alta importância. Qualquer deslize ali pode colocar a perder o controle de uma barragem.

Na época de adolescência e de escola, eu me lembro de que havia uma discussão quando se construiu Itaipu, quando os militares debatiam sobre o risco de o Brasil usar Itaipu, com as barragens ali, como arma contra a Argentina. Não queriam deixar que o Brasil e o Paraguai construíssem uma mega hidrelétrica, porque tinham medo de fazer verter num momento de tensão e inundar cidades da Argentina. Lembram-se desse debate?

Isso significa que, sim, as hidrelétricas de grande porte são ativos estratégicos. E não é à toa, Senador Izalci, que, nos Estados Unidos, também elas são consideradas ativos estratégicos e coordenadas e geridas por vezes pelo Exército americano.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Forças Armadas.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Forças Armadas. São, inclusive, alvos preferenciais e, por isso, devem ser protegidas prioritariamente em bombardeios, em ataques, etc., porque são instalações, de fato, estratégicas.

E mais do que isso. O uso da água tem três prioridades, que os entendimentos internacionais dão aos cursos da água: o uso humano, o cultivo e a energia, que é o terceiro ou quarto item dessa prioridade.

Vivemos recentemente um dilema, um dilema que o Senador Cid Gomes, como Governador, viveu no Ceará, onde havia compromisso de contratos privados para uma térmica para uso de água para refrigeração de máquinas, etc. E havia uma seca gigantesca, como sói acontecer nos nossos Estados, e houve um debate sobre se cumpria o contrato ou se dava água para o povo. E o Governador evidentemente tomou a decisão correta. Não preciso dizer qual é.



Agora, imaginem chegarmos ao ponto de estar na parede entre atender um contrato privado para gerar energia ou dar água para o povo ou garantir uma safra, o que seria uma segunda prioridade. Essas decisões são tão intersetoriais, tão estratégicas, tão vitais, no sentido da vida humana, animal, vegetal, etc., que obviamente não podem ser fracionadas em interesses privados de toda espécie. Imagine se o comprador da Eletrobras passa a esposar a mesma teoria que os atuais gestores da Petrobras esposam: não interessa nada, interessa o retorno para o acionista. Ele vai querer gerar energia, e, quanto mais puder, melhor. Ele vai estocar água?

Lembram-se da expressão da Presidente Dilma, que foi tão ridicularizada? Eu aproveito, inclusive, para fazer justiça a ela, porque ela não falou nenhuma bobagem. Eu expliquei, à época, exaustivamente – claro que, na época, minhas redes sociais e meu alcance eram muito pequenos –, que estocar água, estocar vento, estocar sol são expressões do setor elétrico. É estocar energia na forma de água. O que ela dizia, naquela época, é que não era viável a tecnologia de estocar energia na forma de vento. Por isso mesmo, seria importante ter as hidrelétricas como *buffer*, como garantia para que, quando houvesse água, você pudesse estocá-la e usá-la quando precisasse. Com o vento, você não conseguiria fazer isso. Era essa basicamente a explicação.

Enfim, quando há uma não estatal, uma empresa que meramente visa ao lucro, dominando todas as hidrelétricas de grande porte, construídas, amortizadas com o esforço do povo brasileiro e com dinheiro público, se isso tudo estiver na mão de uma pessoa só, o que ela vai fazer? Você acha que ela vai atender o Governo quando esse disser: "Espere aí, segure a água para o povo que a gente vai produzir energia de outro jeito. O vento está bombando no Nordeste, e há dias com 80% da geração do Nordeste inteiro a vento. Segure sua água aí e deixe de gerar"? Não vai!

Em relação a essa privatização, além desse absurdo, além do absurdo energético, além do absurdo hidráulico, há o absurdo da forma como que está sendo feita, que é sem discussão nenhuma, via mercado financeiro, automaticamente fazendo com que todas as subsidiárias sejam vendidas também. É um tremendo golpe no setor elétrico nacional. Isso é um absurdo completo! Terá que ser superdepurada aqui e, felizmente, derrubada essa ideia, porque será uma coisa sem retorno, inclusive, com dificuldades de retorno. Qualquer governo que queira desfazer isso será imediatamente colocado no rol dos países que nacionalizam, expropriam bens, só que, na verdade, vai estar desfazendo uma coisa absurda, se ela for feita.

Obrigado, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN)
– Obrigada pela explicação.

Quero dizer que, na época em que criaram as subsidiárias, de economia mista, o objetivo era impulsionar o desenvolvimento nacional. De repente, nós estamos com o Estado brasileiro pensando o contrário: vendendo o patrimônio do povo brasileiro sem consultá-lo; recebendo um preço mínimo, sendo que, no máximo, em quatro trimestres, já obteria esse valor; desempregando o povo brasileiro; e diminuindo cada vez mais nossa autonomia energética, gente!

Agora, o que esperar de um governo do qual a gente todo dia aqui vem cobrar? Aqui não é uma questão de partido nem de cor. Todos os dias, eu digo aqui que estou doida para aplaudir, eu estou querendo aplaudir algo que este Governo mande para esta Casa e que seja edificante. Isso não o é. Eu estou atrás! O Governo tem que apresentar um plano para alavancar a economia, gente! Ninguém alavanca a economia vendendo patrimônio do povo brasileiro, vendendo estatais criadas em 1940 com o intuito de aumentar a nossa soberania, para poder olhar de frente, cara a



cara, outros países, mas estão vendendo. E o pior: todo esse investimento feito na Eletrobras foi feito com recursos, com impostos do povo brasileiro.

Eu quero chamar a atenção para isso, porque as pessoas têm uma ideia e não conhecem bem a Eletrobras. Nós temos aqui, neste Plenário, a obrigação de dar visibilidade a como é arriscado permitir que este Governo privatize mais uma das nossas fontes energéticas e de água mais importantes.

Presidente da República, Paulo Guedes, ninguém quer criar a roda. Se querem alavancar essa economia, precisam gerar emprego e renda. E há como, sim. As pessoas me perguntam se, no Brasil, há como alavancar a economia. Mais do que na maioria dos países. Nós temos cinco bancos estatais, que tiveram lucros exorbitantes no ano passado e já neste primeiro semestre, Caixa Econômica, BNDES, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste. Esses bancos foram criados para fomentar a economia, para investir no Minha Casa, Minha Vida, na construção civil, na agricultura familiar, na própria fruticultura – nós somos o 3º maior produtor de frutas do mundo e o 23º em exportação, por falta de incentivo do Governo.

Para finalizar, eu continuo dizendo que nenhum país do mundo – ninguém me contestou até agora – saiu de uma crise econômica sem que o maior investidor que se chama Estado investisse. No caso da gente, é o Estado brasileiro, com cinco bancos estatais, criados para fomentar a economia e gerar emprego e renda. E o que se está fazendo? Miséria e extrema pobreza, 13,5 milhões de brasileiros; 38 milhões – esses dados são do IBGE, gente – entre desempregados e subempregados. Isso quer dizer que não há demanda. Se esse povo está todo desempregado, quem vai comprar no comércio para o Governo arrecadar? Quem vai comprar da indústria para o Governo arrecadar? Tem que se melhorarem os salários. Quais são as condutas do Governo? Tira todos os direitos dos trabalhadores, faz a barbaridade de não dar o aumento real ao salário mínimo desse povo e, ainda por cima, tira o dinheiro da saúde, congelando-o por 20 anos – o SUS movimenta a economia dos Municípios brasileiros, comprando material para hospitais, alimentos e tudo –, e congela por 20 anos os recursos da segurança pública e da educação. Nós estamos na contramão do mundo. Ou se investe nos setores produtivos... E isso aqui não é questão de política de direita nem de esquerda! E não precisa ser economista. Não é vendendo patrimônio a preço de banana no final de feira, não é tirando o poder de compra do trabalhador brasileiro seja ele público, seja ele privado. O que a gente precisa aqui...

A gente não pode ter o poder, se viver para ele, Jean Paul...

(Soa a campainha.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN)

– O poder apenas pelo poder esquece o que é vida, o que é humano. Ontem, nós tivemos um exemplo aqui com aquela PEC 133, que está querendo que as pessoas... É aposentadoria por invalidez, gente! Se um trabalhador ficar inválido por um infarto ou por um acidente, não sendo no seu trabalho, esse trabalhador, seja do serviço público, seja do serviço privado, vai receber 60% do salário, quando a grande maioria dos trabalhadores, das pessoas que ainda têm emprego neste País ganha no máximo dois salários mínimos. Imaginem tirarem 40% na hora que você está numa cama, na maioria das vezes, ou é um cadeirante e não tem condições de trabalhar. Eu digo que isso não é humano. Não adianta dizer esta frase: foi Deus quem quis. Com certeza, Deus não quer que a gente jogue...

(Interrupção do som.)



A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... desassistidos deste País.

Obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância, mas eu não vou deixar de falar sobre isso todos os dias em que eu puder.

(Durante o discurso da Sra. Zenaide Maia, o Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jean Paul Prates.)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Eu quero aproveitar que estou sentado aqui temporariamente nesta cadeira para me somar, Senador Izalci, aos oradores que nos antecederam nas homenagens que a Senadora Simone Tebet fez ao seu pai, o Senador Ramez Tebet. Embora eu não tenha convivido com ele, acompanhei a sua trajetória como Presidente do Senado, como Ministro e como Governador. Então, homenageio-a aqui também. Aproveito que estou presidindo a Mesa para homenageá-lo. Elogio também a conduta, que certamente honra a memória dele, da Senadora Simone Tebet, como Presidente da CCJ e colega de todos nós.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, aproveitando que V. Exa. falou em homenagem, quero aqui prestar homenagem também aos radialistas. Hoje é o Dia do Radialista. Então, aos nossos servidores da Rádio Senado, os nossos cumprimentos, assim como a todos os radialistas do Brasil.

Sr. Presidente, eu tenho reafirmado aqui desta tribuna a importância da inovação para o desenvolvimento de um país e a necessidade de nossos empresários e representantes do Poder Público se mobilizarem para fortalecer a agenda de inovação do Brasil.

Pois bem. Na terça-feira agora, participei, assim como V. Exa., de um encontro conjunto da Confederação Nacional da Indústria, da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) e da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, de que sou Presidente. Foi uma bela reunião. Nós conseguimos trazer os maiores empresários do Brasil, que participam da MEI, e estavam presentes o nosso Presidente, Davi Alcolumbre; o Presidente Rodrigo Maia; o Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes; o representante do Ministério da Economia, Carlos da Costa; vários integrantes do Poder Executivo; vários Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas. Assistimos a uma fala, inclusive, do nosso empresário Horácio Piva, que é um dos membros da Mobilização Empresarial pela Inovação. Esse foi o primeiro passo para essa aproximação do setor empresarial com o Poder Legislativo e também com o Poder Executivo. Lá, estavam também alguns membros da academia. Não existe inovação, não existem ciência e tecnologia e desenvolvimento do País se não tivermos juntos academia, governos e empresas.

Quando falamos de renovação e desenvolvimento de mercado, as *startups* têm participação relevante, de modo geral. Elas são sinônimo de inovação, tecnologia e agilidade. Especialistas explicam que falar de uma *startup* é falar de um cenário de incertezas, pois não há como afirmar que uma ideia irá realmente dar certo, ou seja, se irá gerar valor, se será escalável. E este é sempre um desafio nos processos de inovação: lidar com os riscos e as incertezas inerentes aos projetos.

Qual a importância de uma *startup* para um país? Por que estamos falando disso aqui no Congresso? Porque as nações que conseguem fomentar um ambiente saudável e fértil para essas empresas colhem os resultados na forma de empregos de qualidade. Em muitos países avançados,



as *startups* representam criação de empregos de melhor qualidade, geração de alto valor agregado e crescimento e desenvolvimento social e econômico. É tudo de que o Brasil precisa.

E, para entender o que estamos falando, nada melhor do que os exemplos, e o melhor exemplo dos brasileiros aqui... Eu sempre tenho orgulho de trazer para esta tribuna histórias de um Brasil que vai dando certo. O Brasil já tem várias empresas chamadas de *startups* unicórnios, aquelas que atingem ou ultrapassam o valor de US\$1 bilhão. São negócios que surgem pequenos, às vezes despretensiosos, e vão tomando uma escala de crescimento exponencial. Podemos citar aqui a gestora de locações de imóveis Quinto Andar; a *startup* de logística Loggi; ou a Stone, especializada em pagamentos. Ainda temos casos bem conhecidos como a 99Taxis e o Nubank.

Já um exemplo promissor é o da I.Systems, uma *startup* que nasceu em Campinas, fundada por ex-alunos da Unicamp, utilizando, inclusive, técnicas de inteligência artificial. O seu primeiro projeto foi otimizar processos industriais em uma empresa de refrigerantes em Jundiaí. O resultado foi uma incrível redução do desperdício durante o envase dos produtos, e, em 2016, ela se tornou nada menos do que a fornecedora da mineradora BHP, na Austrália e, este ano, chegou à ABInbev, a maior cervejaria do mundo. A *startup* tem crescido cerca de 50% ao ano, em ritmo bem forte.

A gente percebe que, quando são bem-sucedidas essas empresas, elas decolam, elas absorvem o trabalhador mais qualificado, multiplicam o seu valor de mercado e atraem investimentos. Por esse motivo, o potencial dessas empresas é visto como a semente para o êxito de uma economia moderna e competitiva.

As pequenas e médias empresas inovadoras são fundamentais para melhorar as condições de concorrência, mas nem tudo são flores. Como eu já disse, a *startup* opera em um ambiente de incertezas até que o modelo de negócio seja encontrado. Por isso, sem capital de risco, é muito complicado persistir na busca pelo modelo de negócios, enquanto não existe receita.

Apesar de avanços que tivemos nos últimos anos, o Brasil tem um longo caminho a percorrer. O Estado brasileiro ainda não presta todo o suporte necessário às *startups*. Eu não sou o único que pensa assim. Segundo a agenda da Mobilização Empresarial pela Inovação 2019/2020 (MEI), o ambiente empreendedor para *startups* no Brasil ainda está distante do ideal. E o Estado tem um papel crucial para desempenhar aqui.

Quando eu falo em ambiente favorável, eu me refiro aos diversos pontos. Em primeiro lugar, a quantidade de aceleradoras de *startups* ainda é insuficiente no País. Elas são instituições que apoiam as ideias inovadoras em seu amadurecimento, dão suporte até que se tornem modelos de negócios escaláveis e repetíveis. São investidores experientes que acreditam na ideia e fomentam o seu desenvolvimento sem burocracias. Segundo um estudo da Fundação Getúlio Vargas em 2016, as aceleradoras investem cerca de R\$51 milhões no Brasil, um valor que não pode ser considerado expressivo.

Em segundo lugar, precisamos fortalecer as conexões entre a *expertise* acadêmica e as demandas do setor produtivo no Brasil. O Marco Legal de Ciência e Tecnologia, que regulamentamos em 2018, pode facilitar essa interação, mas precisamos de uma estrutura diversificada de fomento que impulsione essa articulação, para que os projetos promissores não sejam privados dos recursos e do apoio necessário.

Isso nos leva ao terceiro ponto que quero aqui levantar: o relacionamento entre as *startups* e os investimentos. Os países que se tornaram celeiros de *startups* trabalham com uma cesta diversificada de instrumentos de apoio. Vou apresentar alguns deles, para ficar mais fácil entender



esse mercado. Primeiro, temos a figura do investidor anjo, que é uma pessoa física que investe em uma ideia inovadora antes mesmo de seu amadurecimento como modelo de negócios. Há também o capital semente, que é o dinheiro colocado em uma *startup* em quantidade maior ou em estágio mais avançado. Normalmente esse dinheiro não vem de uma pessoa só, mas de um fundo. E *venture capital*, algo maior que os dois anteriores. São fundos que tendem a investir em negócios mais maduros e mais arriscados.

Esses conceitos não são novos e já estão no mundo dos negócios; porém, no Brasil, ainda têm regulamentação insuficiente. Por isso nós precisamos do marco legal das *startups*. Precisamos de parâmetros claros que sejam efetivamente capazes de impulsionar o florescimento e o desenvolvimento dessas empresas inovadoras no País. Nesse novo marco legal, deve constar um programa público para investimento em *startups*, em nível nacional, direcionando o capital semente e incentivando o investimento anjo.

Nós podemos seguir o exemplo de outras legislações, mas o Estado não precisa ser o principal responsável por entrar com recursos. Ele pode e deve criar um ambiente de estímulo para que o setor privado alavanque as *startups*. Por exemplo, conceder incentivos fiscais para os investimentos realizados em *startups*.

Se em uma ponta são necessárias soluções para fomentar o investimento, por outro lado ainda temos o clássico problema brasileiro da burocracia. Não é novidade para ninguém que a burocracia brasileira atrapalha. Mas, no caso das *startups*, não é só uma questão de atrapalhar, sim de impedir o próprio processo de concepção. As exigências administrativas para *startups* constituídas ainda são complexas. Na realidade, a burocracia não reconhece uma *startup*. Ela simplesmente cobra da mesma forma que faz com uma empresa constituída.

Não existe ainda a possibilidade de se formar uma sociedade anônima simplificada, uma sociedade por ações que possa operar com custos reduzidos.

Essa concepção de pessoa jurídica precisa nascer, adaptando o entendimento do Estado à realidade. A velocidade das mudanças é muito grande.

As juntas comerciais são instituições que precisam de um sistema eletrônico transparente e integrado para gerenciar dados e procedimentos. O próprio processo de abertura, fechamento e fiscalização de *startups* precisa ser revisto e desburocratizado.

No Brasil, Presidente, nós temos mentes que estão entre as mais criativas do mundo. Só nos falta foco para estruturar melhor as políticas de fomento. Com foco e ação, seremos maiores e melhores.

Por isso, este Congresso tem um papel fundamental que é o de discutir um marco legal para as *startups*. Que, a exemplo de experiências internacionais, como Israel, seja capaz de promover um ambiente favorável às *startups* e aos seus potenciais investidores.

Portanto, é tempo de começarmos a pensar em desenvolvimento e crescimento econômico por meio da inovação e da tecnologia.

Então, Presidente, o marco das *startups* é fundamental. Nós temos de nos debruçar sobre isso aqui no Congresso e agilizar o marco regulatório das *startups*.

Mas eu não poderia deixar de comentar o que aprovamos ontem, ainda em primeiro turno, na PEC paralela.

Tanto eu quanto o Senador Reguffe e a Senadora Leila apresentamos uma PEC para resolver definitivamente a questão do Imposto de Renda, que foi matéria questionada pelo Tribunal de Contas, sobre a questão do Fundo Constitucional.



Eu não tenho dúvidas, nunca tive, de que o imposto retido faz parte do fundo e, portanto, é do DF, assim como dos Fundos de Participação de Estados e Municípios.

Mas quero aqui agradecer ao Senador Tasso Jereissati por ter acatado essa sugestão, tão bem articulada aqui pelo Senador Reguffe, que esteve com S. Exa., que, como disse, acatou essa PEC que nós fizemos no próprio projeto. Então, fica claro, aqui na redação, que o Imposto de Renda pago aos servidores da segurança, da educação e da saúde pelo Fundo Constitucional fica no GDF, como nos demais fundos de todo o País.

Foi acatado também – está claro agora na PEC – que o fundo é do DF; portanto, diferentemente do que era quando você não conseguia executar no ano – havia devolução. Nós, com isso, perdemos bilhões. Agora, então, fica claro que, num processo licitatório, se você não o concluiu, o recurso fica para o DF para o ano seguinte. Uma coisa óbvia, mas que, infelizmente, não era a realidade.

E consolida também – e aí tem que ter uma certa responsabilidade do Governo – o pagamento dos aposentados e pensionistas com o dinheiro do fundo, para a saúde e educação, que também havia um impedimento na interpretação – e aí, sim, acho que correta – do Tribunal de Contas. Então, também consolida isso. Agora, tem que ter muita responsabilidade o governante de não querer colocar todos os aposentados e pensionistas no fundo porque senão não sobra dinheiro para nada do Fundo Constitucional.

Então, era isto, Presidente, que eu queria: aproveitar a oportunidade para informar e agradecer a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Izalci.

Vou passar a Presidência aqui rapidamente para fazer o meu pronunciamento.

(O Sr. Jean Paul Prates deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Vou passar a palavra aqui para o Senador, meu vizinho de Estado, Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discursar.) – Obrigado, Presidente Senador Girão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, amigos e amigas que acompanham nossos trabalhos aqui por meio dos veículos de comunicação do Senado e das mídias sociais, depois de uma sucessão de desencontros, inconsistências, demissões, exonerações, ameaças, tentativas de ideologização de provas, finalmente está sendo realizado, nessas duas semanas, interregno entre 3 e 10 de novembro, o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Felizmente, para os 5,1 milhões inscritos, não se confirmou o temor maior que era o de adiamento ou cancelamento das provas.

A ameaça que chegou a assustar os estudantes foi devido a uma série de problemas, que eu registro aqui, durante a fase de organização desse exame. Lamentavelmente, essa desorganização, aparentemente incompetente do Governo Federal e do Ministério da Educação, afugentou imensa parcela de estudantes que poderia também estar participando dessas provas do Enem 2019.

O triste resultado dessa equação é que o Exame Nacional deste ano tem o menor número de inscrições confirmadas da década. Desde a sua reformulação, o Enem só teve menos inscritos em 2009 e 2010, os dois primeiros anos em que o novo formato do exame foi aplicado.



Em 2019, inscreveram-se 418 mil estudantes a menos do que no ano passado e 1,6 milhão a menos do que em 2017. Provavelmente, muitos deles desistiram devido a polêmicas, como a ideologização das provas e a falência da gráfica que imprimia as provas. Também pesaram na balança do descrédito as sucessivas trocas no comando da Diretoria de Avaliação da Educação Básica e no próprio Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A primeira Presidente do Inep, na gestão Bolsonaro, foi Maria Inês Fini, Doutora em Educação e Pedagogia, remanescente do governo do ex-Presidente Michel Temer. Ela foi substituída pelo ex-Professor da Fundação Getúlio Vargas Marcus Vinícius Rodrigues. Obedecendo a ordens do Palácio do Planalto, uma das primeiras iniciativas dele foi criar uma comissão para anular questões das provas do Enem que expressassem ideologia de gênero ou tivessem "fundo ideológico" – aspas. O Professor Marcus Vinícius teria sido demitido por ter se recusado a nomear indicados com caráter ideológico para ocupar diretorias do instituto. Depois da exoneração, concedeu entrevistas revelando que a comissão criada por ele para apurar ideologia de gênero e fundo ideológico concluiu que as questões não tinham problema algum e que, aspas, "as questões com algum problema foram mínimas", ou seja, eram infundadas as acusações feitas, inclusive pelo próprio Presidente da República. Com a queda de Marcus Vinícius foi nomeado um Delegado da Polícia Federal, Elmer Vicenzi, mas ele ficou menos de um mês no cargo. Por fim, foi escolhido Alexandre Ribeiro Pereira Lopes, ex-Diretor da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República.

Na Diretoria de Avaliação da Educação Básica a situação não foi diferente. Ela está no seu quarto diretor – apenas dez meses, quarto diretor. No início do ano a nomeação de Murilo Resende Ferreira chegou a ser publicada, mas foi revogada dois dias depois sem que ele nem sequer tivesse assumido o cargo. Em fevereiro, Paulo César Teixeira assumiu a diretoria, mas foi exonerado pouco depois, um mês depois. Foi demitido junto com o Presidente do Inep, Marcus Vinícius. Em meados de abril, Francisco Vieira Garonce foi nomeado, mas deixou a função no início de maio. O substituto eventual Camilo Mussi permaneceu na função até a confirmação do General da Reserva Carlos Roberto Pinto de Souza, que aparentemente não tem muita intimidade com avaliação escolar. De acordo com o seu currículo, ele é Doutor em Altos Estudos Militares pela Escola de Comando do Estado Maior do Exército e Mestre em Estratégia pelo Command and General Staff College, do Kansas. Antes de se tornar o principal responsável pelo Enem estava trabalhando como assessor do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação. Também foi instrutor do Exército, chefe do Centro de Defesa Cibernética, e Comandante do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército. Enfim, difícil encontrar alguém tão distamente, embora qualificado, mas tão distamente qualificado para essa função do Enem. A nomeação para a Daeb chegou a ser publicada na edição de 16 de janeiro no *Diário Oficial da União*, mas ele nem sequer assumiu o cargo – a determinação foi revogada dois dias depois.

Paralelo a tantas idas e vindas, a gráfica RR Donnelley, que tradicionalmente imprimia as provas do Enem desde 2009, também decretou falência. Em abril, o Tribunal de Contas da União autorizou o Inep a firmar contrato com outra gráfica, por considerar não haver mais tempo suficiente para uma nova licitação. Foi escolhida a empresa Valid S.A, que tinha ficado em segundo lugar na primeira disputa, na última disputa do contrato.

É bom destacar que, com a criação do Prouni (Programa Universidade para Todos) em 2004, a nota obtida no Enem passou a ser utilizada para obtenção de bolsas de estudos integrais e



parciais em cursos de graduação em universidades e faculdades particulares. Um dado interessante é que, até o ano passado, o programa já havia atendido mais de 1,2 milhão de estudantes em todo o Brasil, sendo 69 mil com bolsas integrais.

Outro marco importante do ensino superior brasileiro foi a implantação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), em 2009. O sistema utiliza a nota do Enem como forma de ingresso em várias instituições públicas de ensino superior, como as universidades federais e os institutos federais de educação profissional e tecnológica. A lógica aqui é democratizar as oportunidades de concorrência às vagas federais de ensino superior, por meio de um processo nacional, oferecendo a possibilidade de estudantes de qualquer Estado poderem concorrer às vagas de qualquer região.

Para a primeira edição do Sisu, em 2015, foram ofertadas 205.514 vagas em cursos superiores por todas as universidades federais, estaduais e institutos federais de todo o Brasil. Mesmo algumas universidades federais que não estão no Sisu, utilizam integralmente ou parcialmente a nota do Enem na seleção dos seus universitários.

Vamos aqui trabalhar diuturnamente para que as conquistas como essas, desses programas, dessas iniciativas, não sejam desmanteladas por um Governo que já tem demonstrado de sobra não ter muito apreço pela educação pública.

Aproveito aqui também para desejar um dia tranquilo e de boas provas no próximo fim de semana para quem vai participar da segunda parte dos exames deste ano.

Obrigado, Presidente, e obrigado, Senadores. Senador Styvenson, saudando-o porque chegou agora aqui também. Muito obrigado a todos.

(Durante o discurso do Sr. Jean Paul Prates, o Sr. Eduardo Girão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra o nosso grande Senador Styvenson – grande no tamanho, mas grande também na capacidade –, representante do Rio Grande do Norte e do Brasil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para discursar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, todos aqui presentes, servidores, os que assistem e ouvem pela TV Senado e pelas redes sociais, eu vim falar sobre o julgamento que está em andamento, aqui no STF, sobre a prisão em segunda instância.

Já faz algumas horas que o Supremo Tribunal Federal retomou o julgamento, que se estende já há algumas semanas, sobre a execução antecipada da pena, mais conhecida como prisão em segunda instância. Hoje eu espero que saia a decisão e eu espero que seja realmente favorável à maioria da população, e não a um grupo privilegiado, um grupo que se esconde através dessas medidas, através desses meios protelatórios, para seguir impune.

Sabe-se de casos em que o réu está sendo investigado ou até já foi condenado de alguma forma, mas, quanto mais ele entra com recurso em mais instâncias superiores, para reverter a decisão da Justiça, mais tempo leva para prescrever o crime que motivou o processo. Porque hoje a nossa Constituição permite mais de dezenas de tipos de recursos. São vários. São vários embargos que chegam a arrastar o processo por anos, até o crime prescrever.

Questiono sempre, Senadores, a quem interessa deixar livre uma pessoa que já foi condenada por um colegiado em segunda instância? A quem interessa tudo isso? Porque, se a prisão em segunda instância fosse realmente acolhida em nosso ordenamento jurídico, muita gente que hoje



se fia nessa possibilidade de continuar livre, até que não coubessem mais recursos – se isso já existisse no nosso ordenamento –, teria que procurar outras maneiras para ainda se manter impune.

Vamos ver, Senadores, sob a perspectiva do voto do Exmo. Sr. Ministro Barroso, que votou a favor da manutenção da prisão em condenação em segunda instância, um dado interessante. Foram condenadas, em segunda instância, pela Operação Lava Jato, 74 pessoas, dentre elas pessoas bem conhecidas pelo papel que desempenhavam nas organizações criminosas, como José Dirceu, Eduardo Cunha, Sérgio Cabral. Desses 74, 36 fizeram acordos de delação premiada, ou seja, acabaram colaborando com as investigações; as 38 restantes contestaram as condenações; e, até agora, quatro anos depois, apenas 8 processos transitaram em julgado. E diz o Exmo. Ministro Barroso no voto – abro aspas –: "Quando se trata da criminalidade de colarinho branco, a média é bem superior a um ano". A quem interessa que não haja prisão em segunda instância neste País?

O placar agora no STF, pelo menos por enquanto, se encontra em cinco votos a favor da manutenção da prisão em segunda instância contra três, mas ainda faltam votar três ministros – e pelo menos dois já anteciparam seus votos e disseram que vão votar contra. Então, ficaria aí a possibilidade de um empate de 5 a 5, e caberá ao Exmo. Sr. Presidente Dias Toffoli o desempate.

A ordem constitucional brasileira não exige o trânsito em julgado para decretar uma prisão; o que exige é a ordem escrita e fundamentada da autoridade competente.

Antes que alguns defensores aqui, Senador Girão, operadores do Direito, venham a me crucificar, como estão fazendo nas redes sociais, alegando a presunção da inocência; antes que essas pessoas inquietas, recorrendo a esse tipo de princípio, possam se manifestar mais uma vez...

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – O senhor falou "redes sociais"?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Também.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – As redes sociais estão todas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Mas há algumas...

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Quase 100%...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – A favor.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – ... estão a favor da prisão em segunda instância.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Mas ainda há...

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – O brasileiro é a favor. Ele quer a ética, Senador Styvenson, ele quer a verdade, ele quer o Brasil passado a limpo com relação à corrupção. Não tenha receio nenhum.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Da mesma forma, Senador Girão, que está 5 a 3, e ainda faltam três ministros – e dois já anunciaram seu voto –, muitos deles se apoiam justamente nessa presunção de inocência. É por isso que estou tocando nesse assunto, porque eu percebi que algumas pessoas insistem em tocar nesse princípio. É um princípio, sim!

O Sr. Reguffe (PODEMOS - DF) – Senador Styvenson, me permite um aparte?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Sim, senhor. Claro.

O Sr. Reguffe (PODEMOS - DF) – Essa questão da prisão em segunda instância... Eu sou um defensor da prisão em segunda instância desde o início do meu mandato, quando eu fui Deputado Federal. Portanto, não diz respeito ao caso de A, B ou C.



O que eu considero é que o nosso arcabouço jurídico tem tantos recursos, que faz com que esses recursos sejam meros mecanismos protelatórios, faz com que alguém que cometeu um crime fique impune durante anos e anos. E nós temos vários exemplos no Brasil, e não apenas em casos envolvendo dinheiro público, em casos de corrupção, mas também crimes comuns, porque a prisão em segunda instância não vale apenas para crimes de corrupção, ela vale para todo o tipo de crime. A revisão da prisão em segunda instância, pelo Supremo Tribunal Federal, vai liberar milhares de presos, e não apenas só os de corrupção, mas também crimes comuns. Então, eu considero que a prisão em segunda instância é um avanço.

A pessoa, se for condenada em primeira instância, pode recorrer; se for condenada em segunda instância, começa a cumprir a pena sem o prejuízo de ela fazer os demais recursos. Agora não dá é para não ter a prisão em segunda instância e isso servir apenas como mecanismo protelatório, para protelar que uma pena seja cumprida. E não é pelo desejo de condenar ninguém. Acho que as pessoas... Às vezes, eu vejo algumas pessoas falando: "Mas tem que condenar". É muito sadismo simplesmente você querer condenar alguém. Eu não tenho isso. É justamente para servir de exemplo, para que outra pessoa, na hora de cometer aquele crime, pense duas vezes e não cometa. É para isso que serve uma pena. Não é para simplesmente condenar alguém, é para que sirva de exemplo também.

A Justiça que tarda, não é Justiça. Eu considero que o mecanismo da prisão em segunda instância foi um grande avanço neste País, e, se o Supremo decidir de ordem diversa, na minha opinião, será um grande prejuízo. Agora isso não tira também o papel do Congresso Nacional, que já deveria ter deixado isso claro na legislação, já deveria ter aprovado aqui uma legislação clara que determinasse a prisão em segunda instância, que, na minha opinião, é o que é o melhor dentro de um arcabouço jurídico. A pessoa tem a primeira instância, se for condenada em primeira instância, pode recorrer; se for condenada em segunda instância, começa a cumprir a pena, sem o prejuízo de demais recursos que queira fazer, mas já começa a cumprir a pena em segunda instância.

O que não pode é alguém cometer um crime e ficar dez anos, doze anos, às vezes, quinze anos só com recursos protelatórios sem pagar por algo que fez à sociedade. Isso é algo que a gente não pode aceitar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Muito agradecido pelo aparte, Senador Reguffe, o qual eu tanto admiro. De todo modo, eu quero dizer aqui para o senhor que defendo também a prisão em segunda instância e nem por isso eu creio que cometa nenhum ferimento ao princípio da inocência, a qual eu estava me referindo. Por quê? Porque a presunção da inocência, que é necessário vir aqui dentro do trânsito em julgado, do qual a gente estava falando, não é uma regra. É algo, princípio que tem que ser norteado, mas não é necessariamente aquilo que tem que ser seguido, porque, na mesma fala que o senhor segue, existem réus confessos, existem criminosos que cometem crimes e foram presos em flagrantes, mas, por poder aquisitivo, por terem dinheiro, pagarem bons advogados, responderam processo por muito tempo em liberdade, e alguns até prescreveram, Senador Girão.

Houve casos, como o senhor tocou, não só de corrupção, não só envolvendo políticos, mas envolvendo crimes contra a vida também. Casos como um, desde 2009, que a gente tem aqui ideia, em que um fazendeiro atirou cinco vezes contra um garoto em uma festa, porque estava paquerando com a esposa, namorada naquela ocasião. E o crime prescreveu com tantos atos protelatórios, com tantos embargos que foram colocados.



O Ministro Alexandre de Moraes, Senador Girão, no voto dele, citou, inclusive – aspas –: "Não há nenhuma exigência normativa, seja na Convenção Americana de Direitos Humanos [que é o Pacto de São José da Costa Rica] seja na Convenção Europeia de Direitos do Homem, que condicione o início do cumprimento da pena ao trânsito em julgado da sentença condenatória". Ou seja, não há por que dizer que a prisão em segunda instância pode ferir, mais uma vez, o princípio dos direitos humanos, como dizem alguns que defendem a queda da prisão em segunda instância.

O que eu defendo agora e aqui, juntamente com a posição de cinco Ministros, Senador Izalci e Senador Girão, é apontar, deixar claro para essas pessoas que ainda não entenderam, ou até mesmo para alguns que defendem que essa prisão em segunda instância caia, que esse posicionamento causa prejuízo à nossa sociedade, causa prejuízo ao nosso direito, causa prejuízo à estabilidade deste País. O que causa mais prejuízo é estarem sempre os mesmos Senadores falando, os mesmos Senadores defendendo, assinando carta, defendendo que se coloque em pauta na CCJ o projeto do Senador Oriovisto, relatado pela Senadora Selma, que a gente possa exercer a nossa função, de forma rápida e de forma clara, para que as pessoas, como o senhor mesmo disse, não fiquem só nas redes sociais cobrando dos Senadores, cobrando de quem realmente foi eleito para fazer essa função, fazer essa missão.

Eu não tenho dúvida do poder, da legalidade da nossa Constituição Federal, mas eu também preciso dizer, Senadores, a todos os que estão me ouvindo, que eu não tenho dúvida também de que isso vai causar um sentimento, além de injustiça, de impunidade. Além de que as pessoas que aqui estão ou que estão fora podem agir da forma como queiram, porque sempre vão estar protegidos por esses recursos e nunca vão chegar a ser presos efetivamente e ter a liberdade privada, pois não os atinge. Atinge uma parcela da população, infelizmente, Senador Izalci.

Quem fica preso neste País é pobre, preto e favelado, porque quem usa colarinho branco e gravata muitas vezes é empresário e está bem solto. Faz acordo de delação, que é para isto também que eu vejo que tem de cair essa prisão de segunda instância: para não coagir, não tornar a prisão um efeito para que outros delatem, para que se busque a liberdade.

Então, aqui a gente está falando de furar, de quebrar princípios, como eu estava alegando agora, dentro da inocência. E o princípio da moralidade? E os princípios a que tanto se refere a Constituição? Não são lembrados aqui? Os Ministros não deveriam preservá-los também, uma vez que estão dela se valendo para darem seus votos?

Ainda faltam três votos. Vai ser longo este dia. A população está esperando, os Senadores estão aguardando a decisão do STF sobre este tema. É um tema delicado, importante para a sociedade brasileira, que já se pronunciou tantas vezes anteriormente favorável, mas, mais uma vez, vem esta discussão.

Eu creio, Senador Girão e Senador Izalci, que a gente poderia ter resolvido isso há muito tempo. E estamos aguardando o quê, uma vez que está parado na CCJ, esperando a nossa iniciativa para colocar fim a este assunto?

O STF se baseia justamente pelo que a gente faz. Se vai discutir constitucionalidade ou não, isso tem que ser feito aqui. E eles discutem se é ou não, e não discutem o que já existe até agora e que já foi discutido várias vezes por eles, diversas vezes. E muda-se o voto a cada momento.

Era isso que eu tinha que dizer sobre a nossa preocupação, Senadores, com essa votação de hoje à tarde.

Obrigado, Senadores.



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Muito bem, Senador Styvenson.

Passo a palavra ao nosso nobre Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discursar.) – Muito boa tarde, Senador Presidente desta sessão, Izalci Lucas, Senador Styvenson Valentim, todos os funcionários da Casa, assessores, você que está nos assistindo agora, através do trabalho competente da equipe da TV Senado, da Rádio Senado. A expectativa é enorme. Eu espero estar subindo a esta tribuna hoje e da próxima vez que aqui eu estiver, a gente possa celebrar a decisão do Supremo.

É difícil? É difícil, pelo que a gente ouve nos corredores, pela leitura política, mas há aquela máxima com a qual a gente já nasce no coração, nós, povo brasileiro: a esperança é a última que morre, e o brasileiro não desiste nunca.

Então, nós tivemos a oportunidade de, anteontem, irmos, um grupo de Senadores, levando uma carta para o Presidente do Supremo Tribunal Federal, uma carta assinada por 43 Senadores, ou seja, maioria absoluta desta Casa, fazendo um apelo muito respeitoso, mas um apelo institucional de que a maioria do Senado quer a prisão em segunda instância, a manutenção da prisão em segunda instância, para que este País não deixe de ser um País sério, porque nos últimos cinco anos a gente começou a ver a Justiça para todos neste País.

Com a operação Lava Jato, nós tivemos, pela primeira vez, como muito bem colocou o Senador Capitão Styvenson, grandes empresários, políticos poderosíssimos, de colarinho branco, realmente passando por aquilo que deveriam passar, que é prestando contas com a Justiça, presos, condenados. Essa é a realidade.

E hoje, no Supremo, enquanto nós estamos falando aqui, do outro lado da rua, Zezinho, nós temos os Ministros votando essa decisão que representa muito para o combate à impunidade no Brasil. Nós não podemos retroceder. Está 5 a 3. Acabei de ver aqui antes de subir à tribuna, está 5 a 3, e o Ministro Gilmar Mendes está votando neste momento. Então, depois do Ministro Gilmar Mendes, a gente já tem ideia do voto dele, óbvio, pelas decisões, vai para 5 a 4. Há o Ministro Celso de Mello, que em outra manifestação sobre o mesmo assunto, espero que ele tenha repensado, que ele tenha observado todos os dados colocados durante esse julgamento, ou seja, que as decisões da primeira e da segunda instância, mais de 90%, quase 100%, 99% são mantidas nas outras instâncias, ou seja, não há por que, não há por que voltar atrás. O Brasil seria o único País do mundo a ter a prisão em segunda instância e depois voltar atrás.

Eu espero sinceramente que nós tenhamos uma surpresa com o voto de minerva, que deve ser o voto do Ministro Toffoli, que daqui a pouco deve... Como falou há pouco o Senador que me antecedeu, Senador Capitão Styvenson, é uma noite longa, mas muito importante na história do Brasil.

Eu mantengo esperanças. Eu acredito sempre no ser humano, sempre no ser humano. Acho que até a última hora, até o último suspiro, ele pode ter uma reflexão, uma luz, pensar em tudo em sua vida, nos valores que seus pais ensinaram, seus avós, na geração dos seus filhos, na geração dos seus netos, e tome um outro caminho. Então, eu tenho esperança.

Foi um apelo o que nós fizemos na última terça-feira, um apelo. Os Senadores se manifestaram. E eu achei um gesto de humildade, um gesto de muita boa vontade dos Senadores, de irem ao encontro do Ministro, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, e fazer esse pedido pelo bem do Brasil, a favor do Brasil.



Então, a população está atenta e deve ficar atenta a esse julgamento. Se nós tivermos uma decisão nefasta do Supremo Tribunal Federal, revertendo essa prisão em segunda instância, nós vamos ter que agir imediatamente aqui, porque, como bem colocou o Senador que me antecedeu, o Senado e a Câmara eram para ter avançado na legislação nesse sentido, para definirem a regra do jogo há mais tempo.

Mas nem tudo estará perdido. Se o Supremo não der esse presente à população brasileira, nós aqui do Senado Federal e da Câmara dos Deputados temos obrigação moral de dar – obrigação moral de dar – essa boa vontade, esse gesto de ética ao povo brasileiro, que é a manutenção da prisão em segunda instância.

Eu queria dizer também que nós tivemos ontem, aqui neste Plenário, que foi motivo de celebração, especialmente pela bancada feminina, a decisão sobre a PEC que torna o feminicídio um crime imprescritível e inafiançável. Importante conquista! Realmente, nunca se matou tantas mulheres, nunca se violentou tanto como nos últimos anos. E é importante, mas a gente precisa também – e já falei com a nossa assessoria –, imediatamente, fazer uma PEC no mesmo sentido para os crimes contra as crianças também.

Uma vida é importante, seja de mulher, seja de criança, seja de homem, e é fundamental que a gente a preserve, que os crimes contra a vida sejam imprescritíveis e inafiançáveis.

E eu vou além, Presidente, Senador Izalci Lucas: crimes de corrupção precisam ter um olhar similar, porque a corrupção mata lá na ponta. É o remédio que falta no hospital; é a falta de educação, quando o seu filho fica na rua; é a falta de oportunidade de emprego. A corrupção rouba sonhos. A corrupção é um crime terrível. Assim, nós precisamos partir também para uma legislação que torne o crime de corrupção inafiançável e imprescritível. O Brasil precisa se livrar dessa chaga, desse carma pernicioso que é a corrupção.

Senador Styvenson, concedo a palavra a V. Exa.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN. Para apartear.) – Sobre esse assunto de tornar imprescritível o crime de corrupção, quero lembrar que eu já apresentei um projeto nesse sentido. Está aqui, está em andamento.

O objetivo é tornar esse crime passível de maiores penas – penas de reclusão, no caso de privação de liberdade, – e que a pena que for aplicada, além da imprescritibilidade, torná-lo também não passível de perdão. E, ainda, que ele seja tido como um crime contra a população brasileira. É um crime muito amplo o de corrupção. Além de aumentar a pena de cinco a quinze anos, que esse corrupto tenha a pena dobrada na parte política, com a perda dos direitos políticos, ou seja, se ele for condenado a 15 anos de reclusão, que ele perca por 30 anos os seus direitos políticos, e que isso não seja também, em momento algum, negociável.

Então, lembro ao senhor que eu já apresentei esse projeto de lei pensando em, assim, tornar mais rígida a punição, de modo a desmotivar as pessoas que queiram cometer esse tipo de crime neste País.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – É muito importante, Senador Styvenson. Eu o parabenizo pela iniciativa. O senhor já conseguiu produzir tantos projetos que estão em tramitação que, realmente, eu não tinha conhecimento desse.

Há um mais antigo, de 2018, que torna hediondo o crime de corrupção. Esse está mais adiantado inclusive. Então, é hora de nós fazermos a nossa parte, porque não podemos esperar pelo STF.



O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN) – Já que o senhor tocou nesse projeto de 2018 que já trata desse assunto, tornando-o hediondo, preciso dizer para o senhor que só aqui, no Senado, há mais de 180 projetos de lei que tratam do mesmo tema: combater a corrupção – 180.

E lá do outro lado, a gente atravessando aqui e passando o tapete verde, há mais de 500. Olha que coisa! Há projetos que estão engavetados há 20 anos que tratam do tema de corrupção. Aí a população fica realmente descrente, fica desmotivada, desacreditada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Olha, uma situação importante de reflexão essa que o Senador Styvenson colocou, por exemplo, ele falou há pouco das redes sociais, vocês ouviram aqui ele falando das redes sociais, que alguns movimentos, uma minoria pequenininha que é a favor da prisão apenas com o trânsito em julgado e não na segunda instância. Mas eu digo para vocês assim, conversando com as pessoas, nas ruas, lá no Ceará, eu tive oportunidade de ver até pessoas que defendem o Lula livre, olha só, que são contra a prisão em segunda instância.

Então, o que está acontecendo? Está acontecendo é que, para libertar alguns políticos, alguns empresários corruptos, condenados, vai-se liberar, está se desenhandando... Eu estou à espera de um milagre, espero no bom senso que o Supremo consiga melhorar a sua imagem para o País neste julgamento. Ele tem uma oportunidade ímpar, o Supremo Tribunal Federal. Tem uma oportunidade ímpar, o Presidente Dias Toffoli, que deve dar o voto de minerva, a decisão. Espero que aproveite essa oportunidade, porque apelo foi o que não faltou, do brasileiro nas ruas, do brasileiro nas redes sociais, do Senado Federal, um grupo também de Deputados que construiu uma carta pedindo ao Supremo a manutenção da prisão em segunda instância. Então, falta de apelo não foi. Até veículos de comunicação de peso no País, com editoriais dizendo que seria um grande retrocesso no combate à corrupção no Brasil. Então, eu espero que nós tenhamos uma boa notícia em breve e nós estamos acompanhando aqui, passo a passo.

Eu queria, antes de encerrar a minha fala, citar, Senador Izalci Lucas e Senador Styvenson, como a gente diz lá no Ceará, houve um perrenguezinho aí, houve uma confusão hoje pela manhã, num programa pela internet, de um jornalista que agrediu outro jornalista. E eu queria dizer que eu me preocupo. Eu me preocupo, acho que não é o caminho, eu tenho uma admiração grande pelo jornalista Augusto Nunes, muitas ideias dele eu abraço, já há muito tempo eu procuro colocar em prática, e acredito na visão de mundo dele, mas por isso é que a gente tem que orar e vigiar o tempo inteiro, porque nada, nada justifica agressão.

Então, eu me preocupo com isso, porque nós temos que ouvir o diferente, que aceitar, que respeitar, mesmo discordando frontalmente – nesse aspecto eu me junto a ele –, mas não justifica a agressão. Onde é que nós iríamos parar se as pessoas discutissem e partissem para as vias de fato umas com as outras, por ideias diferentes?

Então, eu acho que o momento é de muita serenidade, sabedoria. O Brasil está vivendo ainda uma época de eleição, e não era para estar, não era para estar. Era para estarmos já numa outra fase. O acirramento ideológico... Eu acho que a gente precisa amadurecer nesse aspecto, e todos construirmos um Brasil, ouvindo quem pensa diferente, tentando encontrar uma solução.

Para encerrar a minha fala, eu queria deixar uma mensagem. Sempre que subo aqui, Senadora Rose de Freitas, eu sempre agradeço a Deus pela oportunidade, por ter saúde, por ter sabedoria, por poder de alguma forma estar aqui combatendo o bom combate. Então, eu queria encerrar a minha fala com uma passagem de Emmanuel, que é o mentor do Chico Xavier, em que ele dizia o seguinte, um texto muito forte:



Todas as coisas na Terra passam. Os dias de dificuldades passarão. Passarão também os dias de amargura e solidão. As dores e as lágrimas passarão. As frustrações que nos fazem chorar um dia passarão. A saudade do ser querido que está longe passará. Dias de tristeza, dias de felicidade são lições necessárias que na Terra passam, deixando no espírito imortal as experiências acumuladas. Se hoje, para nós, é um desses dias repletos de amargura, paremos um instante. Elevemos o pensamento ao alto e busquemos a voz suave da mãe amorosa a nos dizer carinhosamente: "Isso também passará". E guardemos a certeza, pelas próprias dificuldades já superadas, de que não há mal que dure para sempre. O planeta Terra, semelhante a enorme embarcação, às vezes parece que vai soçobrar diante das turbulências de gigantescas ondas. Mas isso também passará, porque Jesus está no leme dessa nau e segue com o olhar sereno de quem guarda a certeza de que a agitação faz parte do roteiro evolutivo da humanidade e que, um dia, também passará. Ele sabe que a Terra chegará a porto seguro, porque essa é a sua destinação. Assim, façamos a nossa parte, o melhor que pudermos, sem esmorecimento, e confiemos em Deus, aproveitando cada segundo, cada minuto, que, por certo, também passarão. Tudo passa, exceto Deus. Deus é o suficiente.

Chico Xavier, uma psicografia dele, do seu mentor espiritual, Emmanuel.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parabéns, Senador Girão.

Passo a palavra agora à Senadora Rose de Freitas, ao tempo em que a parabenizo pelo projeto aprovado ontem. V. Exa. vai falar sobre isso.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. servidores do Senado Federal, da Câmara, por certo há muito o que a gente possa comemorar aqui, Senador Styvenson, em relação à conquista de ontem, historicamente. Nós não gostaríamos que fosse necessário chegar aonde chegamos, mas chegamos pela preocupação, pela vigilância que estamos tendo ao registrar todos os dias o número da violência contra a mulher que cotidianamente nos espanta e até nos indigna.

Eu quero falar sobre isso, dizer em agradecimento que o Brasil se movimentou. Quero que V. Exa. saiba disso. V. Exa. estava numa reunião ministerial e eu estava rezando para V. Exa. chegar, porque sei da importância do seu trabalho, do seu apoio à luta das mulheres e, consequentemente, o seu voto, como o do Senador Styvenson, o do Senador Girão, distinguiu uma luta que pretende colocar um basta a essa ultrajante violência que leva à morte mulheres todos os dias.

Então, tenho aqui que dizer às mulheres brasileiras que não é uma etapa vencida, é apenas um regramento, é uma legislação, é uma emenda constitucional que acaba com aquilo que nós repudiamos, que é ver o arquivamento de processos, sucessivamente, de pessoas que mataram outras mulheres e também processos que ficam abandonados dentro das gavetas ou, então, dar ao foragido o direito de ver arquivado e prescrito o seu processo.

O Brasil das mulheres, o Brasil dos homens comprometidos com a dignidade e com a questão da luta das mulheres sabe que nós temos que comemorar.

Eu gostaria também de falar aqui, Sr. Presidente, sobre a questão da educação. V. Exa. foi um quase Ministro da Educação, até torcíamos para que fosse. Sabe que até a questão da mulher, que eu estou tratando aqui, diz respeito à educação. É preciso que os valores, e aí não tem nada a



ver com ideologia religiosa, ideologia política, mas tem a ver com a distinção do que é um tratamento de respeito à cidadania, aos direitos humanos. É disso que nós precisamos.

Um lar violento... Se nós não tivermos capacidade de discutir dentro das escolas esses valores da cidadania e dos direitos humanos, consequentemente aquela mente infantil vai absorver que é comum um homem bater numa mulher, maltratar um idoso, maltratar uma criança. Esse, sim, é um parâmetro educacional que nós queríamos que fosse tratado como matéria curricular.

Senador e Presidente, agora em exercício, há mais de 20 anos, eu falo, eu e várias mulheres, sobre a questão de que a escola ajuda a formar o conceito, o valor para que o exercício da cidadania tenha o parâmetro do respeito, tenha a dignidade do comportamento que respeita o outro e que valoriza a atividade do homem e das mulheres, que são iguais.

Não existe essa história de que você tem que se comportar dessa maneira. E aqui nós não estamos falando de nada que exorbite o comportamento social, nós estamos falando das pessoas. "Ah, eu quero ser jogadora de futebol." Nós vemos as histórias dessas meninas que hoje são famosas no esporte, pela atividade futebolística, e, no entanto, pelo que elas passaram? Desde a dor física de serem repreendidas fisicamente pelas suas escolhas, como também o deboche público. Então, isso tudo é da educação.

Ontem, por acaso, assisti a uma professora se dirigindo, numa série que havia na televisão, não sei o nome, a uma mulher que amamentava dentro da escola, e as outras pessoas... O marido tinha vergonha de vê-la amamentar e ela estava ali para estudar, ela e ele. No entanto, o bebê chorava de fome, ela foi dar o peito e o marido disse: "Não faça isso!". "Mas é porque eu estou amamentando." E veio a professora, a sala debochou, olhou o seio da mulher como uma parte erótica do corpo, não olhou a mulher como uma mãe que amamentava o seu filho. Então, isso é educação, isso é ensinamento, isso é discussão. A professora disse: "Escuta, por que vocês tão fazendo isso? Vocês todos foram amamentados. É uma mulher amamentando o seu filho". E o homem já estava querendo largar a escola junto com a esposa por causa daquele episódio que foi tão bem ilustrado naquele capítulo a que eu assisti.

Entendam o que eu estou falando, brigo para que essa matéria curricular, a cidadania e os direitos humanos... Nós não tivemos OSPB (Organização Social e Política do Brasil) em que ficavam tentando, na época da ditadura, fazer a cabeça? Nada disso, sem dogmas, sem tendências, sem ideologias, mas muito a favor da formação do caráter, dos valores. E tenho certeza de que, se a sociedade puder conhecer e puder dividir, a escola tem esse papel também. Não é para suprir o papel da casa dos pais, mas, num lar desorganizado e violento, se um aluno na escola não tem um outro parâmetro para pensar, para dizer: "Escuta, ele agride a minha mãe"... E a professora está lá dizendo: "Direitos humanos é assim, respeitar o outro, etc., etc. A cidadania é isso". Ele não vai ter um parâmetro para pensar e até discordar na formação do seu raciocínio tão criança, tão jovem quanto são esses meninos na escola.

Então, eu não consegui isso até hoje. Até hoje eu não consegui! No Brasil, as coisas demoram. E, como demoram, eu estou aqui para falar, estender essa minha fala, porque, na data de hoje, Sr. Presidente, ainda hoje, 48 milhões de pessoas, neste País, nunca acessaram a internet.

Tudo está tão moderno... Eu sei porque eu tenho um filho que trabalha, é diretor nessa arte de formação de *games* de corridas e jogos, e sei o quanto ele está evoluindo. Ele, ao falar em família – ele mora em outro país, onde exerce sua atividade profissional –, mostra em que ponto nós estamos, essa era digital toda. Eu fico olhando que, lá no Alto Rio Novo, lá em Ponto Belo, lá em Dores do Rio Preto, as pessoas ainda não tiveram acesso... Eu não estou falando da



população como um todo, mas das escolas. Significa que um quarto dessa estatística que eu estou dando aqui, um quarto dos brasileiros e brasileiras, precisamente 23% da população, não teve acesso, em nenhum momento da vida, à rede mundial de computadores e a todo o rol de informações que nós estamos sempre debatendo e que alimentam o nosso trabalho aqui na Casa. Portanto, ela não tem acesso a oportunidades que circulam pelo mundo afora. A exclusão digital, e já estamos falando da modernidade, é uma dura realidade no Brasil.

Quando nos restringimos a grupos específicos, o cenário é ainda mais cruel, porque as pessoas que têm essa informação, esse acesso, vivem em núcleos fechados, e na área rural não existe nada disso. Muito raramente se consegue um sinal da internet. E a proporção das pessoas que não têm acesso à internet chega a assombrosos 41%. Entre aqueles com 60 anos ou mais, a exclusão corresponde a 68%. E, se limitarmos a análise aos analfabetos, o número é assustador: 83% deles nunca acessaram a rede internet em nenhum momento da vida. Os dados são do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, que é ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Pois bem, nós estamos no ano de 2019, século XXI, e ainda nesta data é preciso lembrar o óbvio. Sem acesso ao mundo digital, essas pessoas nunca terão acesso a bons empregos, excepcionalizando-se a área rural em que há uma comunidade interligada através de cooperativas e que faz, de maneira embrionária, com que essa gestão de interesses e oportunidades se comuniquem. Se tivessem acesso a uma rede como essa, quantos bons empregos, quanta formação, quanta qualificação, quanto avanço, inclusive no setor privado, competitividade, inclusão no mercado? Veja a importância de tudo isso. Sem inclusão digital, Sr. Presidente, este País nunca entrará no grupo das nações desenvolvidas. Quem aqui, ouvindo eu falar sobre esse tema, nunca ouviu dizer que, apesar do desemprego elevado, algumas empresas não conseguem preencher vagas abertas por absoluta falta de qualificação dos candidatos? Sem investimento, esse cenário tende a só se agravar.

Outro dia, empresas que estavam se alocando no Brasil estavam dizendo: "O que eu sinto falta aqui é da mão de obra qualificada". Haverá empregos, mas não haverá brasileiros qualificados para preenchê-los. E o que nós teremos que fazer? Aceitar a importação de mão de obra? É possível pensar sobre isso num Brasil que já esteve, há 10, 15 anos, nas manchetes, como um país que estava se incluindo no Primeiro Mundo?

Uma das principais facetas deste problema está na interface entre tecnologia e educação. A inclusão das tecnologias da informação entre as práticas educativas no País data de décadas. Já no final de 1960, quero lembrar aqui, inaugurava-se a informática educativa no País, inicialmente na área acadêmica. Eu acho que data de V. Exa., não? Nos anos 70, Sr. Presidente, estende-se ao ensino médio essa capacidade, essa formação na questão da informatização. Entre as décadas de 70 e 80, o Ministério da Educação passa a ter participação maior no tema, com a criação de secretarias específicas para o setor.

Mesmo após esses anos, o que ainda vemos é uma enorme discrepância entre realidades locais. Enquanto 98% das escolas urbanas brasileiras contam com acesso à internet, esta proporção é de apenas 34% entre as escolas rurais. Mais de 45% dos centros de educação do campo não têm sequer um único computador. A desigualdade já é espantosa se levarmos em consideração apenas dados sobre a posse da tecnologia. Se olharmos mais de perto para analisar quais profissionais de educação têm realmente a qualificação necessária para a educação digital, as desigualdades são ainda muito maiores.



Um estudo do Tribunal de Contas da União intitulado Política Pública de Inclusão Digital aponta, apropriadamente, que qualquer modelo de política de inclusão deve se concentrar em três pilares: educação para o uso das tecnologias da informação; garantia de infraestrutura para o acesso; e produção de conteúdo adequado às necessidades dos usuários. Estamos muito atrasados – muito atrasados – em todos os aspectos. Prova disso é nossa colocação em um *ranking* internacional de uso e acesso às tecnologias da informação e comunicação, publicado pela União Internacional de Telecomunicações. Entre os 167 países analisados, ocupamos a 61^a posição, muito distante de países desenvolvidos e até mesmo atrás de países vizinhos, aqui, como a Argentina, o Chile e o Uruguai.

Então, Sr. Presidente, compreender essa realidade e falar sobre ela, que é uma realidade de exclusão digital no Brasil, hoje, é o contrário: é não ficar só olhando números; é perceber as enormes dificuldades enfrentadas por quem não tem acesso a um serviço público, por quem não se qualifica para um tão necessário emprego, por quem não sabe sequer como procurar informações sobre seus direitos pelo simples fato de não fazer parte desse mundo *on-line*.

Renda e inclusão são fatores intrinsecamente relacionados e retroalimentados para o progresso e o desenvolvimento. Sem renda, não há acesso à tecnologia e, sem tecnologia, não há acesso à renda. E, sem acesso à tecnologia, não há que se falar em melhores empregos, em melhores condições de vida. Assegurar inclusão digital é, portanto, em última instância, pelo nosso raciocínio, garantir equidade e justiça social para nossos concidadãos. Num mundo ideal, onde todos tenham as mesmas oportunidades – e nós estamos longe disso –, o acesso à tecnologia da informação é condição insuperável.

Nós Parlamentares, que vivemos aqui discutindo matérias, fazendo projetos e, muitas vezes, destacando textos de projetos que possam ser adequados a novo comportamento do governo através de legislações específicas, nós temos que ter esse compromisso, Sr. Presidente: o compromisso fundamental de fazer desenvolver a educação através da inclusão digital, para que isso, no desenrolar dos fatos, acabe gerando cidadãos com capacidade prática de disputar os empregos que são oferecidos, raros empregos hoje em dia, mas que são oferecidos e que exigem a qualificação profissional.

Eu quero sugerir que passemos a nos dedicar à criação de ferramentas que tornem as brasileiras e os brasileiros autossuficientes, capazes de cuidar sozinhos de suas vidas, capazes de olhar para frente com otimismo e brigar pelas oportunidades em condições de igualdade. Nós precisamos pensar seriamente em educação digital.

Eu sempre fiz parte, V. Exa. também, da Frente Parlamentar pela Educação. Nós precisamos novamente tratar desses assuntos, da inclusão digital na educação, adotar banda larga, que foi uma matéria de que outro dia tratamos aqui, em todas as escolas públicas. Precisamos incentivar a inovação tecnológica, precisamos assegurar infraestrutura adequada para esse desafio do século XXI.

Eu quero agradecer, mas eu queria também fazer um apelo. Há pouco, eu conversava com o representante das Forças Armadas, que tratava das demandas sobre a sua reprogramação, readequação dos seus pleitos em face da categoria do Exército. E eu dizia isto: existe, no Exército, também uma categoria de profissionais temporários, aqueles que entram e ficam no Exército oito anos. Quando saem dali, vamos citar o Exército, ele poderia estar preparado para instrumentar as pessoas, dando a capacidade vocacional, a capacidade técnica, a inclusão técnica, a inclusão da capacitação, para que, ao sair dali, eles tenham oportunidade, depois do preparo que passam e



depois do exercício de oito anos dentro das Forças Armadas, para que eles possam ser profissionais de qualquer área técnica e seguir com o aprendizado tecnológico adequado para prosseguir.

O Brasil não faz isso. Eu sinto falta, no Brasil, da questão do planejamento das oportunidades. Nós estamos vendo pessoas que trabalham aqui no Plenário, que estão aqui dentro da Casa, veem milhares de leis passarem, milhares de discursos serem feitos, são pessoas que têm contratos temporários.

Eu já tenho um projeto nessa área. Infelizmente, alguns projetos de inclusão dormem nas gavetas de relatores, que acham que não têm importância. Ao mesmo tempo em que se trabalha, pode-se aprender. Mas não aprender só com o que se trabalha. Aprender para, inclusive, encontrar a sua verdadeira aptidão.

O Wil é assessor, ajuda a escrever leis. Nós temos pensado juntos vários projetos de lei. Mas o que o Wil gostaria de aprender mais? O Wil é advogado, então ele vai, faz um curso de doutorado, faz um curso de mestrado, porque, enquanto ele trabalha aqui, ele vai acessando as suas oportunidades. Mas, para acessar, precisa criar o esteio, que é a preparação, o aprendizado.

Aqui, nesta Casa, tive a oportunidade de, para algumas pessoas que trabalham nessas empresas de cargos temporários, os terceirizados, arranjar cursos para que eles pudessem aprender e, ao terminar o seu contrato temporário, pudessem acessar outras oportunidades. Não é como o Zezinho, que virou nosso patrimônio histórico aqui, quer ficar conosco o tempo todo, toda a vida, e que já aprendeu o suficiente para até nos encaminhar em determinadas horas. Não, são outras pessoas, são pessoas... Não estou falando só dos novos, que têm 30 anos; estou falando das pessoas que querem, sonham, aspiram ter outras oportunidades. E, para isso, não é como você olhar uma estrela. Eu não posso alcançar esse teto, não posso, mas, se eu colocar uma escada e uma escada, eu vou chegar lá. É preciso que a gente aprenda a construir as escadas.

E ver as pessoas sonhando em ter acesso à internet e não colocar, é fazer uma exclusão proposta de cidadãos que estão aqui, trabalhando hoje, que estão ali na Câmara, que estão nos atendendo e que não podem sonhar em ter outra profissão, saber mais e se sentir incluídos no processo de desenvolvimento do País, que, hoje paralisado, amanhã mais desenvolvido, possa dar, em geral, oportunidade para todos.

Eu agradeço e quero lembrar, no final da minha fala, que nós estamos no Novembro Azul. Nós criamos isso há alguns anos, e quero que as pessoas acessem a internet para se organizar, para que possam fazer o exame, porque câncer de próstata mata como câncer de mama, e câncer é uma doença grave. Faça o exame preventivamente. Se não houver ao seu alcance um exame que lhe facilite essa consulta, há uma rede do ministério que localiza onde se encontra alguém capaz de atendê-lo, e faça a reclamação de que não estão sendo acessados pelos meios da saúde os exames de urologistas que possam lhe oferecer um diagnóstico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parabenizo V. Exa., Senadora Rose, por esse ótimo discurso. Realmente, temos que investir em educação; não há outro jeito. Parabéns!

Bem, não havendo mais oradores inscritos, eu declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 50 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 215^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Bloco Senado Independente
PDT – Cidadania – PSB – Rede

Faça-se a
substituição
voluntada.
Em 7/11/2019

GLBSI- Memo. 136/2019

Brasília, 6 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

Assunto: Substituição de membro de comissão permanente

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação da **Senadora Eliziane Gama** em substituição ao **Senador Alessandro Vieira** para compor, na condição de membro suplente, a *Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH*, em vaga destinada ao *Bloco Senado Independente*.

Atenciosamente,

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Líder do Bloco Senado Independente

Recebido em 7/11/19
Hora: 10:35

Juliana Soares Amorim
Matrícula: 302809 SLSF/SGM





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Ofício nº 3033-2019 – GSRPACHE

Brasília (DF), 4 de novembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
 Presidente do Senado Federal
 Nesta

Ref. 3000-2019
 Assunto: **RQS 871/2019.** Comunica inviabilidade de participação

Prezado Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, cumpre-me informar a Vossa Excelência que, por força de acontecimentos alheios a minha vontade, não me foi possível tomar parte na Missão Oficial a Cambridge, Massachusetts/EUA, para o *Workshop: Theory and Tools of the Harvard Negotiation Project*, na forma da autorização contida no RQS 871/2019.

Permaneço à disposição.

Senador RODRIGO PACHECO
 DEM/MG

Presidência do Senado Federal
 Recebi o Original
Em 05/11/19 Hs 15:17
José Quirino
Em mãos

Recebido em 7/11/19
 Hora 15:39
Paula Póvoa
 Paula Costa Póvoa Dantas - Mat. 256149
 SGM - Senado Federal



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 692, DE 2019

Altera o parágrafo único do art. 1º do Decreto Legislativo nº. 197, de 1991, que aprova o texto do tratado para a constituição de um Mercado Comum entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, firmado em Assunção, em 26 de março de 1991.

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/19489-17406-26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° , DE 2019

Altera o parágrafo único do art. 1º do Decreto Legislativo nº. 197, de 1991, que *aprova o texto do tratado para a constituição de um Mercado Comum entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, firmado em Assunção, em 26 de março de 1991.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º do Decreto Legislativo nº. 197, de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....
Parágrafo Único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão ou denúncia do presente tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio cultural.” (NR)

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/19489-17406-26

JUSTIFICAÇÃO

Um dos princípios constitucionais que regem nossa política externa tange à integração regional.

Com efeito, o Artigo 4º da Constituição Federal estabelece que:

“Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.” (grifo nosso)

Dessa forma, estabeleceu o constituinte, com grande destaque, que o Brasil deveria empenhar-se, em suas relações internacionais, na integração regional,





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/19489-174/06-26

visando o objetivo último da formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Coerentemente com esse claro princípio constitucional, o Brasil firmou, em 26 de março de 1991, o “Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai” (Tratado de Assunção), que criou o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Tal tratado foi submetido ao crivo do Congresso Nacional, nos termos do Artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, tendo sido promulgado pelo Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991, após aprovação do Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 197, de 1991.

Dessa maneira, o Congresso Nacional, cumprindo seu papel constitucional, participou, de forma decisiva e insubstituível, na criação do Mercosul. Sem a vontade soberana do Legislativo brasileiro, o Tratado de Assunção jamais teria entrado em vigor e o Mercosul não existiria.

Posteriormente, e ainda em consonância com o mencionado parágrafo único do Artigo 4º da Constituição Federal, o Mercosul serviu de base institucional e diplomática para a ampliação da integração regional.

Assim, em 23 de maio de 2008 foi assinado o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), composta pelos doze estados da América do Sul e fundada dentro dos ideais de integração sul-americana multissetorial. Tal organização conjugou as duas uniões aduaneiras regionais: o Mercosul e a Comunidade Andina (CAN).

Pois bem, crescem as evidências de que o governo Bolsonaro, ante a derrota de Maurício Macri na Argentina, seu aliado político, pretende retirar o Brasil o Mercosul, de modo a poder reduzir substancialmente todas as alíquotas de importação da Tarifa Externa Comum (TEC) e negociar livremente acordos de livre comércio com os EUA e demais países desenvolvidos etc.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa



SF/19489-17406-26

O presente governo pretende fazê-lo, no entanto, sem submeter a denúncia do Tratado de Assunção ao Congresso Nacional, em simples decisão monocrática de caráter administrativo. Dessa maneira, o Congresso Nacional, que, como mencionamos, foi decisivo para a criação do Mercosul e a entrada do Brasil no bloco, ficaria paradoxalmente excluído da decisão de retirar o nosso país do Mercado Comum do Sul.

Discordamos.

Muito embora a tradição do Brasil a respeito das denúncias de tratados e acordos tenha sido, desde 1926, quando o Brasil decidiu se retirar da extinta Liga das Nações, a de que o Poder Executivo pode fazê-las sem o concurso do Congresso Nacional, a matéria está longe de ser consensual entre os juristas brasileiros.

Aliás, essa questão, já quase centenária, voltou à tona no Brasil em 16 de junho de 1997, quando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ingressaram no Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), visando obter a declaração de inconstitucionalidade do Decreto presidencial 2.100, de 20 de dezembro de 1996, que denunciou, monocraticamente, a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho, devidamente aprovada pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 68/92) e promulgada pelo Poder Executivo (Decreto nº 1.855/96), e até então em pleno vigor no Brasil.

A referida ADI, de número 1.625/DF, de relatoria originária do ministro Maurício Corrêa, ainda pende de decisão definitiva do STF.

Os ministros Maurício Corrêa e Carlos Ayres Britto julgaram a ação procedente, em parte, emprestando ao Decreto Federal 2.100 interpretações conforme o artigo 49, inciso I da Constituição, para determinar que a denúncia da Convenção 158 da OIT condiciona-se ao referendo congressional, somente a partir do que produz sua eficácia.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa



SF/19489-17406-26

Contudo, o então presidente do STF, ministro Nelson Jobim, em voto-vista, divergiu do voto do relator para julgar improcedente o pedido formulado, por entender que o chefe do Poder Executivo, por representar a União na ordem internacional, pode denunciar tratados sem anuênciâa do Congresso.

O julgamento foi suspenso, em 29 de março de 2006, com o pedido de vista do ministro Joaquim Barbosa. Em 3 de junho de 2009, o ministro Joaquim Barbosa totalmente procedente a ação direta, quando, então, pediu vista dos autos a ministra Ellen Gracie, que se aposentou em 2011.

Em 2015, após o voto-vista da Ministra Rosa Weber, julgando totalmente procedente o pedido formulado, para declarar a inconstitucionalidade do Decreto nº 2.100/1996, pediu vista dos autos o Ministro Teori Zavascki.

Em 2016, após o voto-vista do Ministro Teori Zavascki, julgando improcedente o pedido formulado, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli.

Até hoje, entretanto, não há decisão definitiva do STF sobre matéria tão relevante, mas, como se vê, há muitos juristas que concordam com a tese de que a denúncia de acordo internacional tem de ser submetida ao Congresso Nacional.

Do nosso ponto de vista, assiste razão aos juristas que consideram que a denúncia de tratado ou acordo internacional tem de ser submetida ao crivo do Congresso Nacional, nos termos do Artigo 49, inciso I, da Constituição Federal.

O grande jurista Pontes de Miranda, entendia que, por questão de paralelismo com a aprovação e ratificação, que não podem prescindir da ação do Congresso Nacional, a denúncia, de igual forma, exigiria a atuação do Legislativo.

Para esse jurista, “aprovar tratado, convenção ou acordo, permitindo que o Poder Executivo o denuncie, sem consulta, nem aprovação [do Parlamento], é subversivo dos princípios constitucionais (grifo nosso).





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa



SF/19499-17406-26

A Ministra Rosa Weber, fiando-se principalmente no grande jurista Pontes de Miranda, concluiu em seu voto sobre a matéria que a derrogação de norma incorporadora de tratado pela vontade exclusiva do presidente da República seria incompatível com o equilíbrio necessário à preservação da independência e da harmonia entre os Poderes (CF, art. 2º), bem como com a exigência do devido processo legal, em sua dimensão substantiva (CF, art. 5º, LIV).

Assim, dada a premissa maior de que leis ordinárias não poderiam ser revogadas pelo presidente da República, e a premissa menor de que o decreto promulgador de tratado, aprovado e ratificado, equivaleria à lei ordinária, concluiu que a norma incorporadora de tratado não poderia ser derrubada pela exclusiva vontade do Presidente da República, sob pena de afronta aos artigos 2º, 49, I e 84, VIII, da Constituição.

Pode-se argumentar, ademais, que a denúncia do Tratado de Assunção colidiria com o parágrafo único do Artigo 4º da Constituição Federal, uma vez que seria decisão que caminharia em sentido contrário à busca da integração regional.

Além desses argumentos jurídicos, deve-se aduzir que, no caso da denúncia do Tratado de Assunção, estamos tratando de um ato internacional que tem enormes repercussões na vida nacional, em todas as suas dimensões.

O empenho do governo Bolsonaro na fragilização ou mesmo na destruição do Mercosul funda-se na suposição equivocada de que ao Brasil interessa apenas a integração assimétrica aos EUA e a outros países mais desenvolvidos.

Trata-se, a nosso ver, de ignorância sobre a realidade do Mercosul, motivada por mera ideologia. O Mercosul é fundamental para o Brasil.

Apenas em 2018, exportamos US\$ 20,9 bilhões para o Mercosul, mesmo com a crise que já atingia fortemente a Argentina, e, para a América do Sul como um todo, US\$ 35,2 bilhões. Para toda a América Latina e Caribe, exportamos nada menos que US\$ 45,4 bilhões, em 2018.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/19489-17406-26

Pois bem, no mesmo período, exportamos US\$ 28,7 bilhões para os EUA e US\$ 42,1 bilhões para a União Europeia. Desse modo, o Mercosul e a integração regional mais ampla que ele propicia são tão ou mais importantes comercialmente e economicamente para o Brasil que os EUA e a União Europeia. Saliente-se que, para o Mercosul, 90% das exportações brasileiras são de produtos manufaturados, tornando esse bloco estratégico para a nossa indústria.

O Mercosul e a integração regional de um modo geral asseguram ao Brasil um grande mercado cativo, particularmente para nossos produtos manufaturados, que não são competitivos em outros mercados.

Segundo levantamento elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), uma eventual saída do Mercosul, ou mesmo a flexibilização da Tarifa Externa Comum (TEC), poderiam afetar 2,4 milhões de empregos e uma massa salarial de R\$ 52 bilhões.

Porém, além desse provável e grave dano econômico e comercial, o Brasil terá também prejuízos geopolíticos de monta, caso o Mercosul e a integração regional sejam revistos.

Todo o esforço de décadas que o Brasil fez na construção do Mercosul, da Unasul e da Celac não teve como objetivo apenas ampliar o seu comércio, mas, sobretudo, gerar um entorno regional pacífico e próspero, capaz de decidir seu próprio destino, independentemente dos EUA e de quaisquer outras potências.

O Brasil investiu na integração regional, consoante ao parágrafo único do Artigo 4º da Constituição Federal, fundamentalmente para ampliar sua soberania e seu protagonismo internacional, bem como as soberanias dos demais Estados da América do Sul e da América Latina. Tal investimento também foi motivado pela busca do desenvolvimento econômico e social harmônico de toda a nossa região.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa



SF/19489/17406-26

Assim, essa revisão destrutiva do Mercosul e da integração regional tende a beneficiar somente interesses externos, empenhados na desagregação regional, e a fragilizar o protagonismo do Brasil no subcontinente e no mundo.

Os prejuízos econômicos, comerciais, sociais, políticos e diplomáticos de tal decisão irrefletida, fundada em premissas falsas, seriam substanciais.

Saliente-se que, caso o Brasil se retire do Mercosul, o próprio Parlamento do Mercosul e sua Representação Brasileira perderiam sua razão de ser, pois essas instâncias foram construídas, em ato internacional também aprovado pelo Congresso Nacional (Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul), com o intuito de propiciar o imprescindível controle legislativo do processo de integração e a construção de uma cidadania comum no Mercosul, a exemplo da União Europeia.

Por conseguinte, parece-nos inconstitucional e politicamente absurdo e ilógico que uma decisão tão grave, que terá repercussões sobre amplos aspectos da vida nacional, possa se realizar de forma monocrática, sem a devida participação do Congresso Nacional, que teve atuação decisiva na constituição do Mercosul, nos termos da Constituição Federal.

Face ao exposto, instamos os nobres pares a que apoiem este Projeto de Decreto Legislativo, imprescindível para assegurar o papel do Congresso Nacional, na condução e controle constitucional da política externa do Brasil.

Sala das Sessões, em de novembro de 2019

Senador HUMBERTO COSTA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto nº 350, de 21 de Novembro de 1991 - DEC-350-1991-11-21 - 350/91
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1991;350>
- Decreto nº 1.855, de 10 de Abril de 1996 - DEC-1855-1996-04-10 - 1855/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1996;1855>
- Decreto nº 2.100, de 20 de Dezembro de 1996 - DEC-2100-1996-12-20 - 2100/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1996;2100>



O Projeto de Decreto Legislativo nº 692, de 2019, vai à Comissão Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.



Projeto de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 5926, DE 2019

Institui o Programa de Transparência dos Árbitros Assistentes de Vídeos e dos Áudios no futebol brasileiro.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PROJETO DE LEI N° , DE 2019

Institui o Programa de Transparência dos Árbitros Assistentes de Vídeos e dos Áudios no futebol brasileiro.

SF/19890/75282-80

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica estabelecido o Programa de Transparência dos Árbitros Assistentes de Vídeos e dos Áudios no futebol brasileiro.

Art. 2º Em todos os jogos que utilizarem deste sistema, ficam obrigados a reprodução para todos os veículos de comunicação que tiverem transmitindo os jogos ao vivo:

I - O áudio da comunicação entre os árbitros e os árbitros assistentes de vídeo.

II - O vídeo gerador da imagem em que os árbitros e os árbitros assistentes de vídeo estiverem em discussão.

III – O áudio dos microfones utilizados pelos árbitros, bandeirinhas, assistentes, árbitros assistentes, árbitros de vídeos assistentes e todos que utilizam deste sistema.

Art. 3. Esta Lei obriga a Confederação Brasileira de Futebol, que deverá regulamenta-la em até 30 (trinta) dias após a sua aprovação, e a todos os responsáveis pela geração de conteúdo dos jogos de futebol no Brasil.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

JUSTIFICAÇÃO

SF/19890.75282-80

Vivemos um momento da informação imediata, onde todos e todas têm acesso a tudo, a qualquer hora e a qualquer momento, a transparência no poder público difundida na última década com os portais de transparência, o *compliance* para as empresas, as mídias evolutivas cada vez mais em constante transformação e também o futebol, com a implementação do Árbitro Assistente de Vídeo, o chamado VAR.

O futebol continua sendo para nós brasileiros, a grande paixão nacional, que mobiliza multidões e faz parte do nosso cotidiano com as inúmeras partidas semanais. No ano de 2019, a Confederação Brasileira de Futebol introduziu o chamado “VAR” nos jogos do campeonato brasileiro, e inúmeras discussões dividiram opiniões acerca de decisões dos árbitros assistentes de vídeos.

Acreditamos que esta proposta trará transparência para a população, imprensa e principalmente para o futebol brasileiro durante as partidas, com as transmissões ao vivo, dos áudios durante os jogos pelo meio da comunicação utilizada pelos árbitros, bandeirinhas e assistentes de uma forma geral.

Como a proposta do Árbitro Assistente de Vídeo foi produção de um brasileiro, Sr. Manoel Serapião Filho, lançada oficialmente junto à IFAB em 2015 e aprovada na Assembleia Geral da Anual – FIFA/IFAB em 2016, nada melhor que aprimorá-la com propostas de transparência.

Sala das Sessões,

Senador NELSINHO TRAD



O Projeto de Lei nº 5926, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.



Proposta de Emenda à Constituição





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 195, DE 2019

Modifica o art. 129 da Constituição Federal para disciplinar o compartilhamento sigiloso de informações entre Ministério Público e autoridades administrativas.

AUTORIA: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) (1º signatário), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Juíza Selma (PODEMOS/MT), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)



CCJ

JF

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS DO VAL

SF/19797.075/17-34
|||||
Página: 1/11 31/10/2019 14:56:44

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 195, DE 2019

Modifica o art. 129 da Constituição Federal para disciplinar o compartilhamento sigiloso de informações entre Ministério Público e autoridades administrativas.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 129.

.....

§ 6º As autoridades administrativas de fiscalização e controle devem compartilhar com o Ministério Público, de forma sigilosa, informações que constituam indícios de prática ilícita, independentemente de prévia autorização judicial, desde que:

I – exista procedimento administrativo previamente instaurado;

II – as informações sejam individualizadas, vedada investigação genérica;

III – existam sistemas com certificados de segurança e registro de acesso das autoridades administrativas.

Página: 1/11 31/10/2019 14:56:44

b5b6a7a03dde26d65fc3a34422332bc684cc444367

Recebido em 07/11/19
Hora 11:23
Eduardo A
Estagiário - SLSF/SGM





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS DO VAL

§ 7º O compartilhamento sigiloso de informações fiscais e bancárias, para fins penais, deverá ser comunicado ao juiz competente, para fins de ciência.

§ 8º As autoridades administrativas e o Ministério Públco devem preservar o sigilo das informações compartilhadas e das diligências respectivas." (NR)



SF19797.07517-34

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos meses instaurou-se grande controvérsia no mundo jurídico a respeito de decisão proferida monocraticamente pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro dias Toffoli, sobre a interpretação do Tema 990 de Repercussão Geral do Tribunal.

O ministro compreendeu que deveriam ser suspensos todos os inquéritos e procedimentos investigatórios criminais em trâmite no território nacional que tenham sido “*instaurados à míngua de supervisão do Poder Judiciário e de sua prévia autorização sobre os dados compartilhados pelos órgãos de fiscalização e controle (Fisco, COAF e BACEN), que vão além da identificação dos titulares das operações bancárias e dos montantes globais*” mensais movimentados.

Página: 2/11 31/10/2019 14:56:44

b5b6a7a03dde26d65fca34422332b64cc444367

A celeuma está em saber se o compartilhamento com o Ministério Públco, para fins penais, dos dados bancários e fiscais do contribuinte, sem a intermediação do poder judiciário, é legítimo ou não. Para fins de constituição de crédito tributário, já não sobejariam dúvidas, ante o que fora decidido nas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) nº 2.386, 2.390, 2.397 e 2.859 – no qual se reconheceu a constitucionalidade da Lei Complementar nº 105, de 2001 – todavia, para fins penais, o STF ainda se debruça mais detidamente sobre o ponto.

O julgamento do mérito do recurso extraordinário (RE) nº 1.055.941/SP está marcado para 21 de novembro de 2019, contudo, cremos ser papel do Parlamento se antecipar ao STF para trazer luzes à controvérsia.

jv2019-14200





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS DO VAL

Como é sabido, o rol do art. 5º da Constituição Federal não assegura expressamente o sigilo bancário e fiscal dos brasileiros. Trata-se, de uma emanação dos princípios da intimidade e da vida privada. Cremos que, realmente, a regra é o respeito às informações confidenciais dos cidadãos, destacadamente aquelas que contenham reflexos financeiros, todavia, referido sigilo não deve se estender ao ponto de obstaculizar a investigação de atos ilícitos pela autoridade administrativa competente.

O Poder Judiciário é o garantidor máximo dos direitos e liberdades individuais, quanto a isso não há dúvida. Todavia, a intervenção do Poder Judiciário não deve se dar sempre de forma prévia, especialmente se inviabilizar a fiscalização e o controle eficientes.

Não é por outro motivo que diversas convenções internacionais, a exemplo da Convenção de Mérida (Decreto nº 5.687, de 2006) e de Palermo (Decreto nº 5.015, de 2004), tenham dado tamanha relevância ao rápido intercâmbio de informações, nos âmbitos nacional e internacional, pelas autoridades administrativas dos países, a fim de combater crimes.

Ademais, existe um vácuo de normatização sobre o tema da reserva de jurisdição. Não existe um rol previsto na Constituição daqueles direitos que somente poderão ser restringidos por decisão judicial. A conformação desse espaço vai se dando passo a passo, a cada provocação dirigida ao Poder Judiciário. Compete ao Poder Legislativo, contudo, decidir pela oportunidade da inovação normativa.

Assim, a presente proposta de emenda constitucional visa clarificar parcialmente o tema, asseverando que autoridades administrativas de fiscalização e controle deverão compartilhar com o Ministério Público, de forma sigilosa, informações que constituam indícios de prática ilícita, independentemente de prévia autorização judicial. Trata-se de medida vocacionada a permitir a rápida elucidação de crimes, na velocidade exigida pelas transformações do mundo em que vivemos.

Todavia, se para fins penais, prevemos que o compartilhamento sigiloso de informações fiscais e bancárias deverá ser comunicado ao juiz competente. Deste modo, cremos que o Poder Judiciário será instado a se manifestar, caso entenda devido, se houver ofensas aos direitos fundamentais



Página: 3/11 31/10/2019 14:56:44

b5b6a7a03dde26d65fca34422332bc64cc444367



jv2019-14200



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS DO VAL

dos jurisdicionados. A intervenção, todavia, não será prévia, sob pena de prejudicar a celeridade da investigação.

Certo que aperfeiçoamos o sistema processual penal, trazendo segurança jurídica à questão do compartilhamento sigiloso de informações para fins penais, apresentamos anos nobres Parlamentares a presente emenda constitucional. Sala das Sessões,



PARLAMENTAR	ASSINATURA
MARCOS DO VAL	
Álvaro Dias	
Edmar Gino	
Maria do Carmo	
ALESSANDRO VIEIRA	

Página: 4/11 31/10/2019 14:56:44

b5b6a7a03dde26d65faca34422332bc64cc444367



jv2019-14200



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS DO VAL

Modifica o art. 129 da Constituição Federal para disciplinar o compartilhamento sigiloso de informações entre Ministério Público e autoridades administrativas

PARLAMENTAR	ASSINATURA
Kiuru	
Olimar e Jaine	
Tânia - M&A	
Confúcio Moura	
R. S.	



SF/19797.07517-34

Página: 5/11 31/10/2019 14:56:44

b5b6a7a03dde26d65faca34422332b664cc444367



jv2019-14200





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS DO VAL

Modifica o art. 129 da Constituição Federal para disciplinar o compartilhamento sigiloso de informações entre Ministério Público e autoridades administrativas.

PARLAMENTAR	ASSINATURA
WAN BARRETO	
WASIEL	
STYUSON VALTA	
E. F. MIN	
Edemar Ferreira	



SF/19797.07517-34

Página: 6/11 31/10/2019 14:56:44

b5b6a7a03dde26d65fc3a34422332bc64cc444367



jv2019-14200



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS DO VAL

Modifica o art. 129 da Constituição Federal para disciplinar o compartilhamento sigiloso de informações entre Ministério Público e autoridades administrativas.

PARLAMENTAR	ASSINATURA
Plínio	
Bela Chaves	
Juizá Senna	
Regina Coelha	
Zéquinha Maniúla	
Otto	



SF/19797.07517-34

Página: 7/11 31/10/2019 14:56:44

b5b6a7a03dde26d65fca34422332bc64cc444367

jv2019-14200





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS DO VAL

Modifica o art. 129 da Constituição Federal para disciplinar o compartilhamento sigiloso de informações entre Ministério Público e autoridades administrativas.

PARLAMENTAR	ASSINATURA
MAIOR Olimpo	
José Maranhão	
Ionálio Forin	
Edvaldo Góes	
AROLDE	



SF/19797.07517-34

Página: 8/11 31/10/2019 14:56:44

b5b6a7a03dde26d65fca344223332bc64cc444367



jv2019-14200



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS DO VAL

Modifica o art. 129 da Constituição Federal para disciplinar o compartilhamento sigiloso de informações entre Ministério Público e autoridades administrativas.

PARLAMENTAR	ASSINATURA
<i>Randolfe</i>	<i>Randolfe</i>
<i>Sonaya Thoniode</i>	<i>Sonaya Thoniode</i>
<i>Ricardo Cunha</i>	<i>Ricardo Cunha</i>



SF/19797.075/17-34

Página: 9/11 31/10/2019 14:56:44

b5b6a7a03dde26d65fca34422332bc64cc444367

jv2019-14200



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto nº 5.015, de 12 de Março de 2004 - DEC-5015-2004-03-12 - 5015/04
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2004;5015>
- Decreto nº 5.687, de 31 de Janeiro de 2006 - DEC-5687-2006-01-31 - 5687/06
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2006;5687>
- Lei Complementar nº 105, de 10 de Janeiro de 2001 - Lei do Sigilo Bancário - 105/01
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2001;105>



A Proposta de Emenda à Constituição nº 195, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 1007, DE 2019

Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2018.

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente.

AUTORIA: Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDUARDO GOMES

REQUERIMENTO Nº DE

SF/19259/43255-61 (LexEdit)
|||||

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 508/2018, *que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para declarar a seleção brasileira de futebol como integrante do patrimônio cultural brasileiro*, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2019.

**Senador Eduardo Gomes
MDB/TO**



Término de prazo



Encerrou-se em 6 de novembro o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nºs 106 e 109, de 2019, e ao Projeto de Lei nº 4.488, de 2019. Não foram apresentadas emendas. Os Projetos de Resolução nºs 106 e 109, de 2019, vão à CCJ e CDIR. O Projeto de Lei nº 4.488, de 2019, será incluída em Ordem do Dia oportunamente.



ATAS DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS



CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

ATA DA 179ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia nove de outubro do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Diretoria-Geral do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde. Presentes o Diretor Wanderley Rabelo Da Silva, Vice-presidente em exercício do Conselho de Supervisão; os senhores conselheiros Fernando Álvaro Leão Rincon, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN; Gustavo Ponce Soriano Lago, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; Daniele Carvalho Calvano Mendes, Coordenadora-Geral de Saúde em exercício; Agatha Bernardo e Pedro Enéas Guimarães Coelho Mascarenhas, representante dos servidores ativos; Rui Oscar Dias Janiques e Edward Cattete Pinheiro Filho, representantes dos servidores inativos. Presentes também o senhor Maurício Renato de Souza, Chefe de Gabinete da Primeira Vice-presidência; o senhor Geovane Resende Silva, Coordenador de Atendimento e Relacionamento do SIS; o senhor Ramon Mendes De Souza, Coordenador de Autorização do SIS; o Senhor Pablo Diego Barros da Conceição, Coordenador de Gestão Financeira do SIS; e o senhor Jálisson Santos Cavalcante, chefe do Serviço Médico de Emergência. O Diretor Wanderley assumiu a presidência e deu início aos trabalhos. Autorizada a inversão da pauta. **EXTRAPAUTA 2)** O Conselheiro Cattete solicitou informações sobre o andamento do Programa de Reestruturação do SIS. O diretor Gustavo comunicou que estão sendo realizadas oficinas semanais com os membros de cada projeto do programa de reestruturação, onde são discutidos detalhes específicos de cada projeto, visando o aprimoramento do programa. Informou também que, à medida em que ocorrerem as oficinas, o Conselho de Supervisão tomará ciência dos relatórios de acompanhamento e participará das decisões dos grupos envolvidos em cada projeto. **Item 1) Documento 00100.135033/2019-60 - Beneficiária solicita liberação de procedimento (infiltração).** INDEFERIDO. O Conselho determinou que seja criado um fluxo padrão de informações, em casos concretos de recursos de negativa pericial, para dar embasamento às decisões do Conselho. **EXTRAPAUTA 1) Documento 00100.1322742019-57 - Proposta de reajuste da tabela de diárias, taxas, pacotes e outros serviços do Hospital Sírio Libanês, de São Paulo (SP).** O Coordenador Geovane submeteu ao Conselho o reajuste de 3% nas tabelas de diárias, taxas, pacotes e outros serviços do Hospital Sírio Libanês (SP), com vigência a partir de 01/10/2019. Não houve reajuste de exames e procedimentos. APROVADO. **EXTRAPAUTA 3)** O Conselheiro Cattete demandou o retorno do estudo solicitado na 175ª Reunião Ordinária, de 12/06/2019, sobre a cobertura e a periodicidade da manutenção de próteses auditivas cirurgicamente implantáveis. Solicitou também que seja disponibilizada uma tabela atualizada contendo gastos do SIS agrupados por eventos. **EXTRAPAUTA 4)** O Conselheiro Rui sugeriu a revisão do artigo 5º, inciso V, da Resolução nº 35, de 2012 do SIS, que dispõe sobre o filho ou enteado inválido de qualquer idade, que viva sob dependência econômica exclusiva do servidor. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde, às onze horas e vinte e quatro minutos dodianove de Outubro do ano de dois mil e dezenove, e, para constar, eu, Daniele Carvalho Calvano Mendes, na condição de conselheira e secretária da presente reunião, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Vice-presidente em exercício e demais conselheiros presentes à reunião. Sala de reuniões da Diretoria-Geral do Senado Federal, em 09 de Outubro de 2019.

Wanderley Rabelo da Silva - Vice-Presidente em exercício, **Daniele Carvalho Calvano Mendes** - Conselheira em exercício, **Agatha Bernardo**, **Pedro Enéas Guimarães Coelho Mascarenhas**, **Fernando Álvaro Leão Rincon**, **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, **Rui Oscar Dias Janiques** e **Edward Cattete Pinheiro Filho** - Conselheiros.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7070-2 de 18/10/2019](#)



CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

ATA DA 4^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de Setembro do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Diretoria-Geral do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde. Presentes a Diretora-Geral Ilana Trombka, Vice-Presidente do Conselho de Supervisão; os senhores conselheiros Fernando Álvaro Leão Rincon, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN; Gustavo Ponce Soriano Lago, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; Kairala José Kairala Filho, Coordenador-Geral de Saúde da SEGP; Agatha Bernardo e Pedro Enéas Guimarães Coelho Mascarenhas, representantes dos servidores ativos; Edward Cattete Pinheiro Filho e Rui Oscar Dias Janiques, representantes dos servidores inativos. Presentes também o senhor Maurício Renato de Souza, Chefe de Gabinete da Primeira Vice-presidência; a senhora Daniele Carvalho Calvano Mendes, Presidente da Comissão de Perícia Médica do Senado Federal; o senhor Geovane Resende Silva, Coordenador de Atendimento e Relacionamento do SIS; e o Senhor Jálisson Santos Cavalcante, chefe do Serviço Médico de Emergência. A Diretora-Geral Ilana Trombka assumiu a presidência e deu início aos trabalhos. **PAUTA ÚNICA) COMUNICADO.** A Direção do Senado estabeleceu um programa de reestruturação do SIS, composto por sete projetos específicos, que serão explanados por membros de diversos setores do Senado, a fim de dar suporte e continuidade às atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Conjunta do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União nº 1, de 2019. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde, às doze horas e vinte minutos dodiaonze de Setembro do ano de dois mil e dezenove, e, para constar, eu, Kairala José Kairala Filho, na condição de conselheiro e secretário da presente reunião, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pela Senhora Vice-presidente e demais conselheiros presentes à reunião. Sala de reuniões da Diretoria-Geral do Senado Federal, em 11 de Setembro de 2019.

Ilana Trombka, Diretora-Geral; Agatha Bernardo, Edward Cattete Pinheiro Filho, Fernando Álvaro Leão Rincon, Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, Rui Oscar Janiques e Pedro Enéas Guimarães Coelho Mascarenhas, Conselheiros.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7070-2 de 18/10/2019](#)



PORTARIAS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL



PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DESIGNAÇÃOPORTARIA DO PRESIDENTE N^o 19, de 2019

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

Considerando o Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2019, que autoriza a realização de Concurso Público para preenchimento de cargos do Quadro de Pessoal do Senado Federal e formação de cadastro de reserva;

Considerando o art. 12, do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018, o qual atribui à Comissão Diretora designar a Comissão Examinadora dos concursos públicos, dentre outras competências relacionadas;

Considerando o art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2019, que delega ao Presidente do Senado Federal a competência para designar a Comissão Examinadora do concurso público, aprovar as respectivas instruções e homologar a classificação dos candidatos, RESOLVE:

Art. 1º Designar para comporem a Comissão Examinadora os servidores **BEATRIZ BALESTRO IZZO**, matrícula nº 256230; **EVERALDO BOSCO ROSA MOREIRA**, matrícula nº 52398; **JOÃO PEDRO DE SOUZA LOBO CAETANO**, matrícula nº 56379; **KLEBER MINATOGAU**, matrícula nº 229456; e **ROBERCI RIBEIRO DE ARAÚJO**, matrícula nº 246922.

Art. 2º Designar os servidores **ROBERCI RIBEIRO DE ARAÚJO** e **KLEBER MINATOGAU**, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Comissão Examinadora.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão Examinadora se encerrão quando da homologação do resultado final do Concurso Público.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2019. Senador **Davi Alcolumbre**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Ato publicado no DOU nº 193, Seção 2, de 04/10/2019.
- Publicação extraída do Boletim original nº: [7050-2 de 04/10/2019](#)



PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DESIGNAÇÃOPORTARIA DO PRESIDENTE N^o 20, de 2019

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

Considerando o Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2019, que autoriza a realização de Concurso Público para preenchimento de cargos do Quadro de Pessoal do Senado Federal e formação de cadastro de reserva;

Considerando o art. 12, do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018, o qual atribui à Comissão Diretora designar a Comissão Examinadora dos concursos públicos, dentre outras competências relacionadas;

Considerando o art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2019, que delega ao Presidente do Senado Federal a competência para designar a Comissão Examinadora do concurso público, aprovar as respectivas instruções e homologar a classificação dos candidatos, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar para comporem a Comissão Examinadora os servidores **BEATRIZ BALESTRO IZZO**, matrícula nº 256230; **JOÃO PEDRO DE SOUZA LOBO CAETANO**, matrícula nº 56379; **KLEBER MINATOGAU**, matrícula nº 229456; **LEONARDO SOUZA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 52866; **RAFAEL PIMENTA WEITZEL**, matrícula nº 265369; **ROBERCI RIBEIRO DE ARAÚJO**, matrícula nº 246922; e **RODRIGO GALHA**, matrícula nº 227332.

Art. 2º Designar os servidores **ROBERCI RIBEIRO DE ARAÚJO** e **KLEBER MINATOGAU**, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Comissão Examinadora.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão Examinadora se encerrão quando da homologação do resultado final do Concurso Público.

Art. 4º Tornar sem efeito a Portaria do Presidente nº 19, de 3 de outubro de 2019.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de outubro de 2019. Senador **Davi Alcolumbre**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Ato publicado no DOU nº 194, Seção 2, de 07/10/2019.
- Publicação extraída do Boletim original nº: [7052-2 de 07/10/2019](#)



PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DESIGNAÇÃOPORTARIA DO PRESIDENTE N^o 24, de 2019

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, considerando o Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2019, o art. 12 do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018, e o art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2019, bem como a Portaria do Presidente nº 20, de 2019, RESOLVE:

Art. 1º Designar para compor a Comissão Examinadora, além dos integrantes já designados por meio da Portaria do Presidente nº 20, de 2019, o servidor **THIAGO FERNANDES RODRIGUES TEIXEIRA**, matrícula nº 247010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de novembro de 2019. Senador **Davi Alcolumbre**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Ato publicado no DOU nº 216, Seção 2, de 07/11/2019.
- Publicação extraída do Boletim original nº: [7096-2 de 07/11/2019](#)



ATOS DO 1º SECRETÁRIO



PRIMEIRA SECRETARIA

ALTERA O ATO N° 4/2017 DA PRIMEIRA-SECRETARIAATO DO 1^a SECRETÁRIO N^o 7, de 2019

Altera o Ato do Primeiro-Secretário n^o 4 de 2017, que dispõe sobre o uso e a administração do Serviço do Correio Eletrônico do Senado Federal - Correio-SF.

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1^º O Ato do Primeiro-Secretário n^o 4 de 2017 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 44.....

.....

IV - mediante solicitação da Secretaria de Polícia do Senado Federal para fins de apuração em inquéritos policiais em termos circunstanciados instaurados na Secretaria de Polícia;

V - mediante solicitação das Comissões de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar instauradas pela autoridade competente para apuração de irregularidade disciplinar no âmbito do Senado Federal.

....." (NR)

Art. 2^º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de outubro de 2019. Senador **Sérgio Petecão**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original n^o: [7060-2 de 11/10/2019](#)



PRIMEIRA SECRETARIA

ALTERAÇÃO DO ATO Nº 12/2014 DA PRIMEIRA-SECRETARIAATO DO 1^a SECRETÁRIO Nº 8, de 2019

Altera o Ato do Primeiro-Secretário nº 12 de 2014, que "Dispõe sobre as restrições ao uso de produtos fumígenos nos espaços do Senado Federal".

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso das competências conferidas pelo art. 195 do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução nº 13, de 2018, RESOLVE:

Art. 1º O Ato do Primeiro-Secretário nº 12 de 2014 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º Os fumantes devem adotar uma distância aproximada de 08 (oito) metros de portas, janelas, marquises e recintos fechados para fumar, mesmo em locais onde o fumo é permitido. " (NR)

"Art. 5º À Secretaria de Gestão de Pessoas, por meio do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SESOQVT) caberá:

....." (NR)

"Art. 6º-A. O disposto neste Ato aplica-se aos contratos e convênios administrativos firmados pelo Senado Federal, bem como outros ajustes congêneres, inclusive no âmbito dos Programas de Estágio e do Jovem Aprendiz, respeitada a legislação aplicável.

Parágrafo único. A secretaria de Polícia do Senado Federal informará:

I - à Diretoria-Executiva de Contratações, para que notifique a empresa responsável sobre o fato, em caso de infração cometida por trabalhador terceirizado; e

II - à Secretaria de Gestão de Pessoas, para que adote as providências necessárias, em caso de infração cometida por integrante do Programa de Estágios ou do Programa Jovem Aprendiz. " (NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor a partir da data de publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2019. Senador **Sérgio Petecão**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7088-2 de 01/11/2019](#)



PRIMEIRA SECRETARIA

ALTERAÇÃO O ATO Nº 2/2017 DA PRIMEIRA-SECRETARIAATO DO 1^º SECRETÁRIO Nº 9, de 2019

Altera o Ato do 1º Secretário nº 2 de 2017, que "Dispõe sobre o horário de funcionamento do Senado Federal, a jornada de trabalho e o controle de frequência dos seus servidores"

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso das competências conferidas pelo art. 5º do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2017, RESOLVE:

Art. 1º O Ato do Primeiro-Secretário nº 2 de 2017 passa a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 14

.....

§ 8º Os limites previstos no § 5º do artigo 13 e no § 2º do presente artigo poderão ser ultrapassados em caso de demonstração de imperiosa necessidade de serviço, reconhecida e autorizada pelo Primeiro-Secretário, para atender às necessidades de policiamento em situações excepcionais e temporárias de risco ou de grave ameaça ou em razão de manifestações, ocasiões em que o contingente será convocado pelo Diretor da Secretaria de Polícia do Senado Federal."

"Art. 17

.....

IV -

a) as necessidades de policiamento no Senado Federal;

b)

§ 1º As situações enquadradas no inciso IV, b, serão autorizadas pelo Primeiro Secretário após convocação e justificativa do Diretor da Secretaria de Polícia do Senado Federal, não se aplicando, nesses casos, o disposto no § 5º e § 7º do art. 13."

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 5 de novembro de 2019. Senador **Sérgio Petecão**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [7096-2 de 07/11/2019](#)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olímpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-CIDADANIA - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
PODEMOS - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

PODEMOS - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
PODEMOS - Orio visto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20

MDB-13 / PP-6 / REPUBLICANOS-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar Senado Independente - 12

PATRIOTA / PDT-4 / CIDADANIA-3 / REDE-3

PSB-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	CIDADANIA / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PODEMOS - 11

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Juíza Selma.	MT
Lasier Martins.	RS
Marcos do Val.	ES
Oriovisto Guimarães.	PR
Reguffe.	DF
Romário.	RJ
Rose de Freitas.	ES
Styvenson Valentim.	RN

Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 11

PSDB-8 / PSL-3

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Flávio Bolsonaro.	PSL / RJ
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Major Olímpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	12
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	11
PODEMOS.	11
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Juíza Selma** (PODEMOS-MT)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (PSB-DF)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Major Olimpio** (PSL-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Weverton** (PDT-MA)
Humberto Costa** (PT-PE)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Irajá** (PSD-TO)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2022



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PODEMOS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 20 Líder Esperidião Amin - PP (29) Líder do MDB - 13 Eduardo Braga (8,28,36) Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44) Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro (11) Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (10) Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (12)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 11 Líder Rodrigo Cunha - PSDB (32,45) Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha (20) Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (33,39) Rodrigo Cunha (32,45) Líder do PSL - 3 Major Olímpio (5) Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (54)	Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA/PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 12 Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (23) Líder do PATRIOTA - 0 Líder do PDT - 4 Weverton (9) Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (2) Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42) Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (19) Vice-Líder do REDE Fabiano Contarato (55) Líder do PSB - 2 Leila Barros (52)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9 Líder Paulo Rocha - PT (37) Vice-Líder Zenaide Maia (14,30) Líder do PT - 6 Humberto Costa (13,22) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (34) Líder do PROS - 3 Telmário Mota (21) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (14,30)	Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PL (15) Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (7,17) Jorginho Mello (1,16) Zequinha Marinho (18,31) Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (7,17) Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43) Líder do PL - 2 Jorginho Mello (1,16) Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (18,31)	PSD - 9 Líder Otto Alencar - PSD (3) Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel
PODEMOS - 11 Líder Alvaro Dias - PODEMOS (6) Vice-Líderes Eduardo Girão (24,46) Oriovisto Guimarães (25,48) Rose de Freitas (26,47)	Maoria Líder Eduardo Braga - MDB (8,28,36)	Governo Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (35) Vice-Líderes Eduardo Gomes (41,53) Elmano Férrer (38) Izalci Lucas (33,39) Chico Rodrigues (40)
Minoria Líder Randolfe Rodrigues - REDE (19)		

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
3. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
4. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
5. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLDPSL).



6. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
7. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
8. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
9. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
10. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
11. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
14. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaida Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
15. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
19. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
20. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
21. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
22. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
23. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Orio visto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
26. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
29. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaida Maia é designada 1º vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
33. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
35. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
36. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB)
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, o Senador Orio visto Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSJKAJUR).
50. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
51. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSJKAJUR).
52. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
53. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)
54. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
55. Em 23.10.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado vice-líder da REDE (Of. 48/2019/GLREDE).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (1)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (1)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (1)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (1)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (1)	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (1)	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.

Finalidade: Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos.

RQS nº 959, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾

Instalação: 05/11/2019

Prazo final: 10/06/2020

MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (1)

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (1)

Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)

Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (1)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1)

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (1)

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (2)

Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº 959/2019-CTEOLIO).
2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.
3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLIO).



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 22/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 06/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 13/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 487, de 2013

PRAZOS

Apresentação de Emendas a Projeto de Código : 2019-09-26 a 2019-11-22T23:59:59.000000 (Art. 374, III, do RISF)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



5) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6,9)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (7)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (8)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (1)	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (1)	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1)	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (1,6)	9. VAGO (2)

Notas:

- Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
- Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
- Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
- Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
- Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
- Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
- Em 16.04.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).
- Em 17.06.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente para compor a Comissão (ATS nº 13/2019).
- Em 18.06.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, para compor a Comissão (Of. 63/2019-GLPODE).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 61 33033490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE
Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019



2)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,19)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) (13)	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (13)	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (8)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (8,28,31)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (17)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (7)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,21,24)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)
PSD	
Senador Omar Aziz (2)	1. Senador Otto Alencar (2,26)
Senador Carlos Viana (2,25)	2. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Ângelo Coronel (2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4,29,30)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovaldo Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mécias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
28. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. nº 99/2019-GLPODE).
29. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
30. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
31. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)	3. VAGO (8,20)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (12)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (7,23)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (6)
Senador Romário (PODEMOS-RJ) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (6)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15,23)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (24)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	4. VAGO (2,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (17)	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (19,21)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Irajá (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,13)
Senador Otto Alencar (13)	3. Senador Sérgio Petecão (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).
22. Em 03.09.2019, o Senador Marcos do Val, membro suplente pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 121/2019-GLBSI).
23. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLDPSL).
24. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,32)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (7,32,39,43)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,31,33,40)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)	5. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (14,46)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (13,46)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,42)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,16,18)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,16,19,36,37,44)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,18,45)
PSD	
Senador Otto Alencar (2)	1. Senador Sérgio Petecão (2)
Senador Ângelo Coronel (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Arolde de Oliveira (2)	3. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4,38,41)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mécias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioívisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Orioívisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioívisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Orioívisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
44. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
45. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
46. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (14)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (15)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (24)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)	6.
VAGO (11)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (6)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (12)	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (13)
	6. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. VAGO (3,21)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3,21)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (17)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,16,19)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1,2)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Irajá (1,23)	2. VAGO (1,25)
Senador Sérgio Petecão (1)	3. Senador Carlos Viana (1,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (18)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (20)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
21. Em 29.08.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Ofício nº 118/2019-GLBSI).
22. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
23. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permudam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
24. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
25. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) (16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (17)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	1. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (11)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (9)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (15)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (20)	4. VAGO (20,23)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,21)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. VAGO (19,21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7)
PSD	
Senador Lucas Barreto (2,22)	1. Senador Carlos Viana (2,22)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Omar Aziz (2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (12)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparto foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
10. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
11. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
23. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Instalação: 29/10/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)
2. Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valentim como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (28)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (25)	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (6,27)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8,26)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (11,27)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (12,26)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (19)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (24)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (22)	2.

Notas:

- * A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº 20/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLDPSL).
7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3^a suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2^a suplente (Of.º 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
25. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
26. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
27. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLDPSL).
28. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (1)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzer Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(1,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (10)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (10)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (10)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (5,22)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (6,18,22)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (8)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (8)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (14)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (13)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,25)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,17,21)	1. VAGO (7)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,16)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (23)	
PSD	
Senador Nelsinho Trad (2)	1. Senador Arolde de Oliveira (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Marcos do Val (20,26)	1. Senador Romário (20,26)
Notas:	
* A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).	
9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).	



10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (8)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (8)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (7,13,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (15)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)	6. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) (6)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (10)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (16)	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (11)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Carlos Viana (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Styvenson Valente (19)	1. Senador Oriovisto Guimarães (19)
Senador Elmano Férrer (19)	2. Senador Lasier Martins (19)

Notas:

7. Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).
6. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (10)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (10)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,11)
VAGO (5,13)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (16)
	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (22)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (7)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7,8)	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (21)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3,18,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3,14,15)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3)	3. Senador Weverton (PDT-MA) (17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (6)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
PSD	
Senador Lucas Barreto (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Omar Aziz (2)	2. Senador Otto Alencar (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2.
PODEMOS (19)	
Senador Elmano Férrer (20)	1. Senador Styvenson Valentim (20)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
9. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
11. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
12. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão (Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
23. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 131/2019-GLBSI).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (8)	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (13)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (14)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (16)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (2)	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PSD	
Senador Lucas Barreto (1)	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1,20,21)
Senador Sérgio Petecão (1)	2. Senador Angelo Coronel (1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
7. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. VAGO ^(1,3)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luís Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)
3. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixa de compor a Subcomissão, em decorrência de sua saída da Comissão. (Of. nº 109/2019-GLPSD).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (10)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (10)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (7)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (10)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (6,16)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (9)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (20)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (21)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (4,12,17)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (4,13)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (4,23)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4)
Senador Weverton (PDT-MA) (4)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (8)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (8,15,22)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (8)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (8)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (2)	1. Senador Carlos Viana (2,3)
Senador Angelo Coronel (2,3)	2. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (5)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (24)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)	2.
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Oriovisto Guimarães (19)	1. Senador Styvenson Valentim (19)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).	
10. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).	
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
12. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).	



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
24. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽¹²⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
PODEMOS ⁽¹⁰⁾	
Senador Alvaro Dias ^(11,13)	1. Senador Eduardo Girão ⁽¹¹⁾

Notas:

- *. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- 5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- 6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- 7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- 8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- 9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- 10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- 11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- 12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).
- 13. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (6)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (7)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (6,13)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (6)
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (6)	3. VAGO (6,12)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (5)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (5,14)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5,14)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (21)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (2)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2,11)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1)	1. VAGO (1,23)
Senador Otto Alencar (1)	2. Senador Omar Aziz (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (3)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (8)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3,8)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (15,16,17)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Reguffe (19,24)	1. Senador Styvenson Valentim (19,20,25)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).	
7. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).	
8. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).	
9. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).	
10. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).	
11. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).	

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Orio Visto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Orio Visto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
23. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
24. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
25. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,3)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	7ª Eleição Geral: 14/07/2009
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
Senador Major Olímpio (PSL-SP)	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

MEMBROS
DEM
Senador Rodrigo Pacheco (MG)
PSD
Senador Irajá (TO)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

